

TVR
N.º 283, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 293/2021
OF 533/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Votorantim, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária do Periperi e Adjacências, no município de Caetité - BA;
- 2 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema - CE;
- 3 - Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017 – Associação Francisco de Assis Dantas, no município de Penaforte - CE;
- 4 - Portaria nº 592, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, no município de Arinos - MG;
- 5 - Portaria nº 2.001, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Farol do Saber, no município de Restinga Seca - RS;
- 6 - Portaria nº 2.185, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína, no município de Bocaína - SP;
- 7 - Portaria nº 2.928, de 4 de janeiro de 2017 - Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra, no município de Alhandra - PB;
- 8 - Portaria nº 1.697, de 4 de abril de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, no município de São José do Cerrito - SC;
- 9 - Portaria nº 5.179, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Maria Rosa FM, no município de Curitibaanos - SC;
- 10 - Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018 - Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca - RS;
- 11 - Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51), no município de Palmas - TO;
- 12 - Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, no município de Cristalina - GO;
- 13 - Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018 - Associação Comunitária Barra-Cordense, no município de Barra do Corda - MA;
- 14 - Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL, no município de Lagoa Nova - RN;
- 15 - Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova, no município de Macatuba - SP;
- 16 - Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão, no município de Boqueirão do Leão - RS;

17 - Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul, no município de Flor da Serra do Sul - PR;

18 - Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Avanhadava, no município de Avanhadava - SP;

19 - Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, no município de Nova Guarita - MT;

20 - Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019 - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, no município de Mauá da Serra - PR;

21 - Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Ponte Serrada - SC;

22 - Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária do Município de Laranjal, no município de Laranjal - PR;

23 - Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, no município de Torrinha - SP;

24 - Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Abadia de Goiás, no município de Abadia de Goiás - GO;

25 - Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019 - Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi, no município de Panambi - RS;

26 - Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019 - Associação Rádio FM Comunitária Tropical, no município de Votorantim - SP;

27 - Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, no município de Antonio João - MS;

28 - Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019 - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Picuí - PB;

29 - Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019 - Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ, no município de Heliadora - MG; e

30 - Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, no município de Humaitá - AM.

Brasília, 23 de junho de 2021.

Brasília, 17 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.014187/2014-55, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio FM Comunitária Tropical, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6383/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.718, de 17, Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4718/2019/SEI-MCTIC
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622434** e o código CRC **1EEECA77**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 533/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.840, 2.967, de 2015; 589, 592, 2.001, 2.185, 2.928, de 2017; 1.697, 5.179, 5.952, 5.957, 5.958, 6.036, 6.039, 6.132, 6.633, 6.634, 6.639, 6.642, de 2018; 4.706, 4.707, 4.710, 4.712, 4.713, 4.715, 4.718, 4.719, 4.721, 4.751 e 4.752, de 2019.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.068456/2013-66

SEI nº 2668414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39607/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.014187/2014-55.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/10/2019, às 17:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4751751** e o código CRC **075C0FE3**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.014187/2014-55
Interessado:	Associação Rádio FM Comunitária Tropical
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	01.848.981/0001-94
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	SP
Localidade:	Votorantim
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 25/09/2019, às 16:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664727** e o código CRC **EC08F114**.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4664727



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.014187/2014-55**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 08 de outubro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 08/10/2014, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0178694** e o código CRC **9BE6BA47**.

ANEXO 12

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº 01.848.981/0001/94,
com sede RUA RENATO ARAÚJO, 270 - VILA IRIÑEU, na
cidade de VOTOCANTIM, Estado SP.
CEP 18.114-457, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e
devidamente autorizada conforme Portaria nº 452 datada de 22/03/2002 e
Decreto Legislativo nº 775 publicado no Diário Oficial da União datado de
27/05/2002, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação
da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao
subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o
item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de
2011, publicada no Diário Oficial da União.

VOTOCANTIM, 19 de JULHO de 2014.
(local e data)



[Assinatura]
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: JOSÉ CARLOS CUCCHI

CPF: 278.821.529-00

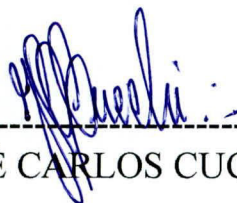
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 29/08/14 às 15:00 horas
Assinatura: [Assinatura]

DECLARAÇÃO

EU, JOSÉ CARLOS CUCCHI, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL DE VOTORANTIM, declaro para os devidos fins que:

- a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações. De acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Votorantim, 19 de julho de 2014.



JOSÉ CARLOS CUCCHI – Presidente



CPF – 278.821.529-00



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL
CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:17:45 do dia 25/08/2014 (hora e data de Brasília).


Válida até 24/09/2014



Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

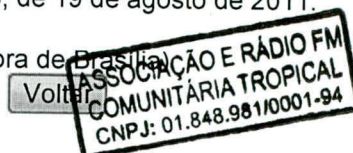
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.848.981/0001-94 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R RENATO ARAUJO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO	
CEP 18.114-457	BAIRRO/DISTRITO VILA IRINEU	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/03/2012** às **11:00:19** (data e hora de Brasília)

Voltar



Página: 1/1



ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - A **Associação e Rádio FM Comunitária Tropical** é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Votorantim, Estado de São Paulo, com sede, na Avenida Otávio Augusto Rangel, nº 1926, no Bairro do Rio Acima.

Parágrafo Único - A Associação utilizará como denominação fantasia "**Nova Tropical**" e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - A **Associação e Rádio FM Comunitária Tropical** tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§ 2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Audson Moreno Zuliani
Advogado
OAB-SP 94.916

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da **Associação e Rádio FM Comunitária Tropical** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A Associação será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II – Contribuintes ou Efetivos.
- III – Honorários.
- IV – Colaboradores Voluntários.

Parágrafo Único – Os associados Voluntários serão admitidos pela Diretoria “ad referendum” da AG em sua próxima reunião.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão votadas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.
- c) Colaborar para que a associação cumpra o Art. 2 e seus parágrafos, fortalecendo o cumprimento dos seus objetivos.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Hudson Moreno Ziliani
Advogado
OAB-SP 94.914

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário; e
- d) Conselho Fiscal.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, na segunda quinzena de março para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ocorrer extraordinariamente a cada 2 anos para eleição da Diretoria, do Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal. Poderá ser convocada extraordinariamente para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por 2/3 dos associados fundadores ou, no mínimo, 1/5 dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois-terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital em jornal e comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

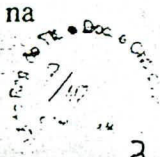
§ 4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência, através de edital em jornal da cidade e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

Art. 12 - A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor de Operações e Diretor de Patrimônio, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 2 anos; permitida a reeleição apenas uma vez.

§ 1º - A Diretoria da Associação poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados, há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na


Son Moreno Zúñiga
Advogado
OAB-SP 94.914


Associação dos Advogados da Cidade de Jundia
7/10

área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Associação;
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas trimestralmente e ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins.
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens imóveis e mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a Associação, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da Diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com o 1º Tesoureiro, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da Diretoria; votar na Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar, presidir e votar nas reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Vice-presidente compete: substituir o presidente em suas ausências ou impedimentos;
- c) Ao 1º Secretário compete: secretariar as reuniões da Diretoria e AG, lavrar atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade e secretaria, organizar, dirigir e supervisionar os serviços da secretaria, assinar junto com o Presidente atas e ofícios da entidade; substituir o Vice-presidente em suas ausências ou impedimentos;
- d) Ao 2º Secretário compete: substituir o 1º Secretário em suas ausências ou impedimentos; cuidar do protocolo de presença e documentos nas Assembléias Gerais;
- e) Ao 1º Tesoureiro compete: gerir as atividades financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços da tesouraria da entidade, assinar conta conjunta com o Presidente e todos documentos concernentes a vida financeira da Associação e Rádio FM Comunitária Tropical;
- f) Ao 2º Tesoureiro compete: substituir o 1º Tesoureiro em sua ausência ou impedimentos;
- g) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural.

Isoln Moreno Zuttari
Advogado
OAB-SP 94.914

(12)

- h) Ao Diretor de Patrimônio compete: supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Parágrafo Único – A Diretoria poderá contratar um Contabilista ou escritório para fazer o serviço de Tesouraria, sempre sob a supervisão do 1º Tesoureiro.

Art. 14 – O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Art. 15 – O Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por três membros titulares e três suplentes, todos associados em dia com a Associação.

§ 1º - O Conselho se reunirá de 3 em 3 meses para verificar o movimento financeiro do trimestre anterior apresentando relatório a Diretoria e no final do exercício um relatório à AG.

§ 2º - O Conselho poderá contratar, através da Diretoria, um Contabilista ou escritório para assessorar no trabalho de fiscalização do movimento financeiro.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - As chapas para a Diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§ 1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§ 2º - A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária

Moreno Zukani
Advogado
OAB-SP 34.314

12/12/14

§ 1º A programação deverá ser aprovada pelo Conselho Comunitário nos termos da Lei, Decretos e normas do setor de comunicação do governo federal.

§ 2º - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18 - O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20 - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum da AG*, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22 - O Balanço Geral será encerrado em 31 de dezembro, quando haverá o encerramento do movimento financeiro do ano.

Art. 23 - O presente Estatuto substitui o Estatuto aprovado em 11 de outubro de 2001.

Art. 24 - Fica eleito o Fórum de Votorantim para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir quanto a interpretação e aplicação do presente estatuto.


Nelson Moreno Zuitani
Advogado
OAB-SP 94.914

Art. 25 – São nulas de pleno direito quaisquer disposições, que, no todo ou em parte implícita ou expressamente, contrariarem ou ferirem a Constituição da a República Federativa do Brasil.

Art. 26 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 19 de novembro de 2004 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Votorantim, 19 de novembro de 2004

10.13

Antonio Pedro Ferraz
Presidente

RG 9.718.512 / CPF 555.432.438-04

Dr. Hudson Moreno Zuliani
Advogado – OAB-SO 94.914

SELOS PAGOS POR VERBA	CARTÓRIO Rolim 1.º TABELIAO DE NOTAS	
	SOROCABA - SP	
	Rua Dr. Arthur Martins, 101 - PABX (15) 231-1014	
	Reconheço, POR SEMELHANÇA a Firma de	
	<u>Antonio Pedro Ferraz</u>	
	20 DEZ. 2004	
	Sorocaba, _____ da verdade.	
	Em test.º _____	
	WALDIR RODRIGUES FILHO FERRAZ DE	



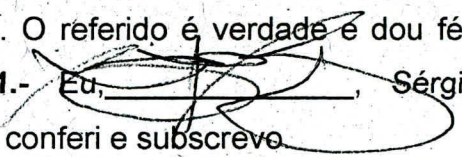


**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E CIVIL DAS
PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA
SEDE DA COMARCA DE VOTORANTIM- SP**

Rua Paula Ney, nº 109, Centro – CEP 18110-045 – Fone: (015) 3247-3466
Naila de Rezende Khuri –
Oficiala

CERTIDÃO

CERTIFICO,

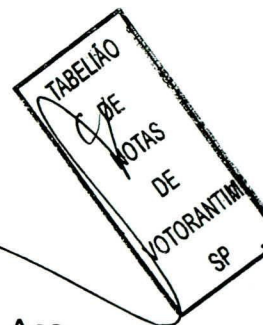
a pedido de pessoa interessada que, revendo neste Registro de Pessoa Jurídica, instalado em 03/11/2009, nos livros ao seu cargo, deles, **CONSTA**, o registro de **ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL**, inscrita no CNPJ sob nº 01.848.981/0001-94, com sede à Rua Renato Araujo, 270 – Vila Irineu – Votorantim-Sp. Transportados do 2º Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Sorocaba-SP; Ata sob nº 105.827 de ordem, em 09 de abril de 1.999; Alteração de Estatuto Social sob nº 126.156 de ordem, em 19 de outubro de 2.001; Ata sob nº 138.858 de ordem, em 05 de fevereiro de 2.004; Ata sob nº 139.986 de ordem, em 03 de junho de 2.004; Alteração de Estatuto Social sob nº 141.866 de ordem, em 28 de dezembro de 2.004, na qual a referida entidade, teve seu Estatuto Social adequado à Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2.002, (novo Código Civil); e Ata sob nº 143.195 de ordem, em 22 de Junho de 2.007. Registros neste Oficial: Averbação registrada sob nº 58 de ordem, livro A-1 feita em 25 de Maio de 2.010; Averbação registrada sob nº 201 de ordem, livro A-1 feita em 21 de dezembro de 2.010. Certifico finalmente, que os elementos constantes na presente certidão foram extraídos do banco de dados desta Serventia, atualizados até as 17h00 do dia 30/09/2011. O referido é verdade e dou fé.-
Votorantim, 30 de Setembro de 2.011.- Eu, , Sérgio Scarpiones Souza – Oficial Substituto, digitei, conferi e subscrevo.

**ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA
GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE
PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.**


Sérgio Scarpiones Souza
Oficial de Registro Substituto



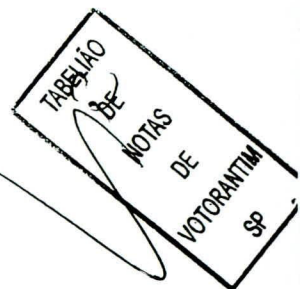
ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
RUA RENATO ARAÚJO, 270 – VILA IRINEU – VOTORANTIM – SP.
CNPJ. 01.848.981/0001-94



Assembléia Geral Extraordinária para Eleição da Nova Diretoria. Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, nas dependências da Associação e Rádio Fm Comunitária Tropical, situada a Rua Renato Araújo, 270, Vila Irineu, Votorantim, São Paulo, as vinte horas, sendo este horário já em segunda chamada, conforme pede o Estatuto, o Senhor presidente em exercício José Carlos Cucchi abriu a Assembléia agradecendo a todos os presentes, explicou ser esta uma Assembléia Geral Extraordinária, Artigo 11, sendo a ordem do dia, Eleição da Nova Diretoria que estará conduzindo a entidade no próximo biênio dois mil e treze, dois mil e quatorze. Comunicou que de acordo com o Estatuto Social, foi feito o edital de convocação no Jornal Folha de Votorantim, no prazo estipulado, ARTIGO 11, PARÁGRAFO 4º, lendo-o aos presentes, informou também que não houve registro de outra chapa, sendo registrada apenas a da situação, portanto, chapa única, ficando da seguinte forma: **DIRETORIA EXECUTIVA:** Presidente: José Carlos Cucchi, Casado, publicitário, RG 1.422.124, CPF 278.821.529-00, residente na Av. Luiz do Patrocínio Fernandes, 1571, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Vice Presidente: José Carlos Balotim, Casado, Funcionário Público, RG 13.814.825, CPF 040.713.618-59, residente a Rua Asdrubal Nascimento, 193, Bairro da Chave, Votorantim, São Paulo; Primeiro Secretário: Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, Casada, Funcionária Pública, RG 19441047, CPF 081740788-00, residente a Rua Manoel Augusto Rangel, 270, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Segundo Secretário: Luiz Carlos Correa, Casado, Gráfico, RG 4.295.839-5, CPF 592.884.699-15, residente a Av Luiz do Patrocínio Fernandes, 966 – Rio Acima Votorantim, São Paulo; Primeiro Tesoureiro: Antonio Carlos Domingues da Cruz, Casado, Funcionário Público, RG 17.704.610, CPF 072.974.658-52, residente a Rua Dimas da Cunha, 188, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Segundo Tesoureiro: Valquiria Teixeira, Casada, Telefonista, RG 20.227.497, CPF 081.873.438-85, residente a Rua Dimas da Cunha, 272, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Diretor de Patrimônio: José Carlos Nogueira, Casado, Radialista, RG 3.320.570, CPF 335.965.658-

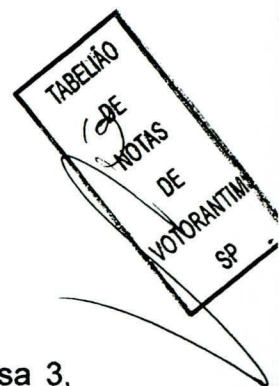
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOA JURÍDICA DA COMARCA
DE VOTORANTIM - SP

1



ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
RUA RENATO ARAÚJO, 270 – VILA IRINEU – VOTORANTIM – SP.
CNPJ. 01.848.981/0001-94

04, residente a Rua Dr. Heitor Avino, 204, Bairro da Chave, Votorantim, São Paulo; Diretor Operacional: Orazil Ribeiro, Casado, Eletrotécnico, RG 5.221.309, CPF 971.315.528-34, residente a Rua Enéias de Campos, 330, Vila Nova Votorantim, São Paulo; CONSELHO FISCAL : Luiz Carlos Menegosse, Casado, Aposentado, RG 7.592.972, CPF 402.101.468-34, residente a Rua Santa Filomena, 433, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Jomar Telles Procópio, Casado, Aposentado, RG 15.748.655, CPF 889.803.248-04, residente a Rua Rita Galli, 70, Jardim Archila, Votorantim, São Paulo; Antonio Pedro Ferraz, Casado, Contador, RG 9.718.512, CPF 555.432.438-04, residente a Av. Otávio Augusto Rangel, 1.341, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; SUPLENTE: Benedito Alberto de Oliveira, Casado, Motorista, RG 5.565.006, CPF 361.485.558-91, residente a Rua Antenor Silva, 133, Vila Irineu, Votorantim, São Paulo; Jaime Augusto Rangel Filho, Casado, administrador, RG 15.496.872, CPF 890.017.298-00, residente a Rua Laurinda Bernadete Polle Arantes, 51, Vila Nova Votorantim, Votorantim, São Paulo; Jandir Teixeira, casado, Aposentado, RG 7.895.145-8, CPF 515.295.058-87, residente a Rua Dimas da Cunha, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; CONSELHO COMUNITÁRIO: Aristides Vieira Fernandes, Aposentado, casado, RG 8.308.310, CPF 373.459.668-87, residente a Av Matheus Conegero, 322, Parque Bela Vista, Votorantim, São Paulo, representando a USABV – União das Associações de Bairros de Votorantim; Sergio de Mello, casado, RG 20.227.897, CPF 123.012.812-25, Rua Hermes Jarra Sanches, 39 – Jardim São Luiz, representando a Associação Amigos de bairro da Vila Garcia Votorantim, São Paulo; Everton Delapassi, Casado, Aposentado, RG 5.693.767, CPF 268.736.568-87, residente a Rua Adolfo Campione, 52, Jardim Icatú, Votorantim, São Paulo, representando a APEVO - Associação de Aposentados e Pensionistas de Votorantim; Mário Del Guércio Dolacio Mendes, casado, Jornalista, RG 06.069.252-2, CPF 825.741.117-53, residente a Rua Aurea Dias Batista dos Santos, 133, Jardim Celiza Maria, Sorocaba, São Paulo, representando o Rotary Clube; Ageu Vieira Mendes, casado, Empresário, RG



ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
RUA RENATO ARAÚJO, 270 – VILA IRINEU – VOTORANTIM – SP.
CNPJ. 01.848.981/0001-94

15.344.788, CPF 050.093.208-51, residente a Av. 31 de Março, 11, casa 3, Centro, Votorantim, São Paulo, representando a Associação Comercial de Votorantim; Elizabete Teles Varavalo, Casada, RG 9.281.441, CPF 020.939.308-46, Rua Tereza Zuntine, 362, Rio Acima Votorantim, representando a Associação Amigos de Bairro do Rio Acima Votorantim. Atanagildo Garcia Rodrigues, Casado, Motorista, RG 0.698.153, CPF 891.764.218-72, residente a Rua Salvador Pereira de Almeida, 20, Jardim Paulista, Votorantim, São Paulo, representando a Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza; Daniel Sentelhas, casado, Aposentado, RG 6.423.662, CPF 094.059.418-87, residente a Rua Emilio Terciane, 295, Parque bela Vista, Votorantim, São Paulo, representando a Associação de Moradores dos Bairros Parque Bela Vista e Maria José. O Presidente conforme anunciava os nomes da diretoria, pedia para que os membros ficassem em pé para o conhecimento dos presentes, a qual foi aprovada por unanimidade. Ainda o presidente eleito que também é o presidente da gestão atual agradeceu aos membros da diretoria, assim como todos que lhe deram apoio diretamente e indiretamente para que a rádio continuasse a prosperar e vencesse todas as dificuldades que por ventura tivesse que enfrentar. Após, colocou a palavra em aberto, não havendo manifestação, encerrou a assembléia as vinte horas e quarenta e cinco minutos, e eu Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, primeira secretária, lavrei esta ata, a qual após lida e achada conforme, foi aprovada e segue assinada por mim e pelo presidente, tendo os demais participantes assinado a lista de presença.

Siléa Benedetti de Macedo Pedroso

José Carlos Cucchi

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOA JURÍDICA DA COMARCA
DE VOTORANTIM - SP

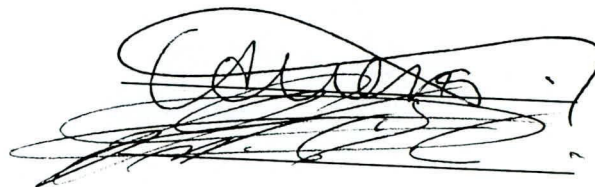
ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL DE VOTORANTIM
 SEDE - RUA RENATO ARAUJO 270 - VILA IRINEU - RIO ACIMA
 CNPJ: 01.848.984/0001-94

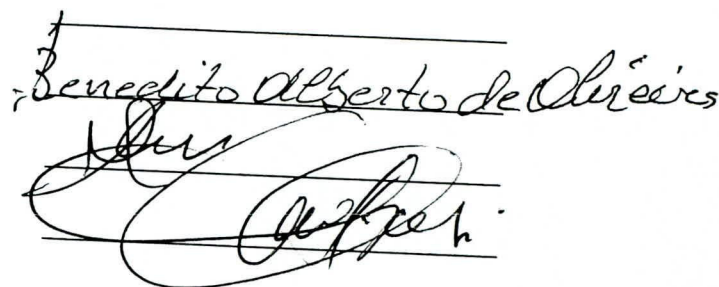
LISTA DE REPRESENTANTES/COLABORADORES QUE ESTÃO APTOS A VOTAREM NA ASSEMBLÉIA GERAL
 PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA PARA O BIÊNIO **2013/2014** QUE SERÁ REALIZADA EM 26/11/2013,
 CONFORME EDITAL PUBLICADO.

REPRESENTANTES/COLABORADORES

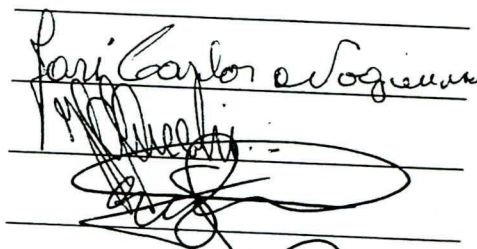
ASSINATURA

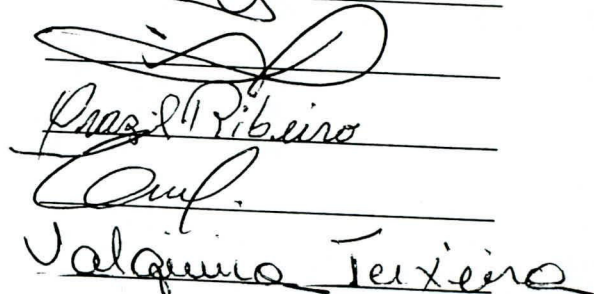
1. Ageu Vieira Mendes
2. Antonio Carlos D. da Cruz
3. Antonio Pedro Ferraz
4. Benedito Alberto de Oliveira
5. Daniel Sentelhas
6. Everton Delapasi
7. Geraldo Ferreira da Rocha
8. Jaime Augusto Rangel
9. Jandir Teixeira
10. Jomar Telles Procópio
11. José Carlos Balotin
12. José Carlos Nogueira
13. José Carlos Cucchi
14. Luiz Carlos Correa
15. Mário Del Guércio D. Mendes
16. Orazil Ribeiro
17. Siléa Benedetti de Pedroso
18. Valquíria de F. Teixeira da Silva



Benedito Alberto de Oliveira




José Carlos Nogueira


Orazil Ribeiro




ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL DE VOTORANTIM
SEDE - RUA RENATO ARAUJO 270 - VILA IRINEU - RIO ACIMA
CNPJ: 01.848.984/0001-94

DIRETORIA - 2013 / 2014

PRESIDENTE - JOSÉ CARLOS CUCCHI

VICE PRESIDENTE - JOSÉ CARLOS BALOTIM

1º SECRETÁRIO - SILÉA BENEDETTI DE PEDROSO

2º SECRETÁRIO - LUIZ CARLOS CORREA

1º TESOUREIRO - ANTONIO CARLOS D. DA CRUZ

2º TESOUREIRO - VALQUÍRIA DE F. TEIXEIRA DA SILVA

DIRETOR DE PATRIMÔNIO - JOSÉ CARLOS NOGUEIRA

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOA JURÍDICA DA COMARCA
DE VOTORANTIM-SP

CLASSIFICADOS

Folha de
Votorantim

Terça-feira - Votorantim 23/10/2012 - Página

-comercial-

Aluga-se

- Salas em fase de acabamento.
F: 8150-8969

-temporada-

Aluga-se

- Ilha Comprida
Boqueirão Centro, este final de semana livre.
F: 3243-8237 / 9640-9098

-terrenos-

Vende-se

- Lote prox.
Nova \$ 18.500.
F: 9656-3131

Terreno 275 m2,
Pq. B. Vista.
Oportunidade urgente.
F: 8133.1956.

-chacaras-

-diversos-

EXCURSÃO
APARECIDA DO NORTE 17/11
- F: 9762-0561 / 8814-4679

AULAS PIANO / TECLADO
- F: 9796-6625 c/ Fabio.

Vende-se

- Jogo sofá \$ 200,
Tv \$ 200, rack/ mesinha \$ 200,
F: 3243-7329.

-prest. serviço-

PIT STOP LAVA RÁPIDO
- Lavagem automotiva,
lavagem de bancos, carpetes, e teto, polimento, cristalização, instalação insulfilm

-veiculos-

Vende-se

- Astra GLS 2001 \$ 15 mil.
F: 8814-5691 / 8814-3349

- 608 baú.
F: 9112.4487.

Scenic Pri/ 2005, preta 2.0 completa.
F: 3243-1224.

Corsa Wind/ 99 1.0 vermelho.
F: 3243-1224.

-Escort XR3/ 93 vermelho.
F: 3243-1224.

-festas-

Aluga-se

- Salão e Dec.
Isabelafestas.com.br.
- F: 3343-3309

- Chác./salão p/ festas.
F: 9112-4487

- C. Elástica, guerra de cotonetes, fut. de sabão, tobogã.
F: 8808-5889 / 9740-0629

-emprego-

PRECISA-SE DE MANICURE E CABELEIREIRO (A)
- F: 3243-3403

-extravio-

- RG em nome de Erico Roberto de Oliveira Miranda, não me responsabilizo pelo uso indevido do mesmo.

-agradecimento-

- Aos três Anjos São Miguel, São Gabriel e São Rafael, pela graça recebida SSSB.

-comunicados-

COMUNICADO DE EXTRAVIO
A empresa WAGNER ROGERIO SINCARUK - ME, situada em Votorantim/SP a Rua William Snapp, 170, Bairro Chave - CEP 13.115-050, Inscrição Municipal nº 14.680, Inscrição Estadual nº 717.100.278.110 e CNPJ nº 07.163.902/0001-98, comunica o extravio de 5 (cinco) talões de nota fiscal modelo 1 conjugada, do nº 000001 ao nº 000250 sendo todas escrituradas, e 1 (um) talão de nota fiscal de prestação de serviço "serie A" do nº 251 ao nº 300 escriturada.

NOVA TROPICAL FM
105.9 www.novotropicalfm.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Votorantim, 23 de outubro 2012
De conformidade com o Estatuto Social, a Associação e Rádio FM Comunitária Tropical, convoca a todos seus associados (colaboradores ou efetivos) para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na Rua Renato Araujo, 270 Vila Irineu, Votorantim/SP, no dia 26 de novembro de 2012, sendo a primeira chamada às 19h00 com 2/3 (dois terços) de seus associados, ou após uma hora em Segunda chamada com 1/5 (um quinto) de seus associados, **ARTIGO 11, PARÁGRAFO PRIMEIRO DE QUARTO.**

ORDEM DO DIA: Eleição da nova diretoria para o biênio 2013/2014.

A(s) chapa(s) estará(ão) apta(s) se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de Eleição, por requerimento à Comissão Eleitoral acompanhada(s) de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do "referendum" de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar. **CAPÍTULO QUARTO, ARTIGO 16.**

José Carlos Cuchí
Presidente

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
CNPJ: 01.88.981/0001-98

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE VOTORANTIM DRA NAILA DE REZENDE KHURI

Faço saber que pretendem se casar os nubentes abaixo relacionados. Se alguém souber algum impedimento, este poderá ser oposto até o momento da celebração do casamento causas suspensivas poderão ser arguidas pelos parentes em linha reta de um dos nubens sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins até 15 dias da publicação destes proclamas

CAMILA FERNANDA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE, estado civil solteiro, profissão auxiliar de produção, nascido em Sorocaba - 2º Subdistrito, SP no dia oito de agosto de mil novecentos e oitenta e três (08/08/1983), residente e domiciliado Rua Mario Savela nº 120, Vila Nova, Votorantim, SP, filho de Leonir Ribeiro de Albuquerque e de Blude Leme de Albuquerque.
PAULA CRISTINA VERLANGIERI, estado civil solteira, profissão auxiliar de produção, nascida em Votorantim, SP no dia seis de abril de mil novecentos e oitenta e três (06/04/1983), residente e domiciliada Rua Mario Savela nº 120, Vila Nova, Votorantim, SP, filha de Francisco Domingos Verlangieri e de Maria Cristina Rubina-to Verlangieri.

THIAGO DOS SANTOS PORTO, estado civil solteiro, profissão auxiliar de produção, nascido em Votorantim, SP no dia seis de abril de mil novecentos e oitenta e nove (06/04/1989), residente e domiciliado Rua José Laureano de Camargo nº 65, Jardim Serrano II, Votorantim, SP, filho de José Tomaz Porto e de Cleide Ferreira dos Santos Porto.
VERONICA DE OLIVEIRA DA SILVA, estado civil solteira, profissão auxiliar de classe, nascida em São André-2º Subdistrito, SP no dia primeiro de

CELSO DOS SANTOS BISPO, estado civil divorciado, profissão pedreiro, nascido em Piedade, SP no dia vinte e seis de novembro de mil novecentos e sessenta e três (26/11/1963), residente e domiciliado Rua Servina Cardoso Lison nº 391, Vila Garcia, Votorantim, SP, filho Jaime dos Santos Bispo e de Silvia Maria Conceição.
MARIA CRISTINA DOS SANTOS, estado civil: teira, profissão doméstica, nascida em Espinosa, MG no dia sete de setembro de mil novecentos e sessenta e seis (07/09/1966), residente domiciliada Rua Servina Cardoso Luvison nº 3 Vila Garcia, Votorantim, SP, filha de Etelvina Maldena da Cruz.

MARCIO JOSÉ JEREMIAS DOS SANTOS, estado civil solteiro, profissão operador de máquinas, nascido em Itapirapuã Paulista, SP no dia dezoito de novembro de mil novecentos e setenta e nove (18/11/1979), residente e domiciliado Rua Adelina Monari, nº 160, Votocel, Votorantim, SP, filho de Carlieto Jeremias dos Santos e Hortencia Cardoso.
SILVIA ROSANA RODRIGUES, estado civil: teira, profissão operadora de máquinas, nascida em Votorantim, SP no dia oito de outubro de mil novecentos e oitenta e três (08/10/1983).



**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE VOTORANTIM**

Rua Paula Ney, nº 109, Centro, CEP 18.110-045- Votorantim - Estado de São Paulo

NAILA DE REZENDE KHURI

Oficiala

CERTIFICO que o presente título foi prenotado em Pessoa Jurídica na data de **10/05/2013** sob nº 00000960, sendo que o mesmo foi Registrado em Microfilme sob nº 00000738.

Apresentante: **DANIEL SENTELHAS**

Telefone: 15 - 9783-3336

Razão Social: **ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL**

Protocolo nº 00000960

-ATA

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM
COMUNITÁRIA TROPICAL
CNPJ: 01.848.981/0001-94

REGISTRADOR:	R\$ 34,44
ESTADO (COD.244-6):	R\$ 9,79
IPESP (COD.318-9):	R\$ 7,25
REG. CIVIL:	R\$ 1,81
TRIBUNAL DE JUSTIÇA:	R\$ 1,81

TOTAL: R\$ 55,10

DEPÓSITO: R\$ 55,10

SALDO: R\$ 0,00

Votorantim, 20/05/2013

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA DE VOTORANTIM
Leila Flávia Cardoso Prior
Escrevente Autorizada

Prenotação nº. **00000960**

Declaro que retirei o presente título e a 1ª via deste recibo estando de acordo com os valores acima cobrados

Nome: _____

Data: _____

Endereço: _____



ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

RUA RENATO ARAÚJO, 270 – VILA IRINEU – VOTORANTIM

ATA DA REUNIÃO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO

Reuni-se para Aprovação da Grade de Programação referente ao ano de dois mil e treze. Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, nas dependências da Associação e Rádio Fm Comunitária Tropical, situada a Rua Renato Araújo, 270, Vila Irineu, Votorantim, São Paulo, as vinte horas, sendo este horário já em segunda chamada, conforme pede o Estatuto, o Senhor presidente em exercício José Carlos Cucchi abriu a reunião agradecendo a todos os presentes, explicou ser esta uma reunião para aprovação da grade de programação referente ao ano de dois mil e treze, respeitando o estatuto em seu artigo 14, apresenta aos diretores do conselho comunitário da rádio a programação a ser executada, com possibilidade de ajustes de acordo com as necessidades, sendo esta flexível, os mesmos aprovaram por unanimidade. Esclarece ainda que a principal função da rádio comunitária é beneficiar a comunidade, dar oportunidades a difusão de ideias, oferecer mecanismos à formação e a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social, deixa claro a participações das entidades filantrópicas ou não, das associações Amigos de Bairros, ONGs, CONSEGs, Academia de Letras de Votorantim e demais manifestações culturais que nos procurarem. Explicou ainda que a Nova Tropical Fm firmou uma parceria com a ONG Abra Vídeo de Brasília que produz programas educativos e culturais, semanais, atemporais e gratuitos, sendo transmitidos por rádios educativas, universitárias e comunitárias em todo o país. Hoje mais de 100 emissoras retransmitem seus programas e o mesmos serão exibidos em horários pré

estabelecidos conforme já apresentado na grade de programação. O presidente após, as explanações colocou a palavra em aberto, não havendo manifestação, encerrou-se a reunião as vinte horas e quarenta e cinco minutos, e eu Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, primeira secretária, lavrei esta ata, a qual após lida e achada conforme, foi aprovada e segue assinada por mim e pelo presidente, tendo os demais participantes assinado a lista de presença.

Siléa Benedetti de Macedo Pedroso

José Carlos Cucchi



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VOTORANTIM
LEANDRO BELLOTTO CAUCHIOLI - Tabelião | R. Eduardo Prado, 98 - Centro - Votorantim/SP
CEP: 18110-090 - Tel: (15) 3243-2788 - E-mail: cartoriovotorantim@hotmail.com



RECONHEÇO P/ SEMELHANÇA 2 FIRMA(S) SEM VALOR ECONOMICO DE:////
JOSE CARLOS CUCCHI E SILEA BENEDETTI DE MACEDO PEDROSO////
VOTORANTIM, 16/05/2013. Em test. da Verdade.

Escrevente Autorizado(a) - Custas: R\$ 8,50 - Pedido: 49
Carimbo: 196164 - Valido somente com o selo de autenticidade

6E7060V98Z1



AS E DE PROTESTO
VOTORANTIM - SP
ANDERSON CLAYTON DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizado
VOTORANTIM - SP

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº 01.848.981/0001-94,
com sede RUA RONATO ARAÚJO, 270 - VILA IRINEU, na
cidade de VOTORANTIM, Estado SP.
CEP 18.144 - 457, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e
devidamente autorizada conforme Portaria nº 452 datada de 22/03/2002 e
Decreto Legislativo nº 375 publicado no Diário Oficial da União datado de
27/05/2002, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a
VISTORIA DA ANATEL, ESPECIFICAMENTE PARA EFEITOS DA RENOVAÇÃO
DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITARIA em atendimento ao subitem 12.1.1 da Norma nº 1/2011, aprovada
pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da
União.

Votorantim, 19 de JULHO de 2014
(local e data)



[Assinatura]
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: José Carlos Cuchi
CPF: 278.821.529-00

ANEXO 12

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.




JOSE CARLOS CUCCHI - Presidente

Endereço para correspondência :Rua Renato Araujo, 270, Vila Irineu, na cidade de Votorantim, Estado __de São Paulo, CEP 18 114-457.

Telefone para contato: 015- _3247-5174.

contato@novatropicalfm.com.br

À SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo B – Sala 301 –
Brasília – DF
CEP 70044-901



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21424/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.014187/2014-55**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Votorantim/SP**, por meio da Portaria nº 452, publicada no DOU de 27/03/2002, e Decreto Legislativo nº 570, publicado no DOU de 19/08/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 19/08/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme estabelecido no art. 131, Parágrafo 4º da Norma nº 1/2015. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 29/08/2014, ou seja, intempestivamente.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 24/08/2016, às 10:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 29/08/2016, às 12:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 30/08/2016, às 12:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 13/09/2016, às 20:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1311475** e o código CRC **64C31D42**.

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.002295/1998 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL**, por meio da Portaria nº 452, publicada no Diário Oficial da União em 27 de março de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim/SP, em razão da apresentação intempestiva do pedido de renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.848.981/0001-94 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R RENATO ARAUJO		NÚMERO 270	COMPLEMENTO
CEP 18.114-457	BAIRRO/DISTRITO VILA IRINEU	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTAB.RD@GMAIL.COM		TELEFONE (15) 3247-5174 / (15) 3243-2497	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/09/2017** às **09:19:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 21/09/2017



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00990/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.014187/2014-55

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

ASSUNTO: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA

I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.

III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.

IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Nota Técnica nº 21424/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311475), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para a Associação Rádio FM Comunitária Tropical, para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

I – DO RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de radiodifusão comunitária - RadCom por meio da Portaria nº 452, publicada no Diário Oficial da União de 27.03.2002, tendo sido o referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 570, publicado no Diário Oficial da União de 19.08.2004, segundo a Nota Técnica nº 21424/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311475).

3. A entidade apresentou seu requerimento em 29.08.2014 (doc. nº 0112945), colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida Nota Técnica nº 21424/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311475) sugerindo a extinção da outorga diante da intempestividade do requerimento apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

5. É o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

6. Segundo a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

7. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, estipula o seguinte:

Art. 36 A autorização para execução do RadCom **poderá ser renovada** por um outro período de três anos[1], **desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações**[2]. (grifo nosso)

8. A outorga concedida à entidade foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na Portaria nº 452 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 570, publicado no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2004, nos termos do art. 223, §3º, da Constituição Federal[3]. Logo, o prazo de validade de 10 (dez) anos concedido à entidade para executar o serviço de RadCom expirou em 19 de agosto de 2014.

9. Com efeito, verifica-se que a entidade deveria ter apresentado o pedido de renovação até 19 de julho de 2014. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear a renovação, tendo encaminhado o requerimento apenas em 29 de agosto de 2014, após o término da validade da outorga, caracterizando sua flagrante intempestividade. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o requerimento não merece ser apreciado.

10. Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela extinção da outorga, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

11. Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que a execução após o dia 19.08.2014 deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

12. Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

13. Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à Nota Técnica nº 21424/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311475), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga, alterando-se a redação para constar da seguinte forma: “(...) Art. 1º Declarar **que encontra-se extinta desde o dia 20.08.2014 a** autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL, por meio da Portaria nº (...)”.

III – CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a intempestividade do requerimento de renovação da outorga apresentado pela Associação Rádio FM Comunitária Tropical, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Votorantim, Estado de São Paulo, em consonância com a sugestão da Secretaria, opina que seja declarada a extinção da outorga, com a consequente publicação de portaria, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

À consideração superior.

Brasília, 06 de outubro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

[5] Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900014187201455 e da chave de acesso a7ead08e

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 12072683 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 06-10-2016 14:14. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

DESPACHO n. 02318/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.014187/2014-55

INTERESSADOS: Associação Rádio FM Comunitária Tropical

ASSUNTO: Não renovação de outorga

1. Aprovo o **Parecer nº 00990/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900014187201455 e da chave de acesso a7ead08e

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 12105153 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 06-10-2016 15:05. Número de Série: 8989594703127723889. Emissor: AC CAIXA PF v2.



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

CNPJ: 01.848.981/0001-94

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:21:34 do dia 21/09/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/10/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Processo de Renovação nº 53900.014187/2014-55 Localidade: Votorantim/SP	Processo de Outorga nº 53830.002295/1998-20 Portaria de autorização: 452 – DOU de 27/03/2002 Decreto Legislativo: 570 – DOU de 19/08/2004
Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL Endereço para correspondência: Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu CEP 18114-457 – Votorantim/SP contato@novatropicalfm.com.br	
1) Requerimento de renovação: Página 1 do Evento SEI 0112945 1.1) Data de apresentação do requerimento: 27/08/2014 1.2) Tempestividade: : (X) Sim, conforme o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424/2017, publicada no DOU de 29/3/2017.	
2) Estatuto Social: Páginas 5 a 12 do Evento SEI 0112945 2.1) Comprovante do Registro no Cartório de Pessoas Jurídicas: Página 12 2.2) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2º 2.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado: Art. 5º (gratuidade do ingresso omitida) (o parágrafo único menciona admissão do associados voluntários pela diretoria, ainda que haja posterior encaminhamento à AG) 2.4) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: (não explícito) 2.5) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: Art. 8º, “a” 2.6) Órgão administrativo e cargos: Arts. 10, “b” e 12 2.7) Atribuições do órgão administrativo: Arts. 13 2.8) Mandato da diretoria, limitado ao máximo de 4 anos, admitida uma única recondução: Art. 12 2.9) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Art. 14	
3) Ata de Eleição da Diretoria: Páginas 13 a 17 3.1) Comprovante do Registro no Cartório de Pessoas Jurídicas: Página 19 3.2) Tempo de mandato: 2 anos 3.3) Período: 26/11/2012 – 26/11/2014 (solicitar atas das duas últimas eleições) 3.4) Cargos e nomes de todos os diretores: Presidente: José Carlos Cucchi; Vice-Presidente: José Carlos Balotim Primeiro Secretário: Siléa Benedetti de Macedo Pedroso Segundo Secretário: Luiz Carlos Correa Primeiro Tesoureiro: Antonio Carlos Domingues da Cruz Segundo Tesoureiro: Valquiria Teixeira Diretor de Patrimônio: José Carlos Nogueira Diretor Operacional: Orazil Ribeiro	
4) Comprovações de maioria e nacionalidade dos dirigentes: (não apresentados)	
5) CNPJ nº: 01.848.981/0001-94 - Evento SEI 2235103	
6) Certidão Negativa de Débitos da Anatel: Evento SEI 2235111	
7) Declaração de conformidade das instalações: Página 2 do Evento SEI 0112945	
8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Páginas 20/21 (só há manifestação do presidente da entidade, sem a avaliação e as assinaturas dos membros do Conselho Comunitário.) 8.1) Denominação das 5 entidades e de seus respectivos representantes: USABV – União das Associações de Bairros de Votorantim – Aristides Vieira Fernandes; Associação Amigos de Bairro da Vila Garcia - Sérgio de Mello APEVO – Associação de Aposentados e Pensionistas de Votorantim - Everton Delapassi Mário Del Guécio Dolacio Mendes – Rotary Clube Associação Comercial de Votorantim - Ageu Vieira Mendes Associação Amigos de Bairro do Rio Acima Votorantim - Elizabeth Teles Varavalo Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza - Atanagildo Garcia Rodrigues Associação de Moradores do Bairro Parque Bela Vista e Maria José - Daniel Sentelhas	

NOTA TÉCNICA Nº 21616/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.014187/2014-55**

Processo de Outorga nº: 53830.002295/1998-20

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação e Rádio FM Comunitária Tropical**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Votorantim**, estado de **São Paulo**, apresentou requerimento de renovação da autorização (Página 01 do Evento SEI 0112945), em 27/08/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 19/07/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise da documentação, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

I. A Ata de Eleição da Diretoria apresentada aos autos, datada de 26/11/2012, cujo período do mandato é de dois anos, já se encontra vencida. Dessa forma, tendo-se em vista que se presumem as ocorrências de ao menos dois mandatos posteriores, a entidade deverá ser convocada a apresentar os seguintes documentos:

I.1. - Atas de Eleição da Diretoria ocorridas no período posterior ao vencimento da ata de 26/11/2012, devidamente acompanhadas de comprovante dos respectivos registros no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A";

I.2. - Cópia do RG ou da Certidão de Nascimento/Casamento (ou de algum dos documentos

*listados pelo §3º do art. 22 da Portaria) de cada um dos membros que compuseram as diretorias referentes às atas solicitadas. Frise-se que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) **NÃO** será aceita como comprovante de nacionalidade.*

I.3. - Cópia do CPF de cada um dos membros que compuseram as diretorias referentes às atas solicitadas, em conformidade com o Art. 42 da Portaria.

3. Conforme disposição da Lei nº 6.015, de 31/12/1973, que trata dos Registros Públicos, o registro civil das pessoas jurídicas deve ser efetuado:

Art. 114. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos: (Renumerado do art. 115 pela Lei nº 6.216, de 1975).

I - os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública;

II - as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

III - os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 9.096, de 1995)

Parágrafo único. No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8º da Lei nº 5.250, de 9-2-1967.

Art. 116. Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores, os seguintes livros: (Renumerado do art. 117 pela Lei nº 6.216, de 1975).

I - Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do art. 114, com 300 folhas;

II - Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, com 150 folhas.

4. Assim, o registro deve ser efetuado no **livro "A"**, do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, uma vez que o registro trata de uma ASSOCIAÇÃO, e não de uma "empresa de radiodifusão".

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail:

duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 22/09/2017, às 10:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/09/2017, às 11:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2235225** e o código CRC **A1775063**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 2235225



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 41302/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação e Rádio FM Comunitária Tropical
Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu
CEP 18114-457 / Votorantim - SP
CNPJ: 01.848.981/0001-94

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.014187/2014-55.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21616/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/09/2017, às 11:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2235391** e o código CRC **B58597B2**.

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 41302/2017/SEI-MCTIC, 27/09/2017
53900.014187/2014-55

Associação e Rádio FM Comunitária Tropical

Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu
18114-457 Votorantim / SP

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALÉUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Valquiria Teixeira

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

(VALQUIRIA TEIXEIRA)

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTDJALMA DIAS
Agente de Correios
Matr. 91090617

CEP VOTORANTIM

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

17/10/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

17 OUT 2017

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 32768395 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

09 OUT 2017

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

23/10/17

09:27

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

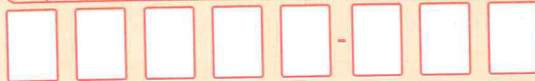
Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL



bf

19

01250.069034/201796



ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

RUA RENATO ARAÚJO, 270, VILA IRINEU - VOTORANTIM/SP - CEP 18114-457

TEL.: (15) 3247-5174

e-mail: contato@novatropicalfm.com.br / site: www.novatropicalfm.com.br

CNPJ: 01.848.981/0001-94 / I.E.: ISENT0

Votorantim, 04 de novembro de 2017.

Ofício 04112017- ARCT

Excelentíssima Senhora
INALDA CELINA MARIO
DD. Coordenador Geral de RADIODIFUSAO
COMUNITARIA

REF. Ofício nº. 41302/2017/SEI-MCTIC

Assunto – Encaminhamento de Nota Técnica relativa a
análise do processo nº 53900.014187/2014-55.

Em atenção ao ofício em epígrafe temos a
declarar que tudo que nos foi solicitado através do ofício
datado em 27/09/2017 e postado em 09/10/2017 foi
plenamente atendido ou seja:

1 - Atas de Eleições da Diretoria ocorridas no período
posterior ao vencimento da Ata de 26/11/2012,
acompanhadas de comprovantes dos respectivos registros
de Pessoas Jurídicas, Livro "A" ;

2 – Cópias do RG de cada um dos membros que compõem
ou compuseram as diretorias das duas Atas solicitadas,
esclarecendo que alguns diretores não possuem mais seus
respectivos CPFs individuais porque de uma época para
cá, os aludidos números já estarem inclusos em seus
respectivos Registro Geral.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 09/11/17 às 14:09 horas

Assinatura: *[assinatura]*



ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

RUA RENATO ARAÚJO, 270, VILA IRINEU - VOTORANTIM/SP - CEP 18114-457


TEL.: (15) 3247-5174

e-mail: contato@novatropicalfm.com.br / site: www.novatropicalfm.com.br

CNPJ: 01.848.981/0001-94 / I.E.: ISENT0

3 – Apenas um dos membros, senhor Ageu Silva Mendes não foi localizado até o presente para apresentar seu documento.

Sem mais, subscrevemos mui respeitosamente, e reiteramos votos de elevada estima e consideração.



José Carlos Balotin
Presidente

Em anexo – cópias reprográficas da documentação solicitada

À SECRETARIA DE radiodifusão departamento de Radiodifusão Educativa,
Comunitária e de Fiscalização – Coordenação-Geral de Radiodifusão
Comunitária.

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo Ala Oeste – 3º andar –
CEP 70044-900
Brasília – DF V- (60)2027-6281

Associação e Rádio FM Comunitária Tropical

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Av. Otávio Augusto Rangel 1.926 – Rio Acima -VOTORANTIM
CNPJ. 01.848.981/0001-94

Assembléia Geral Extraordinária para Nova Diretoria. Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, A Associação e Rádio Fm Comunitária Tropical, realizou na Rua Renato Araújo, 270 – Vila Irineu , Votorantim, São Paulo, eleição da nova diretoria biênio 2.015 /2.016, as vinte horas, sendo este horário já em segunda chamada, conforme pede o Estatuto, o Senhor presidente em exercício José Carlos Cucchi abriu a Assembléia agradecendo a todos os presentes, explicou ser esta uma Assembléia Geral Extraordinária, Artigo 11, sendo a ordem do dia, Eleição da Nova Diretoria que estará conduzindo a entidade no próximo biênio dois mil e quinze, dois mil e dezesseis. Comunicou que de acordo com o Estatuto Social, foi feito o edital de convocação no Jornal Folha de Votorantim, no prazo estipulado, ARTIGO 11, PARÁGRAFO 4º, e que por um erro de grafia na publicação onde era para constar Assembléia Geral Extraordinária, constou Assembléia Geral Ordinária, lendo-o aos presentes, informou também que não houve registro de outra chapa, sendo registrada apenas a da situação, portanto, chapa única, ficando da seguinte forma: DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: José Carlos Balotim, brasileiro ,casado, Funcionário Público, RG 13.814.825, CPF 040.713.618-59, residente a Rua Asdrubal Nascimento, 193, Bairro da Chave, Votorantim, São Paulo; Vice Presidente: José Carlos Cucchi, brasileiro ,casado, publicitário, RG 1.422.124, CPF 278.821.529-00, residente na Av. Luiz do Patrocínio Fernandes, 1571, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Primeiro Secretário: Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, brasileira, casada, Funcionária Pública, RG 19.441.047, CPF 081.740.788-00, residente a Rua Manoel Augusto Rangel, 270, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Segundo Secretário: Valquiria Teixeira, brasileira, Casada, Telefonista, RG 20.227.497, CPF 081.873.438-85, residente a Rua Dimas da Cunha, 272, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Primeiro Tesoureiro: Daniel Sentelhas, brasileiro, casado, Aposentado, RG 6.423.662, CPF 094.059.418-87, residente a Rua Emilio Terciane, 295, Parque bela Vista, Votorantim, São Paulo; Segundo Tesoureiro: Antonio Carlos Domingues da Cruz, brasileiro , Casado, Funcionário Público, RG 17.704.610, CPF

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Av. Otávio Augusto Rangel 1.926 – Rio Acima -VOTORANTIM
CNPJ. 01.848.981/0001-94

072.974.658-52, residente a Rua Dimas da Cunha, 188, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Diretor de Patrimônio: José Carlos Nogueira, brasileiro, Casado, Radialista, RG 3.320.570, CPF 335.965.658-04, residente a Rua Dr. Heitor Avino, 204, Bairro da Chave, Votorantim, São Paulo; Diretor Operacional: Everton Delapasi, brasileiro, casado, aposentado, RG 5.693.767, CPF 268.736.568-87, residente a Rua Adolfo Campione, 52, Jardim Icatu, Votorantim, São Paulo; CONSELHO FISCAL: João Simão Filho, brasileiro, casado, micro empresário, RG 10.695.826, CPF 305.327.879-00, residente a Rua Monte Alegre, 320 centro, Votorantim, São Paulo; Edson Correa, brasileiro, casado, representante comercial, RG 13.810.367-7, CPF 041.169.868-01, residente a Av. Carmem Galan Burgos, 460, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Geraldo Ferreira da Rocha, brasileiro, Viúvo, aposentado, RG 6.989.386-x, CPF 430.244.248-49, residente a Rua Pedro Fontes, 247, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; SUPLENTE: Benedito Alberto de Oliveira, brasileiro, Casado, Motorista, RG 5.565.006, CPF 361.485.558-91, residente a Rua Antenor Silva, 133, Vila Irineu, Votorantim, São Paulo; Jandir Teixeira, brasileiro, casado, Aposentado, RG 7.895.145-8, CPF 515.295.058-87, residente a Rua Dimas da Cunha, 150 Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Silmara Aparecida Carris Cucchi, brasileira, casada, Publicitária, RG. 13.431.569-8, CPF. 045.522.718-73, residente a Av. Luiz do Patrocínio Fernandes, 1.571, Rio Acima, Votorantim São Paulo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Sergio de Mello, brasileiro, casado, aposentado, residente a Av. Jaziel de Azeredo Ribeiro, 354, Vila Garcia, Votorantim, São Paulo, RG 20.227.897, CPF 123.012.812-25, representando a Associação Amigos de bairro da Vila Garcia Votorantim, São Paulo; Ademir Pena, brasileiro, casado, publicitário, RG. 7.787.899, CPF 688.917.768-15, residente a Rua Catarina Maria de Jesus, 375, Vossoroca, Votorantim, representando a APEVO - Associação de Aposentados e Pensionistas de Votorantim; Mário Del Guércio Dolacio Mendes, brasileiro, casado, Jornalista, RG 06.069.252-2, CPF 825.741.117-53, residente a Rua Aurea Dias Batista dos Santos, 133, Jardim

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Av. Otávio Augusto Rangel 1.926 – Rio Acima -VOTORANTIM
CNPJ. 01.848.981/0001-94

Celiza Maria, Sorocaba, São Paulo, representando o Rotary Clube; Ageu Vieira Mendes, brasileiro, casado, Empresário, RG 15.344.788, CPF 050.093.208-51, residente a Av. 31 de Março, 11, casa 3, Centro, Votorantim, São Paulo, representando a Associação Comercial de Votorantim; Elizabete Teles Varavalo, brasileira, Casada, aposentada, RG 9.281.441, CPF 020.939.308-46, Rua Tereza Zuntine, 362, Rio Acima Votorantim, representando a Associação Amigos de Bairro do Rio Acima Votorantim São Paulo. O Presidente conforme anunciava os nomes da diretoria, pedia para que os membros ficassem em pé para o conhecimento dos presentes, a qual foi aprovada por unanimidade. O presidente eleito da gestão atual agradeceu aos membros da diretoria, assim como todos que lhe deram apoio diretamente e indiretamente para que a rádio continuasse a prosperar e vencesse todas as dificuldades que por ventura tivesse que enfrentar. Passou a palavra para o Presidente eleito que proferiu agradecimentos e pediu apoio dos membros para que a rádio continuasse a crescer. Após, colocou a palavra em aberto, não havendo manifestação, encerrou a assembléia às vinte horas e quarenta e cinco minutos, e eu Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, primeira secretária, lavrei esta ata, a qual após lida e achada conforme, foi aprovada e segue assinada por mim e pelo presidente, tendo os demais participantes assinado a lista de presença. Votorantim vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze.

Siléa Benedetti de Macedo Pedroso

José Carlos Cucchi

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VOTORANTIM
LEANDRO BELLOTTO CAUCHOZ - Tabelão (R) - Rua Prada, 50 - Centro - Votorantim - SP
CNPJ: 08110-090 - Tel: (13) 3443-8788 - E-mail: cartorio@votorantim.org.br

RECIBO P/ SERELHANCA E FIRMAS DE VALTE DE VOTORANTIM DE
JOSE CARLOS CUCCHI / 01/12/2015. En test. da Verdade.

Escritor Autorizado(a) - Custas: 4,00 - Carimbo: 412539 - Valido somente para o

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE
VOTORANTIM - SP**
Rua Paula Ney, 109, Centro, Votorantim - SP
Fone: (015) 3247-3466

Título prenotado sob nº 00001677 em 02/12.2015,
registrado e microfilmado sob nº 00001153, em 03/12.2015.
() referido é verdade do que dou fê. Votorantim, 03 de dezembro de 2015.

Oficial	R\$ 75,36
Estado	R\$ 21,41
Ipesp	R\$ 11,03
Simoreg	R\$ 3,98
Unio Just.	R\$ 5,17
MP	R\$ 3,62
Total:	R\$ 120,57

Aline Fernanda Sant'Ana
Escrivente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DE SÃO PAULO		REGISTRO GERAL	13.814.825-9 2 via
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		DATA DE EXPEDIÇÃO	15/11/2014
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT		NOME	JOSÉ CARLOS BALOTIM
POLÍCIA DEPARTAMENTO		FILIAÇÃO	LEONILDO BALOTIM OLGA ROSA BALOTIM
68465868		NATURALIDADE	VOTORANTIM - SP
ASSINATURA DO TITULAR		DOC. ORIGEM	SOROCABA SP VOTORANTIM CC:LV.B41 /FLS.105 /Nº04543
8260-2		CPF	040713618/59
NÃO PLASTIFICAR		ASSINATURA DO DIRETOR	12016934869
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

4A435054

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 62.287.118-3 1 via DATA DE EXPEDIÇÃO 07/06/2016

NOME JOSÉ CARLOS CUCCHI

FILIAÇÃO ARISTIDES CUCCHI
CYRINA IGNEZ CUCCHI

NATURALIDADE S.MARIANA - PR DATA DE NASCIMENTO 19/03/1956

DOC ORIGEM VOTORANTIM-SP VOTORANTIM CC:LV.B40 /FLS.192 /Nº04332

CPT 278821529/00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
COMUNICAÇÃO - DISF

CIT

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

78 821 529 00

JOSE CARLOS CUCCHI

NASCIMENTO

19/03/56

Jose Cuchi

ASSINTE COM A REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

UNIDADE DE REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

ESTE É O DOCUMENTO QUE SERÁ UTILIZADO PARA A INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE TÍTULOS FISCIS - E
O INSCRIÇÃO DE TÍTULOS FISCIS FICARÁ SOB A RESPONSABILIDADE DO DEBENTOR
O DEBENTOR DEVERÁ ORIENTAR O DEBENTOR, RESPECTIVAMENTE, PARA A UNIDADE LOCAL DE REGISTRO
DA RECEITA FEDERAL

ASSINTE DO AGENTE FISCAL

08.1.10.00-0

19/11/90

DRF/SOROCABA

Roberto Meira

Aux. de Informática

Matr. 23.707-3

ESTE É O DOCUMENTO QUE SERÁ UTILIZADO PARA A INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE TÍTULOS FISCIS - E

O INSCRIÇÃO DE TÍTULOS FISCIS FICARÁ SOB A RESPONSABILIDADE DO DEBENTOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 19.441.047-X DATA DE EXPEDIÇÃO 21/MAR/2014

NOME SILEA BENEDETTI DE MACEDO PEDROSO

FILIAÇÃO SIDNEY NOGUEIRA DE MACEDO E NILZA BENEDETTI

NATURALIDADE MARINGÁ -PR DATA DE NASCIMENTO 05/MAR/1969

DOC ORIGEM SOROCABA - SP VOTORANTIM

CC:LV.B40 /FLS.50 /N.004190

CPF 081740788/00

285 Delegado Divisionário
ASSINATURA DO DIRETOR
Roberto Silva
DELEGACIA IIRCD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

0731 011402

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.227.497-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/NOV/2013

NOME VALQUÍRIA DE FATIMA TEIXEIRA DA SILVA

FILIAÇÃO NELSON TEIXEIRA

E EMÍLIA DOMINGUES DE PAULA

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 26/FEV/1969

DOC ORIGEM SOROCABA SP VOTORANTIM

CC: LV.B01 /FLS.080 /N.000156

CPF 081873438/85

285 Delegado Divisionário
Roberto de Fátima do Rego da Silva HRCID SSP SP

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GOMBELETON CALINI

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Valquiria de F. Teixeira da Silva

B705-040135

CARTEIRA DE IDENTIDADE

[Handwritten signature]

ESTADO DE SÃO PAULO 8082-0
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUAIBETTON CALVI
MAIOR DE 65 ANOS
PROIBIDO PLASTIFICAR
NATURALIDADE S. CAETANO DO SUL -SP
DOC. ORDEM SOROCABA-SP
VOTORANTIM
CC: LV.B017/FLS.0109/N.003327
CPF 094059418/87
01 Delegado Divisório
CARLOS ASSIS INATURALIDADE DE POLÍCIA IIRCD SSPSP
LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAINT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

B692-008648

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 17.704.610-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/SET/2013

NOME ANTONIO CARLOS DOMINGUES DA CRUZ

FILIAÇÃO JOÃO PAULO DA CRUZ

E PEDRINA DOMINGUES DA CRUZ

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 27/MAI/1965

DOC ORIGEM SOROCABA-SP
VOTORANTIM
CC:LV.B043/FLS.0153/N.005187

CPF 072974658/52

Roberto Avino 285 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSP.SP
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE SÃO PAULO	8260-2
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE POLÍCIA RIGARDO GUMBLETON DAUNT	
MAIOR DE 65 ANOS	PROIBIDO PLASTIFICAR
	
ASSINATURA DO TITULAR	
B645-082853	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	3.320.570-X
DATA DE EXPEDIÇÃO	17/AGO/2012
NOME	JOSÉ CARLOS NOGUEIRA
FILIAÇÃO	JOSÉ NOGUEIRA E OLINDA BARBOSA NOGUEIRA
NATURALIDADE	SOROCABA -SP
DATA DE NASCIMENTO	12/OUT/1944
DOC ORIGEM	SOROCABA-SP VOTORANTIM
CC:LV.B43 /FLS.37 /N.005071	
CPF	335965658/04
ASSINATURA DO DIRETOR	285 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSP.SP
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1263-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

2427-033548

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.693.767-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/JAN/2007

NOME EVERTON DELAPASI

FILIAÇÃO OSVALDO DELAPASI

E EDNA MAGDALENA ANGELA DELAPASI

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 21/ABR/1950

DOC. ORIGEM SOROCABA SP

VOTORANTIM

CC: LV.B025/FLS.0142/N.005740

CPF 268736568/87

17 Delegado Divisionário

CARLOS ANTONIO C. DE S. ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

10.695.826 17-09-1976

REGISTRO GERAL SÃO PAULO

FOTO 3x4

10.9.76

CONVERSÃO

Nº 009169

SÉRIE - A - 55

POLEGAR DIREITO

SSP SP

FRANCISCO GUIMARÃES DO NASCIMENTO
DELEGADO DE POLÍCIA
CHEFE DO INSTITUTO

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÊDULA DE IDENTIDADE
NACIONALIDADE BRASILEIRA

JOÃO SIMÃO FILHO

NOME

João Simão

FILIAÇÃO

Rosa Adabo Simão

ASSIS SP 14 FEV 1957

NATURALIDADE NASCIDO A

João Simão Filho

Assinatura do portador

Ourinhos

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL



 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Receita Federal
CPF
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
305.327.879-00

Nome
JOAO SIMAO FILHO

Nascimento
14/02/1957



GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



FRANCISCO GUIMARÃES DO NASCIMENTO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SSP

10.695.826
17-09-1976

SERIE - A - 55
Nº 009169

FOTO 3x4
10.9.76

REGISTRO CÍVEL
SÃO PAULO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1263-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GOMES LEON DA SILVA

PROIBIDO PLASTIFICAR

B640-071097

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.810.367-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/JUL/2012

NOME EDSON CORRÊA

FILIAÇÃO PEDRO CORRÊA

E CARMELIA DE MELO CORRÊA

VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 04/OUT/1962

SOROCABA-SP

VOTORANTIM

CC:LV.B047/FLS.0045/N.006270

CPF 041169868/01

183 Delegado Divisionário de Polícia HRGD.SSPSP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8082-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON-DAUNT

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

Geraldo Ferreira da Rocha

B534-023860

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREEN & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.989.386-X DATA DE EXPEDIÇÃO 08/DEZ/2009

NOME GERALDO FERREIRA DA ROCHA

FILIAÇÃO SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

E ARTEMIRA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE ITAPIRA -SP DATA DE NASCIMENTO 10/DEZ/1943

DOC.ORIGEM SOROCABA SP

VOTORANTIM

CC:LV.B17 /FLS.44 /N.003262

CPF 430244248/49

Q. A. L. L. 01 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSP.SP

CARLOS ANTONIO G. DE SEQUEIRA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREEN & SONS

010004

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

756B666E

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.895.145-8 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 06/01/2015

NOME
JANDIR TEIXEIRA

FILIAÇÃO
ARTUR TEIXEIRA
ERMELINA MAGALHÃES

NATURALIDADE
ITAPEVA - SP

DATA DE NASCIMENTO
23/09/1950

DOC ORIGEM
SOROCABA - SP VOTORANTIM CC:LV.830 /FLS.67 /Nº01231

CPF
515295058/87

ASSINATURA DO DIRETOR
Roberto Avino
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD-SSP-SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 13.431.569-8 DATA 05/MAR/2012

NOME SILMARA APARECIDA CARRIS CUCCHI

RELACIONADO LEONILDO PAULINO CARRIS

E MARIA JOSEFA CARRIS

LENÇÓIS PAULISTA -SP 30/MAI/1963

SOROCABA-SP

VOTORANTIM

CC:LV.B40 /FLS.192 /N.004332

045522718/73

285 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

9624-077607

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

045.522.718-73

Nome

SILMARA APARECIDA CARRIS CUCCHI

Nascimento

30/05/1963

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

8BC6.1EB2.54AF.492E

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 09:54:48 do dia 01/03/2012 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8260-2

61637364

POLEGAR DIREITO

Sergio de melo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.227.897-9 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 02/06/2015

NOME
SERGIO DE MELO

FILIAÇÃO
EDVAL DE MELO
MARIA DAS DORES DE MELO

NATURALIDADE
PRES. CASTELO BRANCO - PR

DATA DE NASCIMENTO
02/06/1970

DOC ORIGEM
SOROCABA - SP VOTORANTIM CC:LV.B49 /FLS.286 /Nº07107

CPF
123012818/25

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório de São Paulo SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMSLTON DAUNT

53685244

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.787.899-1 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 04/10/2016

NOME
ADEMAR PENA

FILIAÇÃO
ANTONIO ROBERTO PENA
MARIA APARECIDA PENA

NATURALIDADE
CANAI - MG DATA DE NASCIMENTO
02/10/1955

DOC ORIGEM
ITAPECERICA DA SERRA-SP ITAPECERICA DA SERRA CC:LV.B43 /
FLSº71 / Nº05241

CPF
668917768/15

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 006.069.252-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/01/2001

NOME MÁRIO DEL GUÉRCIO DOLÁCIO MENDES

FILIAÇÃO COARACY DOLÁCIO MENDES

VERA REGINA DEL GUÉRCIO DOLÁCIO MENDES

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
SÃO PAULO 03/10/1964

DOC ORIGEM C.CASM LIV B25AUX FLS 91

TERM 5491 C 12 RIO DE JANEIRO RJ

CPF 825.741.117

Luis Antonio Abrantes Coelho
Luis Antonio Abrantes Coelho
Diretor de Identificação Civil 0207

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

0015 2 VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

 POLÍCIA DELEGADA



[Signature]
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CIC

NASCIMENTO

03.10.64

INSCRIÇÃO NO CPF

825 741 117 53

CONTRIBUINTE

MARIO DEL GUERCIO DOLACIO MEND
ES


ANTÔNIO NILTON SAMPAIO
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1263-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

13564-009765

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.281.441-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/SET/2010

NOME ELISABETE TELLES VARAVALO

FILIAÇÃO JÚLIO LOPES TELLES

E THEREZA MARIA SENGER TELLES

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 01/DEZ/1956

DOC ORIGEM SOROCABA SP

VOTORANTIM

CC: LV.B038/FLS.0210/N.003754

CPF 020939308/46

37 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Av. Otávio Augusto Rangel 1.926 – Rio Acima -VOTORANTIM
CNPJ. 01.848.981/0001-94

Assembléia Geral Extraordinária para Nova Diretoria. Aos nove dias de dezembro de dois mil e dezesseis, A Associação e Rádio Fm Comunitária Tropical, realizou na Rua Renato Araújo, 270 – Vila Irineu , Votorantim, São Paulo, eleição da nova diretoria biênio 2.017/ 2.018, as dezenove horas, sendo este horário em primeira chamada, conforme pede o Estatuto. O Senhor presidente em exercício José Carlos Balotim abriu a Assembléia agradecendo a todos os presentes, explicou ser esta uma Assembléia Geral Extraordinária, Artigo 11, sendo a ordem do dia, Eleição da Nova Diretoria que estará conduzindo a entidade no próximo biênio de 09(nove) de janeiro de dois mil e dezessete a 31 (trinta e um) de dezembro dois mil e dezoito. Comunicou que de acordo com o Estatuto Social, foi feito o edital de convocação no quadro de avisos nas dependências da Tropical FM , no prazo estipulado (convocação anexa) . O Presidente informou também que não houve registro de outra chapa, sendo registrada apenas a da situação, portanto, chapa única, ficando da seguinte forma: DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: José Carlos Balotim, brasileiro ,casado, Funcionário Público, RG 13.814.825, CPF 040.713.618-59, residente a Rua Asdrubal Nascimento, 193, Bairro da Chave, Votorantim, São Paulo; Vice Presidente: José Carlos Cucchi, brasileiro ,casado, publicitário, RG. 62.287.118-3, CPF 278.821.529-00, residente na Av. Luiz do Patrocínio Fernandes, 1571, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Primeiro Secretário: Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, brasileira, casada, Funcionária Pública, RG 19.441.047, CPF 081.740.788-00, residente a Rua Manoel Augusto Rangel, 270, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Segundo Secretário: Valquíria Teixeira, brasileira, Casada, Telefonista, RG 20.227.497, CPF 081.873.438-85, residente a Rua Dimas da Cunha, 272, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Primeiro Tesoureiro: Daniel Sentelhas, brasileiro, casado, Aposentado, RG 6.423.662, CPF 094.059.418-87, residente a Rua Emílio Terciane, 295, Parque bela Vista, Votorantim, São Paulo; Segundo Tesoureiro: Everton Delapasi , brasileiro, casado, aposentado, RG 5.693.767, CPF 268.736.568-87, residente a Rua Adolfo Campione, 52, Jardim Icatu, Votorantim, São Paulo; Diretor de

Aline Fernanda Sant'Ana
Escritor Autorizada

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Av. Otávio Augusto Rangel 1.926 – Rio Acima -VOTORANTIM
CNPJ. 01.848.981/0001-94

Patrimônio: José Carlos Nogueira, brasileiro, Casado, Radialista, RG 3.320.570, CPF 335.965.658-04, residente a Rua Dr. Heitor Avino, 204, Bairro da Chave, Votorantim, São Paulo; Diretor Operacional: Orazil Ribeiro, brasileiro Casado, Eletrotécnico, RG 5.221.309, CPF 971.315.528-34, residente a Rua Enéias de Campos, 330, Vila Nova Votorantim, São Paulo; CONSELHO FISCAL : João Simão Filho, brasileiro, casado, micro empresário, RG 10.695.826, CPF 305.327.879-00, residente a Rua Monte Alegre, 320 centro, Votorantim, São Paulo; Edson Correa, brasileiro, casado, representante comercial, RG 13.810.367-7, CPF 041.169.868-01, residente a Av. Carmem Galan Burgos, 460, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Geraldo Ferreira da Rocha, brasileiro, Viúvo, aposentado, RG 6.989.386-x, CPF 430.244.248-49, residente a Rua Pedro Fontes, 247, Rio Acima, Votorantim, São Paulo; SUPLENTE: Benedito Alberto de Oliveira, brasileiro, Casado, Motorista, RG 5.565.006, CPF 361.485.558-91, residente a Rua Antenor Silva, 133, Vila Irineu, Votorantim, São Paulo; Jandir Teixeira, brasileiro, casado, Aposentado, RG 7.895.145-8, CPF 515.295.058-87, residente a Rua Dimas da Cunha, 150 Rio Acima, Votorantim, São Paulo; Silmara Aparecida Carris Cucchi, brasileira, casada, Publicitária, RG. 13.431.569-8, CPF. 045.522.718-73, residente a Av. Luiz do Patrocínio Fernandes, 1.571, Rio Acima, Votorantim São Paulo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Sergio de Mello, brasileiro, casado, aposentado, residente a Av. Jaziel de Azeredo Ribeiro, 354, Vila Garcia, Votorantim, São Paulo, RG 20.227.897, CPF 123.012.812-25, representando a Associação Amigos de bairro da Vila Garcia Votorantim, São Paulo; Ademir Pena, brasileiro, casado, publicitário, RG. 7.787.899, CPF 688.917.768-15, residente a Rua Catarina Maria de Jesus, 375, Vossoroca, Votorantim, São Paulo representando a APEVO - Associação de Aposentados e Pensionistas de Votorantim; Rinaldo José Carris, brasileiro, casado, agente de viagens, residente na Rua Adair Marinone, 154, Jardim Araújo, Votorantim, São Paulo, RG. 19.179.100-3, CPF 071.953.768-18, representando o Centro Social São Judas Tadeu; Ageu Vieira Mendes, brasileiro, casado, Empresário, RG

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Av. Otávio Augusto Rangel 1.926 – Rio Acima -VOTORANTIM
CNPJ. 01.848.981/0001-94

15.344.788, CPF 050.093.208-51, residente a Av. 31 de Março, 11, casa 3, Centro, Votorantim, São Paulo, representando a Associação Comercial de Votorantim; Elizabete Teles Varavalo, brasileira, Casada, aposentada, RG 9.281.441, CPF 020.939.308-46, Rua Tereza Zuntine, 362, Rio Acima Votorantim, representando a Associação Amigos de Bairro do Rio Acima Votorantim São Paulo. O Presidente conforme anunciava os nomes da diretoria, pedia para que os membros ficassem em pé para o conhecimento dos presentes, a qual foi aprovada por unanimidade. O presidente reeleito agradeceu aos membros da diretoria, assim como todos que lhe deram apoio diretamente e indiretamente para que a rádio continuasse a prosperar e vencesse todas as dificuldades que por ventura tivesse que enfrentar. Proferiu agradecimentos e pediu apoio dos membros para que a rádio continuasse a crescer. Após, colocou a palavra em aberto, não havendo manifestação, encerrou a assembléia às vinte horas, e eu Siléa Benedetti de Macedo Pedroso, primeira secretária, lavrei esta ata, a qual após lida e achada conforme, foi aprovada e segue assinada por mim e pelo presidente, tendo os demais participantes assinado a lista de presença. Votorantim, nove de dezembro de dois mil e dezesseis..

Siléa Benedetti de Macedo Pedroso



José Carlos Balotim



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VOTORANTIM
LEANDRO BELLOTTO CAUCHOU - Tabelão: R. Antônio Fernandes, 57 - Centro - Votorantim/SP
CPF: 18.110-170 - Tel: (15) 3243-2788 - E-mail: cartoriovtorantim@hotmail.com

RECEBIMOS P/ SEREQUENCIA 1 FOLHAS: SEM VALOR ECONÔMICO DE:
JOSE CARLOS BALOTIM
VOTORANTIM, 09/01/2017. Em test. da Verdade.

Escriturante Autorizada - Dúvidas: 15/70 - Pedido: 182
Carimbo: 1577 - Valido somente com o selo de autenticidade
Selo(s): 190497-123344

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE DE

6670610VXCCZ1
123344
123344

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE
VOTORANTIM - SP**

Título prenotado sob nº 0002017 em 13/12/2016 registrado e microfilmado sob nº 00001359, em 13/01/2017. O referido é verdade do que dou fé.

Emolumentos:

Oficial: R\$ 73,72 Estado: R\$ 20,94 Ipesp: R\$ 10,82 Reg. Civil: R\$ 3,88
TJSP: R\$ 5,05 Ministério Público: R\$ 3,55 ISS: R\$ 1,46 TOTAL: R\$ 119,38
Votorantim, 13 de janeiro de 2017.

Aline Fernanda Sant'Ana - Escriturante Autorizada

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE
VOTORANTIM - SP**
Rua Paula Ney, 109, Centro, Votorantim - SP
Fone: (015) 3247-3466

Título prenotado sob nº 00001677 em 02/12/2015,
registrado e microfilmado sob nº 00001153, em 03/12/2015.
O referido é verdade do que dou fê. Votorantim, 03 de dezembro de 2015.

Oficial	R\$ 75,36
Estado	R\$ 21,41
Ipesp	R\$ 11,03
Simoreg	R\$ 3,98
União Just.	R\$ 5,17
MP	R\$ 3,62
Total:	R\$ 120,57

Aline Fernanda Saint Ana
Escrivente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DE SÃO PAULO		REGISTRO GERAL	13.814.825-9 2 via
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		DATA DE EXPEDIÇÃO	15/11/2014
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT		NOME	JOSÉ CARLOS BALOTIM
8260-2		FILIAÇÃO	LEONILDO BALOTIM OLGA ROSA BALOTIM
68465868		NATURALIDADE	VOTORANTIM - SP
PULGAR DIREITO		DATA DE NASCIMENTO	31/05/1960
ASSINATURA DO TITULAR		DOC ORIGEM	SOROCABA SP VOTORANTIM CC:LV.B41 /FLS.105 /Nº04543
040713618/59		CPF	040713618/59
ASSINATURA DO DIRETOR		12016934869	12016934869
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

4A435054

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 62.287.118-3 1 via DATA DE EXPEDIÇÃO 07/06/2016

NOME JOSÉ CARLOS CUCCHI

FILIAÇÃO ARISTIDES CUCCHI
CYRINA IGNEZ CUCCHI

NATURALIDADE S. MARIANA - PR DATA DE NASCIMENTO 19/03/1956

DOC ORIGEM VOTORANTIM-SP VOTORANTIM CC:LV.B40 /FLS.192 /Nº04332

CPF 278821529/00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICO-FISCAIS - CIEF

CIC

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

278 821 529 00

COMPLETO

JOSE CARLOS CUCCHI

NASCIMENTO

19/03/56

J. C. Cucchi

PRESENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODA O TERRITÓRIO NACIONAL

Este documento comprova o registro de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e é obrigatório nos casos expressamente determinados.
Em qualquer orientação de dúvida, tramitação, procure a Unidade Local da Secretaria da Receita Federal.

Assinatura do Agente Emissor

08.1.10.00-0
19/11/90
DRF/SOROCABA

Roberto Meira
Aux. de Informática
Matr. 23.707-7

Este documento é uma prova do funcionamento responsável pela emissão
e validade por parte da autoridade do RFB

[Handwritten signature]

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 19.441.047-X DATA DE EXPEDIÇÃO 21/MAR/2014

NOME SILEA BENEDETTI DE MACEDO PEDROSO

FILIAÇÃO SIDNEY NOGUEIRA DE MACEDO E NILZA BENEDETTI

NATURALIDADE MARINGÁ -PR DATA DE NASCIMENTO 05/MAR/1969

DOC ORIGEM SOROCABA - SP VOTORANTIM

CC:LV.B40 /FLS.50 /N.004190

CPF 081740788/00

285 Delegado Divisionário
 ASSINATURA DO DIRETOR DE FISCALIA IIRCD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

0721 041402

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 20.227.497-4 DATA DE
EXPEDIÇÃO 26/NOV/2013

NOME VALQUÍRIA DE FATIMA TEIXEIRA
DA SILVA

FILIAÇÃO NELSON TEIXEIRA

E EMÍLIA DOMINGUES DE PAULA

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 26/FEV/1969

DOC ORIGEM SOROCABA SP
VOTORANTIM
CC:LV.B01 /FLS.080 /N.000156

CPF 081873438/85

285 Delegado Divisionário
Roberto de Fátima HRCG.DSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DALRY

PROIBIDO PLASTIFICAR

IMPRESSÃO DA DEDALHA DIREITA

IMPRESSÃO DA DEDALHA ESQUERDA

Assinatura de Valquíria de F. Teixeira de Silva

B705-040135

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ESTADO DE SÃO PAULO 8082-0
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON DAUNT
MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

SIN

SIGNATURA DO TITULAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 6.423.662-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/DEZ/2009

NOME DANIEL SENTELHAS

FILIAÇÃO ANDRÉ SENTELHAS

E CARMEN SANCHES SENTELHAS

NATURALIDADE S. CAETANO DO SUL -SP DATA DE NASCIMENTO 03/DEZ/1943

DOC. ORDEM SOROCABA-SP
VOTORANTIM
CC: LV.B017/FLS.0109/N.003327
094059418/87

01 Delegado Divisionário
CARLOS ASSINATURA DO DELEGADO de Polícia IIRCD SSPSP
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1263-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLGAR DIREITO

Assinatura: *Everton Delapasi*

ASSINATURA DO TITULAR

2427-033548

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.693.767-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/JAN/2007

NOME EVERTON DELAPASI

FILIAÇÃO OSVALDO DELAPASI

E EDNA MAGDALENA ANGELA DELAPASI

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 21/ABR/1950

DOC. ORIGEM SOROCABA SP
VOTORANTIM
CC: LV.B025/FLS.0142/N.005740

CPF 268736568/87

17 Delegado Divisionário
CARLOS ANTONIO C. DE SOUZA
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

3645-082853

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.320.570-X DATA DE EXPEDIÇÃO 17/AGO/2012

NOME JOSÉ CARLOS NOGUEIRA

FILIAÇÃO JOSÉ NOGUEIRA

E OLINDA BARBOSA NOGUEIRA

NATURALIDADE SOROCABA -SP DATA DE NASCIMENTO 12/OUT/1944

DOC ORIGEM SOROCABA-SP

VOTORANTIM

CC:LV.B43 /FLS.37 /N.005071


CPF 335965658/04

285 Delegado Divisionário de Polícia HIRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA



POLEGAR DIREITO



RG 5.221309

F.D. 0 - 3333
I - 2222

Orazil Ribeiro
ASSINATURA DO PORTADOR

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ORAZIL RIBEIRO

CONTRIBUINTE

NASCIMENTO 10.07.50

INSCRIÇÃO NO CPF 791.315.528 34

CIC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Orazil Ribeiro

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

CEDULA DE IDENTIDADE

NOME: ORAZIL RIBEIRO

FILIAÇÃO: Sebastião Ribeiro e
Maria Tereza Ribeiro

NASCIDO AOS 10 julho 1.950
EM Sorocaba S.P.

COR DA PELE: branco OLHOS: cast. cls

OBS.: P.T. Votante em
São Paulo (Brasil) 20 de maio de 19 70

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO
SÉRGIO GUARISI

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

10.695.826 17-09-1976

REGISTRO GERAL SÃO PAULO

FOTO 3x4

CONFIDENTIAL

Nº 009169

SERIE - A - 55

POLEGAR DIREITO

SSP SP

FRANCISCO ADIMARQUES DO NASCIMENTO
DELEGADO DE POLÍCIA
MANTEN DO INSTITUTO

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE
NACIONALIDADE BRASILEIRA

JOÃO SIMÃO FILHO

NOME

FILIAÇÃO

João Simão

Rosa Adabo Simão

ASSIS SP

14 FEV 1957

NASCIDO A

ASSINATURA DO TITULAR

João Simão Filho

Ri Ourinhos

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL



 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Receita Federal
CPF
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
305.327.879-00

Nome
JOAO SIMAO FILHO

Nascimento
14/02/1957



GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

SSP
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FRANCO GUIMARÃES DO NASCIMENTO
10.695.826

SERIE -- A -- 55
Nº 009169

FOTO 3x4
10.9.76

REGISTRO CÍVEL
10.695.826

SÃO PAULO
17-09-1976

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1263-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

B640-071097

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.810.367-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/JUL/2012

NOME EDSON CORRÊA

FLAÇÃO PEDRO CORRÊA

E CARMELIA DE MELO CORRÊA

VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 04/OUT/1962

SOROCABA-SP

VOTORANTIM

CC:LV.B047/FLS.0045/N.006270

CPF 041169868/01

183 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSPSP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8082-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON-DAUNT

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

Geraldo Ferreira da Rocha

B534-023860

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GRIFF & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.989.386-X DATA DE EXPEDIÇÃO 08/DEZ/2009

NOME GERALDO FERREIRA DA ROCHA

FILIAÇÃO SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

E ARTEMIRA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE ITAPIRA -SP DATA DE NASCIMENTO 10/DEZ/1943

DOC.ORIGEM SOROCABA SP

VOTORANTIM

CC:LV.B17 /FLS.44 /N.003262

CPF 430244248/49

Q. A. L. L. 01 Delegado Divisionário

CARLOS ANTONIO G. DE SEQUEIRA de Polícia IIRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GRIFF & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO GUNDELTON CAURT

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

300 Oliver

ASSINATURA DO TITULAR

5432 008423

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5.565.006-5 DATA DE EMISSÃO 11/SET/2013

BENEDITO ALBERTO DE OLIVEIRA

SILVERIO JOSÉ DE OLIVEIRA

E APARECIDA GOMES DE MORAES

BOFETE - SP DATA DE NASCIMENTO 15/NOV/1945

VOTORANTIM - SP

VOTORANTIM

CC: LV.B25 /FLS.90 /N.005688

361485558/91

235 Delegado Divisório de Polícia HRCID.SGSP

ROBERTO OLIVEIRA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

756B666E

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.895.145-8 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 06/01/2015

NOME
JANDIR TEIXEIRA

FILIAÇÃO
ARTUR TEIXEIRA
ERMELINA MAGALHÃES

NATURALIDADE
ITAPEVA - SP

DATA DE NASCIMENTO
23/09/1950

DOC ORIGEM
SOROCABA - SP VOTORANTIM CC:LV.830 /FLS.67 /Nº01231

CPF
515295058/87

ASSINATURA DO DIRETOR
Roberto Avino
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD-55P/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.431.569-8 DATA 05/MAR/2012

NOME SILMARA APARECIDA CARRIS CUCCHI

RELACÃO LEONILDO PAULINO CARRIS

E MARIA JOSEFA CARRIS

LENÇÓIS PAULISTA -SP 30/MAI/1963

DIGITADO SOROCABA-SP

VOTORANTIM

CC:LV.B40 /FLS.192 /N.004332

045522718/73

285 Delegado Divisório de Polícia IIRGD-SPSP

Roberto Ayumi

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO CAPOEIRAS DE ARMA E MUNICÍPIO

PROIBIDO PLASTIFICAR

8260-2

8624-077607

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

045.522.718-73

Nome

SILMARA APARECIDA CARRIS CUCCHI

Nascimento

30/05/1963

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

8BC6.1EB2.54AF.492E

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 09:54:48 do dia 01/03/2012 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

8260-2

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

61637364

Sergio de melo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **20.227.897-9** 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 02/06/2015

NOME **SERGIO DE MELO**

FILIAÇÃO
EDVAL DE MELO
MARIA DAS DORES DE MELO

NATURALIDADE
PRES. CASTELO BRANCO - PR

DATA DE NASCIMENTO
02/06/1970

DOC ORIGEM
SOROCABA - SP VOTORANTIM CC:LV.B49 /FLS.286 /Nº07107

CPF
123012818/25

Caetano Paulo Filho
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisionário - JD. SSP. SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8260-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

53685244

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.787.899-1 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 04/10/2016

NOME ADEMAR PENA

FILIAÇÃO ANTONIO ROBERTO PENA MARIA APARECIDA PENA

NATURALIDADE CANAÃ - MG DATA DE NASCIMENTO 02/10/1955

DOC ORIGEM ITAPECERICA DA SERRA-SP ITAPECERICA DA SERRA CC:LV.B43 / FLSº71 / Nº05241

CNP 688917768/15

Assinatura do Diretor

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 19.179-100-3 DATA DE EXPEDICAO 11/MAR/92

NOME RINALDO JOSE CARRIS

FILIAÇÃO LEONILDO PAULINO CARRIS E MARIA JOSEFA SARANHOLI CARRIS

NATURALIDADE LENÇÓIS PAULISTA -SP DATA DE NASCIMENTO 09/OUT/1965

DOC. ORIGEM SOROCABA SP VOTORANTIM

CPF 071953768-1 PIS 10747151226

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

NASCIMENTO 09.10.65

INSCRIÇÃO NO CPF 071 953 768 1E

CONTRIBUINTE RINALDO JOSE CARRIS

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1263-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

Elisabete Telles

ASSINATURA DO TITULAR

RS54-009765

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.281.441-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/SET/2010

NOME ELISABETE TELLES VARAVALO

FILIAÇÃO JÚLIO LOPES TELLES

E THEREZA MARIA SENGER TELLES

NATURALIDADE VOTORANTIM -SP DATA DE NASCIMENTO 01/DEZ/1956

DOC ORIGEM SOROCABA SP

VOTORANTIM

CC:LV.B038/FLS.0210/N.003754

CPF 020939308/46

Q. A. L. L. 37 Delegado Divisionário

CARLOS ASSINATURA DO DIRETOR de Polícia IIRGD-SSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

À SECRETARIA DE radiodifusão departamento de Radiodifusão Educativa,
Comunitária e de Fiscalização – Coordenação-Geral de Radiodifusão
Comunitária.
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo Ala Oeste – 3º andar –
CEP 70044-900
Brasília – DF V- (60)2027-6281



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE



ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

RUA RENATO ARAÚJO, 270, VILA IRINEU - VOTORANTIM/SP - CEP 18114-457

TEL.: (15) 3247-5174

e-mail: contato@novatropicalfm.com.br / site: www.novatropicalfm.com.br

CNPJ: 01.848.981/0001-94 / I.E.: ISENT0

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.848.981/0001-94 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R RENATO ARAUJO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO
CEP 18.114-457	BAIRRO/DISTRITO VILA IRINEU	MUNICÍPIO VOTORANTIM
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTAB.RD@GMAIL.COM		TELEFONE (15) 3247-5174 / (15) 3243-2497
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **01/02/2018** às **11:07:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

CNPJ: 01.848.981/0001-94

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:08:30 do dia 01/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:46:04 do dia 05/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01848981/0001-94

Razão Social: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

Endereço: R JOAO DOS SANTOS FILHO 88 0 / RIO ACIMA / VOTORANTIM / SP / 18110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/05/2018 a 28/06/2018

Certificação Número: 2018053008463040961611

Informação obtida em 05/06/2018, às 10:49:58.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL
CNPJ: 01.848.981/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:00:54 do dia 05/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/12/2018.

Código de controle da certidão: **5543.2C62.85D8.2147**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certidão nº: 151272380/2018

Expedição: 05/06/2018, às 11:04:40

Validade: 01/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.848.981/0001-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO

CERTIFICO que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SILEIA BENEDETTI DE MACEDO PREDROSO** (Título Eleitoral: 166179180132), (CPF: 081.740.788-00) é **TESOUREIRO** (exercício: 08/08/2017 a) do órgão partidário, abaixo descrito:

Partido Político:	PSL - 17 PARTIDO SOCIAL LIBERAL
Órgão Partidário:	Órgão definitivo
Abrangência:	VOTORANTIM - SP - Municipal
Vigência:	Início: 08/08/2017 Final:
Código de Validação:	YDYfbb3CTLrINEC2hUI7ndrVVzw=
Certidão emitida em:	11/06/2018 14:04:32

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

53900.014187/2014-55

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL (CNPJ: 01.848.981/0001-94)

VOTORANTIM/SP

1) Requerimento: Página 1 do Evento SEI 0112945 (postagem: pág. 24)

Data apresentação: 27/08/2014

Endereço de correspondência:

Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu

CEP 18114-457 / Votorantim – SP

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53830.002295/1998-20









Portaria Autorização: 452 – DOU de 27/03/2002

Decreto Legislativo: 570 – DOU de 19/08/2004

2) Ata de Eleição da Diretoria: Páginas 28 a 31 do Evento SEI 2376830 - 01250.069034/2017-96

Tempo do mandato: 2 anos - Período: 09/12/2016 a 31/12/2018

Localização do registro: Pág. 31

Cargo	Nome do Diretor	CPF	Nasc.	Pg. Doc.
Presidente	 JOSÉ CARLOS BALOTIM	040.713.618-59	31/05/1960	Pág. 32 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Vice-Presidente	 JOSÉ CARLOS CUCCHI	278.821.529-00	19/03/1956	Pág. 33 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Primeira Secretária	 SILÉA BENEDETTI DE MACEDO PEDROSO	081.740.788-00	05/03/1969	Pág. 35 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Segunda Secretária	 VALQUÍRIA DE FÁTIMA TEIXEIRA DA SILVA	081.873.438-85	26/02/1969	Pág. 36 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Primeiro Tesoureiro	 DANIEL SENTELHAS	094.059.418-87	03/12/1943	Pág. 37 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Segundo Tesoureiro	 EVERTON DELAPASI	268.736.568-87	21/04/1950	Pág. 38 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Diretor de Patrimônio	 JOSÉ CARLOS NOGUEIRA	335.965.658-04	12/10/1944	Pág. 39 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96
Diretor Operacional	 ORAZIL RIBEIRO	751.315.528-34	10/07/1950	Pág. 40 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96

3) Estatuto Social: Páginas 5 a 12 do Evento SEI 0112945

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: ok: página 12

3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: ok: art. 2º

3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 5º

❗ Pendência: # (gratuidade do ingresso omitida) (o parágrafo único do art. 6º menciona admissão dos associados voluntários pela diretoria, ainda que haja posterior encaminhamento à AG) #

3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES):

❗ Pendência: # Requisito não atendido #

3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): ok: art. 8º, "a"

3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade: ok: art. 12

3.7) Especificação do Conselho Comunitário: ok: art. 14

3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: ok: art 13

3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: ok: art. 12

❗ Pendência: # (vedação à permanência dos mesmos dirigentes não expressa) #

3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I (ok: art. 1º); II (ok: arts. 5º e 9º); III (ok: art. 8º); IV (ok: art. 18); V (ok: arts. 10 a 13); VI (ok: arts. 19 e 20); VII (ok: arts. arts 15 e 18-único)

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): ok: art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): ok: art. 11

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): [não se aplica]

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): ok: art. 20

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: ok

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo V) assinados por todos os dirigentes:

❶ Pendência: **# Requisito não atendido #**

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Págs. 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40 do Evento SEI 2376830 - 01250.06903/2017-96

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Páginas 20/21 do Evento SEI 0112945

❶ Pendência: **# Solicitar novo relatório, acompanhado da grade, contendo as denominações e CNPJ das entidades participantes, conforme o art. 116 da Portaria. #**

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 2 do Evento SEI 0112945

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: ok. Evento SEI 2620715

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): ok: evento SEI 3031001

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: ok: evento SEI 3031026

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: ok: evento SEI 3031155

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: ok: evento SEI 3031191

13) Isenção da entidade e de seus diretores quanto ao estabelecimento ou manutenção de vínculos proibidos: Não ok.

❶ Pendência: **# Há diretor em situação de vínculo. #**

14) Conclusão da Análise:

Foram constatadas pendências na documentação, devendo a entidade ser notificada a cumprir as seguintes exigências:

- apresentação de novo requerimento, conforme o anexo 5 da Portaria;
- alterações estatutárias para adequação ao art. 40 da Portaria;
- nova ata de eleição, garantindo a alternância de membros no corpo diretivo, em atenção aos arts. 7º, inciso II e 40, inciso V, alínea "b" da Portaria;
- novo relatório do Conselho Comunitário, conforme o art. 116 da Portaria;
- regularização de situação de vínculo oriunda da participação de membro da diretoria em órgão de direção de partido político.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.014187/2014-55.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Rádio FM Comunitária Tropical**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Votorantim**, estado de **São Paulo**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 21616/2017/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, **e considerando-se o art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015**, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de	Da análise do estatuto social, constatou-se inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber: a. O Parágrafo Único do art. 6º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) <u>não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria</u> ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está expressamente previsto no art. 5º do estatuto o ingresso <u>gratuito</u> , como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo. b. Não está expressamente previsto o direito de voz e de voto dos <u>associados nas instâncias deliberativas</u> , em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria. c. O art. 12 do estatuto deve considerar a determinação do art. 40, inciso V, "b" da Portaria, de que é <u>vedada a permanência dos mesmos dirigentes na diretoria, ainda que em</u>

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>		2015.	<p><u>cargos diversos, após a recondução.</u></p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>As atas de eleição constantes do processo, datadas de 26/11/2012, 26/11/2014 e 9/11/2016, demonstram que as últimas três diretorias da entidade contaram essencialmente com os mesmos membros em suas formações, o que contraria a definição de <u>caráter comunitário</u> presente no art. 7º, inciso II da Portaria.</p> <p><i>"Art. 7º Para fins desta Portaria, considera-se: (...) II - caráter comunitário: o conjunto de características da entidade que, dando cumprimento ao que determina a normatização aplicável ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, assegura a participação democrática e isonômica dos associados nos foros de deliberação, inclusive mediante a garantia ampla de direito de voz e voto, da possibilidade de ingresso de novos associados e da alternância dos membros de seu corpo diretivo;"</i></p> <p>Dessa forma, a entidade deverá realizar uma nova composição de sua diretoria, de modo a proporcionar a <u>alternância dos membros por meio da participação de novos associados na direção.</u></p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			<p>Com base no art. 116 da Portaria, a entidade deverá apresentar um novo relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a <u>grade de programação</u> da emissora, <u>a descrição e a avaliação</u> dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O relatório deverá</p>

<p>Art. 130, § 1º, inciso V</p>	<p>Último relatório do Conselho Comunitário.</p>	<p>contar com <u>os nomes e as assinaturas de cada um dos cinco conselheiros</u>, bem como com <u>as denominações completas e os respectivos comprovantes de inscrição no CNPJ das entidades representadas por esses conselheiros</u>.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>
<p>Art. 7º, inciso III, alínea "X" c/c art. 7º-A</p>	<p>Vínculos de subordinação.</p>	<p>A partir da análise do processo verificou-se o seguinte:</p> <p>A diretora SILEIA BENEDETTI DE MACEDO PREDROSO é TESOUREIRA do PSL de Votorantim/SP, conforme demonstra a Certidão da Justiça Eleitoral em anexo a esta Nota Técnica.</p> <p>O fato narrado configura vínculo político.</p> <p>De acordo com o art. 7º-A da Portaria:</p> <p>"Art. 7º-A Durante o curso dos processos de pós-outorga ou de renovação, de que trata esta Portaria, será conferida uma única oportunidade, em cada tipo de processo, para saneamento dos seguintes vícios, sob pena de indeferimento da solicitação:</p> <p>[...]</p> <p>II - o estabelecimento ou manutenção de vínculos, nos termos do inciso III do art. 7º" (grifos nossos).</p> <p>Por essa razão, para prosseguimento do Processo, uma vez que a entidade deverá realizar uma nova eleição, conforme já solicitado nesta Nota Técnica, é imprescindível que a nova formação do quadro diretivo esteja isenta de participação de membros em condição de vínculo político, ou de qualquer outro vínculo elencado pelo art. 7º, alínea "a" da Portaria.</p> <p>Observação: Após o procedimento de nova eleição, deve-se encaminhar a respectiva Ata registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, bem como os comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF relativos aos novos dirigentes.</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 12/06/2018, às 12:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/06/2018, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3052034** e o código CRC **630C883E**.

Minutas e Anexos

(3051988) - Anexo 5 da Portaria nº 4334/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018 (modelo de requerimento de renovação de outorga);

(3052005) - Certidão da Justiça Eleitoral, referente à participação de diretor da entidade em órgão partidário municipal.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 3052034



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 23231/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação Rádio FM Comunitária Tropical (CNPJ nº 01.848.981/0001-94)
Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu
CEP 18114-457 / Votorantim - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.014187/2014-55.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 15/06/2018, às
09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3055080 e o código CRC **816B5E62**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 23231/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.014187/2014-55 - Nº SEI: 3055080

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 23231/2018/SEI-MCTIC, 15/06/2018

53900.014187/2014-55

ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL

Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu

18114-457 Votorantim / SP

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X Carlos Alberto de Oliveira

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

28/06/2018

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ANDRÉ ALVES OLIVEIRA

Agente de Correios

Matrícula 80149521

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS: CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 61341845 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

25 JUN 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA - RSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.046-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

AO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES – MCTIC

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – CEP 70044-900 / Brasília – DF

OFICIO 23231/2018/SEI-MCTIC
NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC
Processo nº 53900.014187/2014-55
Ref. Prorrogação de prazo.

A ASSOCIAÇÃO RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94 com sede na Rua RENATO ARAUJO nº 270, Bairro VILA IRINEU, VOTORANTIM, SP, CEP 18.114-457 por sua advogada Dra. Priscila Ferreira Assofra vem, REQUERER TEMPESTIVAMENTE a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** para cumprimento de exigências relativas a NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC, nos termos do artigo 136-C da PORTARIA Nº 1.909, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

"Art. 136-C. Os prazos previstos nesta Portaria somente poderão ser prorrogados por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, e desde que a solicitação de prorrogação do prazo seja tempestiva. (grifamos)

A nota técnica descrita acima, apontou a existência de diversas divergências no ESTATUTO SOCIAL, devendo as mesmas serem corrigidas e sanadas nos termos dos Artigos 131,II e 40 da PORTARIA Nº 4334/2015/SEI-MC no prazo de 30 dias.

Ocorre que o cartório de registro de Pessoas Jurídicas, solicita mais 10 dias úteis, (15 dias corridos), para analisar a documentação e realizar o posterior registro da ATA e ESTATUTO, tornando-se impossível o cumprimento da exigência de Alteração Estatutária no prazo de 30 dias.

Inclusive com:

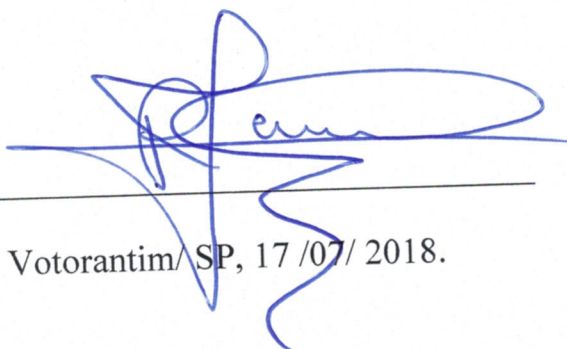
** Feriado dia 09/07/18 e expedientes diários reduzidos devido aos jogos da Copa do Mundo.*

Desta feita, a ASSOCIAÇÃO RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, vem requerer prorrogação de prazo por mais 30 dias para apresentar toda a documentação pertinente a Nota Técnica 13399/2018.

ANEXOS: PRAZO CARTÓRIO PJ – MANUAL CARTORIO VOTORANTIM/SP.

Termos em que,
pede deferimento.

Atenciosamente,



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' followed by a series of loops and a horizontal line, is written over a horizontal line.

Votorantim/ SP, 17 /07/ 2018.

Priscila Ferreira Assofra
Advogada
OAB/SP 367798


PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" e "ET EXTRA"

OUTORGANTE: ASSOCIAÇÃO RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94 com sede na Rua RENATO ARAUJO nº 270, Bairro VILA IRINEU, VOTORANTIM, SP, CEP 18.114-457, por seu representante legal Sr. JOSÉ CARLOS BALOTIM, brasileiro, viúvo, funcionário público, residente e domiciliado na Rua ASDRUBAL NASCIMENTO nº 193 - BAIRRO DA CHAVE - VOTORANTIM - SP, portador do documento de identidade R.G 13.814.825-9 SSP/SP inscrito no CPF sob o n.º 040.713.618-59.

OUTORGADO: PRISCILA FERREIRA ASSOFRÁ, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 367.798 e no CPF/MF sob nº 134.320.408-90, com escritório profissional localizado na Rua Santa Cruz, 170 - sala 5 - Centro - Araçatiguama - SP, CEP 18.147-000, com endereço de e-mail: advpriscilaferreira@gmail.com.

PODERES: para com os poderes constituídos na cláusula "AD JUDICIA" e "ET EXTRA", em conjunto ou separadamente, defender os seus direitos e interesses em qualquer pleito iniciado ou por iniciar-se, em que for autor, ré, assistente, podendo propor as ações que entender e delas variar, desistir, acordar, renunciar ao direito, contestar, interpor recursos, receber quantias, dar e aceitar quitação, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, e demais poderes por mais extensivos que sejam, no âmbito judicial ou extrajudicial, representá-lo perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas, cartórios de notas e de registro de títulos e documentos, Receita Federal, Delegacias, Ministérios em geral, instituições, fundações, inclusive ANATEL e MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, e onde com esta apresentar-se e for necessário, mesmo que aqui não expressamente mencionadas, e os mais necessários perante qualquer Instância, Foro ou Tribunal, enfim, tudo o mais praticar para o bom e fiel cumprimento do presente mandato

Votorantim/SP, 10 de Julho de 2018.


ASSOCIAÇÃO RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL
JOSÉ CARLOS BALOTIM
Representante legal

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

GUIA RÁPIDO DE CONSULTA

SIGLAS REGISTRO = (R) AVERBAÇÃO = (AV.)		
SERVIÇOS	FORMAS DE COBRANÇA E BASE DE CÁLCULO	OBSERVAÇÕES/DOCUMENTOS
ALTERAÇÕES DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS SOCIEDADES CIVIS COM FINS LUCRATIVOS , DESDE QUE NÃO ENVOLVAM CONTEÚDO FINANCEIRO (AV)	Tabela 6. Preço previsto na alínea "a", item 6 da tabela (nota explicativa nº 4.5. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	1. Requerimento assinado com firma reconhecida pelo representante legal ou procurador legalmente constituído, com procuração anexa, solicitando o registro. 2. Alteração contratual assinada pelos sócios, com visto do advogado, com todas as folhas rubricadas pelo representante legal, que terá sua firma reconhecida, e ainda visto de advogado. 2.1. No caso de consolidação, o novo estatuto deve manter todas as cláusulas do anterior que não foram alteradas, exceto se aprovado na íntegra. Não pode haver diferença entre o aprovado na ata e o constante da consolidação. A consolidação deve trazer todos os itens, formais e materiais, necessários a um estatuto para ser registrado.

ALTERAÇÕES DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS SOCIEDADES CIVIS COM FINS LUCRATIVOS , DESDE QUE ENVOLVAM CONTEÚDO FINANCEIRO (AV)	Tabela 6. Os emolumentos pelos atos praticados serão sempre calculados de acordo com o preço ou conteúdo financeiro efetivo do negócio jurídico (nota explicativa nº 4.1. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	<ol style="list-style-type: none">1. Requerimento assinado com firma reconhecida pelo representante legal ou procurador legalmente constituído, com procuração anexa, solicitando o registro.2. Alteração contratual assinada pelos sócios, com visto do advogado, com todas as folhas rubricadas pelo representante legal, que terá sua firma reconhecida, e ainda visto de advogado.2.1. No caso de consolidação, o novo estatuto deve manter todas as cláusulas do anterior que não foram alteradas, exceto se aprovado na íntegra. Não pode haver diferença entre o aprovado na ata e o constante da consolidação. A consolidação deve trazer todos os itens, formais e materiais, necessários a um estatuto para ser registrado.
ALTERAÇÕES DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES , DESDE QUE NÃO ENVOLVAM CONTEÚDO FINANCEIRO (AV)	Tabela 6. Metade do preço previsto na alínea "a", item 6 da tabela (nota explicativa nº 4.4. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	<ol style="list-style-type: none">1. Requerimento com firma reconhecida do representante legal solicitando o registro.2. Ata assinada por quem de direito.3. Edital de convocação4. Lista de Presença5. Alteração estatutária com visto do advogado e assinada pelo representante legal.
ALTERAÇÕES DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES , DESDE QUE ENVOLVAM CONTEÚDO FINANCEIRO (AV)	Tabela 6. Os emolumentos pelos atos praticados serão sempre calculados de acordo com o preço ou conteúdo financeiro efetivo do negócio jurídico (nota explicativa nº 4.1. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	<ol style="list-style-type: none">1. Requerimento com firma reconhecida do representante legal solicitando o registro.2. Ata3. Edital de convocação4. Lista de Presença5. Alteração estatutária com visto do

		advogado e assinada pelo representante legal.
ATOS CONSTITUTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES (R)	<p>Tabela 6. Preço previsto na alínea "a", item 6 da tabela, desde que não envolva conteúdo financeiro (nota explicativa nº 4.4. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).</p> <p>As vias que excederem à terceira, no registro e arquivamento de associações, serão cobradas de acordo com a alínea "a", item 8 da tabela (nota explicativa nº 4.6. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).</p> <p>As páginas dos documentos referentes ao registro e arquivamento das associações e sociedades sem fins lucrativos, que excederem a cinco, serão cobradas de acordo com a alínea "b", item 2 da tabela (nota explicativa nº 4.7. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro.2. Ata de instituição da Associação (com visto do advogado)3. Estatuto social conforme artigo 54 do Código Civil.4. Lista de presença dos participantes da assembleia constando data, nome completo e assinatura.
ATOS CONSTITUTIVOS ASSOCIAÇÕES DE BENEMERÊNCIA, FILANTRÓPICAS E DE PAIS E MESTRES (R)	<p>Tabela 6. Preço cobrado de acordo com a alínea "a", item 6 da tabela, reduzido de 2/3 (nota explicativa nº 4.8. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro.2. Ata de instituição da Associação.3. Estatuto social conforme artigo 54 do Código Civil, com visto do advogado.4. Lista de presença dos participantes da assembleia constando data, nome completo e assinatura
ATOS CONSTITUTIVOS DAS	<p>Tabela 6. Preço previsto na alínea "a", item 6 da tabela, desde que não envolva</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro.

ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS (R)	conteúdo financeiro (nota explicativa nº 4.4. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	2. Ata de instituição. 3. Estatuto social conforme artigo 54 do Código Civil (com visto do advogado). 4. Lista de presença dos participantes da assembleia constando data, nome completo e assinatura
ATOS CONSTITUTIVOS DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO (R)	Tabela 6. O registro será calculado pelo valor do patrimônio estabelecido pelo instituidor. (nota explicativa nº 4.1. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	As fundações são criadas por escritura pública ou em virtude de testamento. 1. Requerimento assinado pelo representante legal solicitando o registro. 2. Ata de fundação assinada por quem de direito, mencionando lugar, data, eleição da primeira diretoria, data de início e término do respectivo mandato, aprovando claramente a fundação daquela entidade e a aprovação do estatuto social. 2.1. Estatuto social (com visto do advogado). 2.2. Lista de presença. 2.3. Qualificação completa dos fundadores e da diretoria. O registro de atos relativos a uma fundação só será feito se devidamente autorizado pelo Ministério Público. No caso de fundação previdenciária, a autorização, excepcionalmente, caberá ao órgão regulador e fiscalizador competente, vinculado ao Ministério.
ATOS CONSTITUTIVOS DOS SINDICATOS (R)	Tabela 6. Preço previsto na alínea "a", item 6 da tabela, desde que não envolva conteúdo financeiro (nota explicativa nº 4.4. da Tabela de Custas conforme Lei	1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro. 2. Ato constitutivo na forma do artigo 54 do Código Civil, com visto do advogado.

	Estadual nº 11.331/2002).	
AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS DAS PESSOAS JURÍDICAS (R)	Tabela 11.	Apresentação do livro anterior, observando-se sua rigorosa sequência numérica, com a comprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da utilização de suas páginas, bem como uma cópia reprográfica do termo de encerramento para arquivo no Serviço (item alínea “f”, item 1, Cap. XVIII, NSCGJ).
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DE SOCIEDADE	Tabela 6. Para os aumentos de capital social, serão devidos os mesmos preços previstos nas alíneas do item 6 da Tabela, considerado o valor da diferença entre o capital antigo e o novo (nota explicativa nº 4.3. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro. 2. Alteração contratual, assinada pelos sócios, com visto do advogado.
CESSÃO DE QUOTAS DE SOCIEDADES (AV)	Tabela 6. Na cessão de quotas de pessoa jurídica, serão devidos os mesmos preços previstos nas alíneas do item 6 da tabela, considerado o valor da transferência, ainda que superior ao valor nominal das quotas (nota explicativa nº 4.2. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro. 2. Alteração contratual da cessão de quotas, assinada pelos sócios, com visto do advogado.
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO (Distrato Social)	Tabela 7. 1/3 do preço previsto nas alíneas da Tabela 6.	1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro da dissolução. 2. Distrato Social assinada pelos sócios, com visto do advogado.
CONTRATOS SOCIAIS DAS EMPRESAS INDIVIDUAIS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, DE NATUREZA	Tabela 6. Os emolumentos pelos atos praticados serão sempre calculados de acordo com o preço ou conteúdo financeiro efetivo do negócio jurídico (nota explicativa nº 4.1. da Tabela de Custas	1. Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro. 2. Contrato social assinado pelos sócios, com visto do advogado.

SIMPLES (R)	conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	
CONTRATOS SOCIAIS DAS SOCIEDADES SIMPLES REVESTIDAS DAS FORMAS EMPRESÁRIAS , CONFORME ESTABELECIDO NO CÓDIGO CIVIL, COM EXCEÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E DAS SOCIEDADES EM COMANDITA POR AÇÕES.	Tabela 6. Os emolumentos pelos atos praticados serão sempre calculados de acordo com o preço ou conteúdo financeiro efetivo do negócio jurídico (nota explicativa nº 4.1. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	1.Requerimento com firma reconhecida solicitando o registro. 2. Contrato social assinado pelos sócios, com visto do advogado.
MATRÍCULA DE JORNAIS, PERIÓDICOS, REVISTAS, EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E OFICINAS IMPRESSORAS.	Tabela 6. Preço previsto na alínea "a", item 6 da tabela, desde que não envolva conteúdo financeiro (nota explicativa nº 4.4. da Tabela de Custas conforme Lei Estadual nº 11.331/2002).	
OUTROS SERVIÇOS		
CERTIDÕES	Tabela 8.	Requerimento simples.
BUSCA (informações prestadas por outros meios, dispensada a certidão).	Tabela 12.	Requerimento simples.

NOTAS:

Para o registro da pessoa jurídica serão apresentadas duas vias originais do ato constitutivo, contrato social ou estatuto, pelas quais far-se-á o registro, mediante requerimento escrito firmado pelos sócios, administrador, designado na forma da lei, ou interessado, considerado este como toda e qualquer pessoa que, tendo direito ou legítimo interesse, possa ser afetada pela ausência do arquivamento do ato.

Quando da apresentação do estatuto de entidade sem fins lucrativos, deverão ser juntadas a ata de constituição e a de eleição e posse da primeira diretoria e demais órgãos, estando seus integrantes devidamente qualificados e com mandato fixado, nada impedindo a existência de uma única ata para tratar de ambos os temas.

Todas as folhas dos contratos constitutivos de sociedade deverão ser rubricadas por todos os sócios e, ao final, o reconhecimento de suas assinaturas. Nas entidades sem fins lucrativos a rubrica será aposta por seu representante legal, com o reconhecimento de sua firma ao final.

Se for apresentada apenas uma via do documento original, essa via ficará arquivada na serventia, facultando-se ao usuário requerer, no mesmo ato ou em momento posterior, a emissão de certidão do registro, mediante pagamento dos respectivos emolumentos.²

Caso seja adotada a microfilmagem, fica dispensado o arquivamento de via original, que deverá ser devolvida para o apresentante, após o registro.³

A certidão emitida pela JUCESP ou por Oficial de Registro de Títulos e Documentos ou Registro Civil de Pessoa Jurídica tem valor de original, substituindo a apresentação de via original do documento.

Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

Os atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das sociedades simples, associações, organizações religiosas, fundações de direito privado, empresas individuais de responsabilidade limitada e associações só serão admitidos a registro e arquivamento quando visados por advogado, devidamente identificado com nome e número de inscrição na OAB, exceto no caso de sociedade simples enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), quando o visto é dispensado.

É vedado o registro de quaisquer atos relativos às sociedades simples; associações; organizações religiosas; fundações de direito privado; empresas individuais de responsabilidade limitada, de natureza simples; e, sindicatos, se os atos constitutivos não estiverem registrados no mesmo Serviço.

É vedado, na mesma Comarca, o registro de pessoas jurídicas com nome empresarial (denominação social ou razão social) ou denominação idêntica ou semelhante a outra já existente, que possa ocasionar dúvida aos usuários do serviço. Portanto, o interessado deverá apresentar certidões extraídas no 1º e do 2º RCPJ de Sorocaba que são as comarcas de origem desta Serventia.

A execução dos serviços concernentes ao registro do empresário constitui atribuição exclusiva do Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial).



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 28447/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Rádio FM Comunitária Tropical (CNPJ nº 01.848.981/0001-94)

Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu

CEP 18114-457 / Votorantim - SP

Assunto: Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.014187/2014-55.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na **NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC** (evento SEI 3052034), informa-se o deferimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4334, de 2015.

2. Ressalte-se que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/07/2018, às 13:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3174104** e o código CRC **66CFC1C0**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 28447/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.014187/2014-55 - Nº SEI: 3174104

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício 28447/2018/SEI-MCTIC, 23/07/2018.

53900.014187/2014-55

ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA

Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu

18114-457 Votorantim / SP

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

31/07/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DANIEL SENTELHAS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RG-6423662-6

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTDJALMA DIAS
Agente de Correios
Matr. B1090617

CDD - VOTORANTIM

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 61342471 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

26 JUL 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

AO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES –
MCTIC

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – CEP 70044-900 / Brasília – DF

OFICIO 23231/2018/SEI-MCTIC
NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC
Processo nº 53900.014187/2014-55
Ref. Saneamento de exigências – Renovação de Outorga.

A ASSOCIAÇÃO RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94 com sede na Rua Renato Araujo nº 270, Bairro Vila Irineu, Votorantim, SP, CEP 18.114-457 por sua advogada Dra. Priscila Ferreira Assofra vem, apresentar tempestivamente esclarecimentos e cumprimento de exigências relativa a NOTA TÉCNICA Nº 13399/2018/SEI-MCTIC.

A entidade protocolou tempestivamente no CADSEI sistema digital do MCTIC por sua procuradora que esta subscreve, pedido de prorrogação para cumprimento de exigências, tendo em vista a necessidade de reforma do Estatuto Social e Ata da diretoria e Conselho Comunitário da entidade juntamente com o devido registro no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, o qual foi deferido.

1- Antes de elencar os documentos pertinentes à regularização das pendências exigidas na Nota Técnica e processo em epígrafe, apresentamos os devidos esclarecimentos abaixo:

Acerca do item – Carácter Comunitário, referente a Portaria nº 4334 de 2015, artigo 7º, inciso II.

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

II – Caráter comunitário: o conjunto de características da entidade que, dando cumprimento ao que determina a normatização aplicável ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, assegura a participação democrática e isonômica dos associados nos foros de deliberação, inclusive mediante a garantia ampla de direito de voz e voto, da possibilidade de ingresso de novos associados e da alternância dos membros de seu corpo diretivo;

Pois bem, primeiramente insta informar que o Estatuto Social da entidade foi totalmente reformado garantindo o caráter comunitário nos termos citado acima e segue anexo nesta oportunidade.

Com efeito, também consta em ATA anexa a eleição da nova diretoria e do Conselho Comunitário, obedecendo o novo ESTATUTO, onde é permitida apenas uma reeleição, estando adequado à Portaria nº 4334, de 2015 alterada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018.

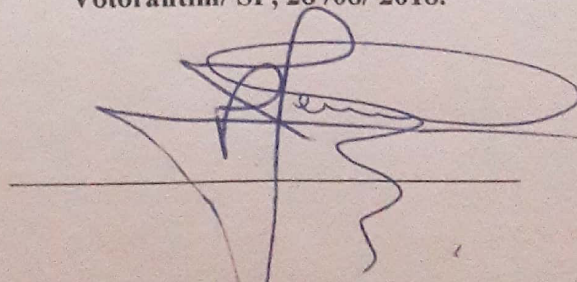
Desta forma, a entidade esclarece que todas as irregularidades foram sanadas com a nova eleição e nova diretoria, INCLUSIVE com a EXCLUSÃO definitiva da Sra. SILEIA BENEDETTI DE MACEDO PEDROSO e ratifica neste ato que sempre esteve a serviço da comunidade atendida, e sempre assegurou transparência na sua gestão, obedecendo os preceitos da Lei.

2- Anexos documentos que compõem as devidas alterações para sanar as exigências da Nota Técnica 13399/2018:

- a) Cópia do Estatuto Social alterado e adequado a Portaria 4334/2015 alterada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018, registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas de Votorantim;
- b) Cópia da Ata de Eleição da diretoria e do Conselho Comunitário, registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas;
- c) Relatório do Conselho Comunitário com descrição, avaliação e assinaturas.
- d) Requerimento de Renovação – Anexo 5 da Portaria.
- e) Comprovantes de maioridade, nacionalidade e CPF novos dirigentes.

Nesses termos, pede deferimento.

Votorantim/ SP, 28 /08/ 2018.



Priscila Ferreira Assofra
Advogada
OAB/SP 367798

AO

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE VOTORANTIM-SP

REQUERIMENTO

Denominação da pessoa jurídica:

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL.

Nome do representante legal:

ROBERTO MORETO

CPF: 985.973.298-15

Nacionalidade:
Brasileiro

Estado Civil:
Casado

Filiação:
Leonilda Moreto

Profissão:
radialista

Domicílio e Residência:
Av. Gisele Constantino nº 31, Ap. 404, Bl. 10, Pq. Bela Vista, CEP 18110-650, no Município
de Votorantim/SP

E-mail: moreto@hotmail.com

REQUER o registro do:

Estatuto social e Ata da Assembleia realizada em 30/07/2018.

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VOTORANTIM
LEANDRO BELLOTTO CAMICHELLI - Tabelão (R. Antônio Fernandes, 97 - Centro - Votorantim/SP
CEP: 18.110-170 - Tel: (15) 3243-2788 - E-mail: cartorio.votorantim@hotmail.com

RECONHECIDO P/ SEMELHANÇA 1 FIRMA(S) SEM VALOR ECONÔMICO DE:
ROBERTO MORETO
VOTORANTIM, 07/08/2018, Em test: da Verdade.

Escrevente Autorizada: [Assinatura] - [Assinatura] - [Assinatura]
Carimbo: 679804
Selo(s): 207231-13074/17

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VOTORANTIM
DANIELA ALON - [Assinatura]
FIRMA 1
1233A A 0217231

Votorantim, 01 de Agosto de 2018.

Assinatura com firma reconhecida

30 de junho de 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2018.

DATA..... 30 DE JULHO DE 2018.

EMENTA.....:CONVOCAÇÃO para
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para APROVAÇÃO ESTATUTÁRIA e ELEIÇÃO
e POSSE da DIRETORIA, MEMBROS do CONSELHO FISCAL e CONSELHO
COMUNITÁRIO DA **ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL.**


Os Membros da ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL,
no uso de suas atribuições regimentais;

RESOLVEM.

CONVOCAR, todos os Membros, Convidados e Autoridades para a
Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia **30 de Julho de 2018, às 19:30 horas**, na
sede da entidade situada na **Rua Renato Araujo nº 270, Vila Irineu, CEP 18114-457, no**
Município de Votorantim, Estado de São Paulo, em cuja Ordem do dia, será apreciar a seguinte
matéria: **1-) Aprovação Estatutária do Estatuto Social adequado a Portaria nº 4.334, de 17 de**
setembro de 2015 alterado pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018; 2-) Eleição e Posse da
Diretoria, Membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Votorantim /SP, 30 de Junho de 2018.

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.


Diretor Geral
JOSÉ CARLOS BALOTIM
CPF n.º 040.713.618-59

Página 1

30 de julho de 2018

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO E RADIO
FM COMUNITARIA TROPICAL.**

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito (30/07/2018), às 19:30 horas, reuniram-se em segunda convocação, em **Assembléia Geral Extraordinária**, os Membros, Associados, Convidados e Autoridades, da entidade Associação e Radio FM Comunitaria Tropical, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94 atendendo ao Edital de Convocação 001/2018, respeitando o quórum previsto no Estatuto, na sede da Associação situada na Rua Renato Araujo nº 270, Vila Irineu, CEP 18114-457, no Município de Votorantim, Estado de São Paulo. Iniciando os trabalhos, foi escolhido por aclamação, para presidir a seção, o Senhor **ROBERTO MORETO**, convidando a mim, **EDSON SANCHES**, para secretariar a seção, solicitando a leitura do Edital de Convocação com o seguinte teor: 1-) **Aprovação Estatutária do Estatuto Social adequado à Portaria nº 4334, de 2015 alterada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018;** 2-) **Eleição e Posse da Diretoria, Membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;** O Presidente Sr. **ROBERTO MORETO** colocou em discussão o **primeiro item da pauta**, salientando que para atender as exigências do Ministério das Comunicações e as novas portarias, foi necessário fazer alterações estatutárias readequando o Estatuto aos novos dispositivos e inclusive redefinindo a numeração do artigos e capítulos do Estatuto. Dando prosseguimento o senhor Presidente solicitou que o Estatuto da Associação, fosse lido. Terminada a leitura e análise do Estatuto Social, contendo 08 (oito) Capítulos e 22 (vinte e dois) Artigos, foi o mesmo posto em discussão e como ninguém se manifestou e não houve objeção sobre qualquer de seus dispositivos, foi o respectivo Estatuto submetido à votação, sendo aprovado sem emendas ou ressalvas, por unanimidade das pessoas presentes e anexo acompanha a presente ata. Passando para o **segundo item da pauta**, o senhor Presidente fez uma breve explanação sobre a alteração estatutária e antecipação das eleições, de acordo com a exigência do Ministério das Comunicações MCTIC através da Nota Técnica Nº 13399/2018, havendo necessidade de readequação e substituição dos Cargos no novo estatuto, elegendo assim uma nova diretoria, novos Membros para o Conselho Fiscal e para o Conselho Comunitário, em uma nova vigência a partir desta data. Em seguida como só havia uma chapa inscrita, deu-se início a Eleição e Posse da Diretoria, que por unanimidade foram eleitos 03 (três) membros sendo os seguintes: **Diretor Geral (Presidente): ROBERTO MORETO**, brasileiro, casado, radialista, portador do RG. 10.776.663-2 SSP/SP e do CPF 985.973.298-15, filiação: Leonilda Moreto, residente e domiciliado na Av. Gisele Constantino nº 31, Ap. 404, Bl. 10, Pq. Bela Vista, CEP 18110-650, no Município de Votorantim/SP; **Diretor Administrativo (Secretário): EDSON SANCHES**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. 26.037.637-1 SSP/SP e do CPF 071.997.618-99, filiação: Tomaz Sanches Moreno e Jacira Queiróz, residente e domiciliado na Rua Nilton Bragonssi Gimenes, nº 227, Bloco CA, Res. C. Ondina, Jd. Ana Claudia, CEP 18110-000, no município de Votorantim/SP; **Diretor de Operações (Tesoureiro): ROBERTO MASSUCO**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG. 9.280.645-4 SSP/SP e do CPF 589.105.658-53, filiação: Vallente Massuco e Benedita de Oliveira Massuco, residente e domiciliado na Rua Pedro Amorim nº 243, Barra Funda, CEP 18114-290, no município de Votorantim/SP. Após a Diretoria eleita, iniciou-se a Eleição dos 03 (três) Membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao que determina o Estatuto Social, ficando o **Conselho Fiscal**, eleito e composto pelos seguintes membros: **Conselheiro fiscal 1:**

Priscila Ferreira Assoufa
Advogada
OAB/SP 367798

Página 1

ITALO BARROS PEREIRA, brasileiro, solteiro, professor, portador do RG. 40.612.377-9 SSP/SP e do CPF 418.627.338-30, filiação: Jurandir Aparecido Pereira e Maria Lucia de Souza Barros Pereira, residente e domiciliado na Rua Leonardo Pacifico Marucci, nº 103, casa 1, Nova Votorantim, CEP 18113-255, no município de Votorantim/SP; **Conselheira fiscal 2: SANDRA MARA DE SOUZA SANCHES**, brasileira, casada, jornalista, portadora do RG. 22.658.484-7 SSP/SP e do CPF 160.069.518-35, filiação: Jurandir Alves de Souza e Tereza Nunes de Souza, residente e domiciliada na Rua Servina Cardoso Luvison nº 11 casa 2, Jd. Maria Lucia, CEP 18112-400 no município de Votorantim/SP; **Conselheiro fiscal 3: DARCI APARECIDO ANTONIO**, brasileiro, casado, radialista, portador do RG. 15.247.895-4 SSP/SP e do CPF 043.327.268-63, filiação: Francisco Antonio e Laura Magesto Antonio, residente e domiciliado na Rua Renato Araújo nº 281, Jardim Araújo, CEP 18114-457 no município de Votorantim/SP. O debate foi aberto e diversas sugestões foram dadas para a **composição do Conselho Comunitário**. Obedecendo ao Estatuto os 5 (cinco) conselheiros elegeram entre si um Coordenador e um Secretário para apoiar as reuniões semestrais, os novos conselheiros da Associação tomaram de imediato a posse, tendo a seguinte composição o **CONSELHO COMUNITÁRIO: Conselheira comunitária 1 (secretária): ANA TEREZA SANTUCCI SALES**, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG. 8.159.668-6 e do CPF Nº 033.651.138-86, filiação: Armando Santucci e Ana de Góes Santucci, residente e domiciliada na Rua Joaquim Fogaça nº 257, Dominguinho, Votorantim/SP, **representante legal da entidade FRATERNIDADE FEMININA DE VOTORANTIM** inscrita no CNPJ 01.600.853/0001-54 com sede na Rua Alfredo Maia nº 286, Barra Funda, CEP 18.110-008, Município de Votorantim – Estado de São Paulo; **Conselheiro comunitário 2: DANIEL SENTELHAS**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG. 6.423.662-6 e do CPF Nº 094.059.418-87, filiação: André Sentelhas e Carmem Sanches Sentelhas, residente e domiciliado na Rua Emilio Terciani nº 295, Parque Bela Vista, Votorantim/SP, **representante legal da entidade ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PARQUE BELA VISTA E BAIRROS ADJACENTES** inscrita no CNPJ 58.974.213/0001-02 com sede na Rua Joana Milani nº 96, Parque Bela Vista, CEP 18.110-600, no município de Votorantim – Estado de São Paulo; **Conselheiro comunitário 3 (coordenador): EVERTON DELAPASI**, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG. 5.693.767-2 e do CPF Nº 268.736.568-87, filiação: Osvaldo Delapasi e Edna Magdalena Angela Delapasi, residente e domiciliado na Rua Adolfo Campione nº 52, Jd. Icatu, Votorantim/SP, **representante legal da entidade CRECHE SÃO VICENTE DE PAULO DE VOTORANTIM**, inscrita no CNPJ 50.822.410/0001-96 com sede na Rua Augusto Jesuino Bauch nº 41, Monte Alegre, CEP 18.110-037, no município de Votorantim - Estado de São Paulo; **Conselheiro comunitário 4: CELSO FERNANDO OLIVEIRA CAMPOS**, brasileiro, divorciado, advogado, portador do RG. 2.906.982-8 e do CPF Nº 017.785.879-68, filiação: Irineu Oliveira Campos e Maria do Rosario Arcuri Oliveira Campos, residente e domiciliado na Rua Aristides Rodrigues Ferreira nº 55, Rio Acima, Votorantim/SP, **representante legal da entidade ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE VOTORANTIM E REGIÃO** inscrita no CNPJ 67.361.956/0001-90 com sede na Rua Antonio Fernandes nº 50, Centro, CEP 18.110-170 no município de Votorantim - Estado de São Paulo; **Conselheiro comunitário 5: MARCOS ROBLES POIATO**, brasileiro, casado, industrial, portador do RG. 10.339.627-5 e do CPF Nº 043.296.258-14, filiação: Mariano Poiato e Antonia Robles Poiato, residente e domiciliado na

Priscila Ferreira Assofra
Advogada
OAB/SP 367798

Página 2

Rua Domingos Arruda Ferraz nº 51, Parque Jataí, Votorantim/SP, **representante legal da entidade CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VOTORANTIM** inscrita no CNPJ 28.469.523/0001-09 com sede na Rua Antonio Fernandes nº 50, Centro, CEP 18.110-170, no município de Votorantim - Estado de São Paulo. Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. Todos os integrantes acima qualificados são maiores, responsáveis, capazes e residentes no município de **VOTORANTIM**, Estado de **SÃO PAULO**. Após divulgado os eleitos para a Diretoria, Membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário da Entidade, **por um período de 04 (quatro) anos com início em 30/07/2018 e término em 30/07/2022**, o Diretor Geral (Presidente) eleito **ROBERTO MORETO**, fez uso da palavra, agradecendo a todos os associados pela confiança depositada em sua pessoa, em seguida deixou livre a palavra, como não houve manifesto por parte dos presentes, foi dada imediata posse para suas funções e atribuições que se iniciou nesta data, posse esta que transcorreu num verdadeiro clima de descontração. Os trabalhos da seção foram suspensos por um tempo necessário para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu **EDSON SANCHES** fiz como Secretário da Seção, e após reaberta a Seção a referida Ata foi lida e aprovada por unanimidade em todo o seu teor, a qual segue assinada por mim, pelo Diretor Geral (Presidente) e pelo Diretor Operacional (Tesoureiro) eleitos da Diretoria da **ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL** com visto da advogada Dra. Priscila Ferreira Assofra, com endereço eletrônico: advpriscilaferreira@gmail.com inscrita na OAB/SP 367.798.

Votorantim / SP, 30 de julho de 2018.

Diretor Geral (Presidente).
ROBERTO MORETO
 CPF n.º 985.973.298-15


Diretor Administrativo (Secretario).
EDSON SANCHES
CPF n.º 071.997.618-99

Priscila Ferreira Assofra
Advogada
OAB/SP 367798


Diretor de Operações (Tesoureiro)
ROBERTO MASSUCO
CPF n.º 589.105.658-53

[illegible]



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VOTORANTIM
LEANDRO BELLOTTO CAUCHOLI - Tabela R. Arlício Fernandes, 97 - Centro - Votorantim/SP
CEP: 13.116-170 - Tel.: (15) 3247-2788 - E-mail: cartoriovotorantim@hotmail.com



RECONHECO P/ SEMELHANÇA 1 FIRMA(S) SEM VALOR ECONÔMICO DE://///////
ROBERTO MORETO/////////
VOTORANTIM, 23/08/2018. Em test. da Verdade.

Escrevente Autorizada - Custas: R\$ 5,99 - Pedido: 101

Carimbo: 683389

Selo(s): 218092-1233AA/////////



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE
VOTORANTIM - SP

Rua Paula Ney, 109, Centro, Votorantim - SP
Fone: (015) 3247-3466

Título prenotado sob nº 00002664 em 09/08/2018,
registrado e microfilmado sob nº 00001763, em 27/08/2018
e) referido e verdade do que dou t. Votorantim, 27 de agosto de 2018

Oficial	RS 150,45
Estado	RS 42,73
Ipsesp	RS 29,31
Reg. Civil	RS 7,00
Imp. Just.	RS 10,31
NIP	RS 7,25
ISS	RS 3,04
Total:	RS 250,99

Aline Fernanda Sant'Ana
Escrevente Autorizada

30 de julho de 2018

Lista de Presença da Assembléia Geral Extraordinária do dia 30 de Julho de 2018 para Aprovação Estatutária do Estatuto Social adequado a Portaria nº 4334, de 2015 com alteração da Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018: Eleição e Posse da Diretoria, Membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL.

= ROBERTO MORETO: Roberto Moreto

= EDSON SANCHES: Edson Sanches

= ROBERTO MASSUCO: Roberto Massuco

= ITALO BARROS PEREIRA: Italo Barros Pereira

= SANDRA MARA DE SOUZA SANCHES: Sandra Mara S. Sanches

= DARCI APARECIDO ANTONIO: Darcy A. Antonio

= ANA TEREZA SANTUCCI SALES: Ana Tereza Santucci Sales

= DANIEL SENTELHAS: Daniel Sentelhas

= EVERTON DELAPASI: Everton Delapasi

= CELSO FERNANDO OLIVEIRA CAMPOS: Celso Fernando Oliveira Campos

= MARCOS ROBLES POIATO: Marcos Robles Poiato

30 de julho de 2018

Relação que consta Nome e dados completos, dos Membros da Diretoria, Membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL devidamente constituída com Sede na Rua Renato Araujo nº 270, Vila Irineu, CEP 18114-457, no Município de Votorantim, Estado de São Paulo.

= **Diretor Geral (Presidente)** > ROBERTO MORETO, brasileiro, casado, radialista, portador do RG. 10.776.663-2 SSP/SP e do CPF 985.973.298-15, filiação: Leonilda Moreto, residente e domiciliado na Av. Gisele Constantino nº 31, Ap. 404, Bl. 10, Pq. Bela Vista, CEP 18110-650, no Município de Votorantim/SP.

= **Diretor Administrativo (Secretário)** > EDSON SANCHES, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. 26.037.637-1 SSP/SP e do CPF 071.997.618-99, filiação: Tomaz Sanches Moreno e Jacira Queiróz, residente e domiciliado na Rua Nilton Bragonssi Gimenes, nº 227, Bloco CA, Res. C. Ondina, Jd. Ana Claudia, CEP 18110-000, no município de Votorantim/SP.

= **Diretor de Operações (Tesoureiro)** > ROBERTO MASSUCO, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG. 9.280.645-4 SSP/SP e do CPF 589.105.658-53, filiação: Vallente Massuco e Benedita de Oliveira Massuco, residente e domiciliado na Rua Pedro Amorim nº 243, Barra Funda, CEP 18114-290, no município de Votorantim/SP.

= **Conselheiro fiscal 1** > ITALO BARROS PEREIRA, brasileiro, solteiro, professor, portador do RG. 40.612.377-9 SSP/SP e do CPF 418.627.338-30, filiação: Jurandir Aparecido Pereira e Maria Lucia de Souza Barros Pereira, residente e domiciliado na Rua Leonardo Pacifico Marucci, nº 103, casa 1, Nova Votorantim, CEP 18113-255, no município de Votorantim/SP.

= **Conselheira fiscal 2** > SANDRA MARA DE SOUZA SANCHES, brasileira, casada, jornalista, portadora do RG. 22.658.484-7 SSP/SP e do CPF 160.069.518-35, filiação: Jurandir Alves de Souza e Tereza Nunes de Souza, residente e domiciliada na Rua Servina Cardoso Luvison nº 11 casa 2, Jd. Maria Lucia, CEP 18112-400 no município de município de Votorantim/SP.

= **Conselheiro fiscal 3** > DARCI APARECIDO ANTONIO, brasileiro, casado, radialista, portador do RG. 15.247.895-4 SSP/SP e do CPF 043.327.268-63, filiação: Francisco Antonioa e Laura Magesto Antonio, residente e domiciliado na Rua Renato Araújo nº 281, Jardim Araújo, CEP 18114-457 no município de município de Votorantim/SP.

= **Conselheira comunitária 1 (secretária)**> ANA TEREZA SANTUCCI SALES, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG. 8.159.668-6 e do CPF N° 033.651.138-86, filiação: Armando Santucci e Ana de Góes Santucci, residente e domiciliada na Rua Joaquim Fogaça n° 257, Dominginho, Votorantim/SP.


= **Conselheiro comunitário 2**> DANIEL SENTELHAS, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG. 6.423.662-6 e do CPF N° 094.059.418-87, filiação: André Sentelhas e Carmem Sanches Sentelhas, residente e domiciliado na Rua Emilio Terciani n° 295, Parque Bela Vista, Votorantim/SP.

= **Conselheiro comunitário 3 (coordenador)**> EVERTON DELAPASI, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG. 5.693.767-2 e do CPF N° 268.736.568-87, filiação: Osvaldo Delapasi e Edna Magdalena Angela Delapasi, residente e domiciliado na Rua Adolfo Campione n° 52, Jd. Icatu, Votorantim/SP.

= **Conselheiro comunitário 4**> CELSO FERNANDO OLIVEIRA CAMPOS, brasileiro, divorciado, advogado, portador do RG. 2.906.982-8 e do CPF N° 017.785.879-68, filiação: Irineu Oliveira Campos e Maria do Rosario Arcuri Oliveira Campos, residente e domiciliado na Rua Aristides Rodrigues Ferreira n° 55, Rio Acima, Votorantim/SP.

= **Conselheiro comunitário 5**> MARCOS ROBLES POIATO, brasileiro, casado, industrial, portador do RG. 10.339.627-5 e do CPF N° 043.296.258-14, filiação: Mariano Poiato e Antonia Robles Poiato, residente e domiciliado na Rua Domingos Arruda Ferraz n° 51, Parque Jataí, Votorantim/SP.

Votorantim / SP, 30 de julho de 2018.


Diretor Geral (Presidente).

ROBERTO MORETO

CPF n.º 985.973.298-15

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1.º - A Associação e Radio FM Comunitaria Tropical fundada aos vinte e um de março de mil novecentos e noventa e sete (21/03/1997), registrada no cartório competente e devidamente inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94 é uma Entidade Civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural, social, democrático e de gestão comunitária, constituída pela união de moradores do Município de **Votorantim**, Estado de São Paulo, com Sede na Rua Renato Araujo nº 270, Vila Irineu, CEP 18114-457, no Município de **Votorantim**, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único – A Associação utilizará como denominação Fantasia: **NOVA TROPICAL** e reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas Leis vigentes no Território Nacional.

Artigo 2.º - A ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** atendendo o disposto da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 alterada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018, bem como:

I - Beneficiar a Comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e Atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência nas finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Parágrafo Segundo - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiosos.

Parágrafo Terceiro – Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá o direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da Emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Artigo 3.º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

II – DOS ASSOCIADOS

Artigo 4.º - Serão admitidos como associados pessoas físicas e jurídicas com direito de acesso gratuito, que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

Geral, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Artigo 5.º - A Associação, será composta pelas seguintes categorias de Associados:

I – Fundadores: Formada por todos aqueles que assinaram a Ata de Fundação;

II – Contribuintes ou Efetivos: Todos os Associados admitidos na forma Estatutária e que tenham sido aprovados em Assembléia Geral, sendo cidadão pessoa física ou jurídica, domiciliados na área da execução do serviço;

III – Honorários: Pessoas físicas ou jurídicas de notório valor e relevante atuação em prol da Associação, que forem aceitos como tais pela Assembléia Geral.

Artigo 6.º - As contribuições dos Associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Artigo 7.º - São Direitos e Deveres dos Associados:

a)- O Associado tem Direito a:

I- voto e concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto do Parágrafo Segundo do Artigo 11.º;

II- Participar de Assembléias Gerais com voz, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;

III- Demitir-se da Associação;

IV- Encaminhar para a Diretoria, proposta de admissão de novos Associados.

b)- São Deveres do Associado:

I- Participar das Assembléias, sempre que convocadas Ordinária e Extraordinariamente;

II- Cumprir as disposições da Lei, do Estatuto, bem como respeitar as deliberações da Assembléia;

III- Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação;

IV- Colocar a Diretoria a par de situações que coloquem em risco a autonomia ou o bem estar da Entidade;

V- Colaborar e manter em dia, com a contribuição mensal estipulada pela Assembléia Geral.

Artigo 8.º - São passíveis de punição temporária, demissão ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os Associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a Diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submete-la à Assembléia Geral, convocada

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

especialmente para esse fim, por maioria simples de votos dos diretores presentes, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da notificação, e em caso de pena de exclusão caberá apresentação de recurso no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Artigo 9.º - São Órgãos da Associação:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal.

IV- Conselho Comunitário.

Artigo 10.º - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por um quinto de seus Associados, e ocorrerá Ordinariamente a cada ano, no terceiro trimestre, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá Ordinariamente ocorrer a cada 04 (quatro) anos para Eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário e Extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e Alteração Estatutária, respeitando-se o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo.

Parágrafo Primeiro – A convocação dos órgãos deliberativos composta por um quinto de seus Associados poderá ocorrer Extraordinariamente, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral; Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes, Alteração Estatutária ou dissolução da Associação, será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes;

Parágrafo Segundo – A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias através de Edital ou comunicado afixado na Sede da Associação e Estúdio, bem como na Sede das Entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da Emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro – A Assembléia Geral deliberará em primeira chamada somente com metade mais um dos Associados aptos a votar e, em Segunda chamada, trinta

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

minutos após com qualquer número de Associados aptos a votar, respeitadas as disposições constantes do Parágrafo Primeiro deste Artigo.

Parágrafo Quarto – A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienações de bens imóveis ou móveis ou extinção da Entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos Associados em dia com suas obrigações sociais, filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no Parágrafo Primeiro deste Artigo.

Artigo 11.º - A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral (Presidente), um Diretor Administrativo (Secretário) e um Diretor de Operações (Tesoureiro), eleitos em Assembléia Geral para um **mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma reeleição.**

Parágrafo Primeiro – A Diretoria da Associação, poderá ser substituída, para finalização de mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições constantes no Parágrafo Primeiro do Artigo 10.º.

Parágrafo Segundo – Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida.

Parágrafo Terceiro - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função na qual decorra foro especial.

Artigo 12.º - São atribuições:

I – Da Diretoria:

- a)- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da Entidade;
- b)- Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c)- Representar a Associação em Atos Públicos ou internos;
- d)- Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Associação;
- e)- Apresentar relatório anual a Assembléia Geral do balanço patrimonial e relatório de atividades
- f)- Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g)- Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h)- Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da Entidade;

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

i)- Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral.

II – De cada Dirigente:

a)- Ao Diretor Geral (Presidente) compete: Representar a Associação, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da Diretoria, assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária da Entidade, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da Diretoria e em Assembléia Geral; Praticar todos os atos necessários à administração da Entidade, organizar seus serviços e Departamentos; Praticar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;

b)- Ao Diretor Administrativo (Secretário) compete: Gerir as atividades administrativas e financeiras da Entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação, assinar com o Diretor Geral (Presidente) todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as Atas, ter sob sua guarda os livros, Atas e pareceres da Entidade, bem como todos os documentos relativos a Tesouraria e Secretaria; dirigir e supervisionar os serviços da Tesouraria e Secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da Entidade;

c)- Ao Diretor de Operações (Tesoureiro) Compete: Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínios sob forma de Apoio Cultural, bem como supervisionar e ter sob a sua guarda todo patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao Serviço de Radiodifusão; Promover a integração da Comunidade com o serviço prestado.

Artigo 13.º - A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Comunitário será instituído após a outorga da entidade, em conformidade com o artigo 8º da Lei 9.612/98, com a participação de no

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

mínimo 5 (cinco) membros, ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria dos seus membros ou pela Diretoria Executiva por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros

Parágrafo Segundo - O Conselho Comunitário será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de Entidades da Comunidade local, tais como Associações de Classe, Beneméritas, Religiosas ou de Moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Comunidade.

Parágrafo Terceiro - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Parágrafo Quarto - O Conselho Comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre seus membros, um coordenador e um Secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo Quinto - As reuniões do Conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de Atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 14.º - A Associação será fiscalizada por um Conselho Fiscal constituído por 3 (três) membros titulares, eleitos pela Assembléia Geral que elegeu a Diretoria para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma reeleição.

Parágrafo único – Compete ao Conselho Fiscal cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e as seguintes atribuições:

I- Examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre eles para a Assembléia Geral convocada para apreciação e aprovação das contas anuais.

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

II- Opinar sobre as transações ou operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação.

III- Acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva.

IV – DAS ELEIÇÕES

Artigo 15.º – As chapas para a Diretoria e Conselho Fiscal estarão aptas, se entregues até 03 (três) dias antes da Assembléia Geral de Eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de Associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro – É vedada a participação de Associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração;

Parágrafo Segundo – A Diretoria e o Conselho Fiscal, serão formados pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos, totalizados no Processo Eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembléia Geral.

V – DA PROGRAMAÇÃO

Artigo 16.º - A Programação da Emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no Território Nacional sobre Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Único – Será vedada a transferência da Outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da Emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

ESTATUTOSOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

VI – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Artigo 17.º - O Patrimônio e Receita da Associação, será composta pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiro transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único – Toda Receita ou Despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

Artigo 18.º - A Receita da Associação, será utilizada única e exclusivamente para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Artigo 19.º - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, inclusive no tocante a administração, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Artigo 20.º - A dissolução da Associação, ocorrerá segundo decisão da Assembléia Geral, respeitando as disposições constantes no Parágrafo Primeiro do Artigo 10.º, e o remanescente de seu Patrimônio Líquido, será destinado a Entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Parágrafo Único- A Associação poderá ser extinta, por deliberação da maioria dos Associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para tal fim.

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

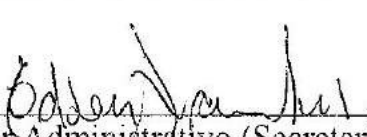
VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

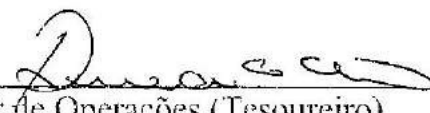
Artigo 21.º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recursos a Assembléia Geral, pelo Associado que se achar prejudicado.

Artigo 22.º - O Estatuto foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2018, e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoa Jurídica, averbando-se a este Registro todas as alterações por que passar.

Votorantim /SP, 30 de julho de 2018.


Diretor Geral (Presidente),
ROBERTO MORETO
CPF n.º 985.973.298-15


Diretor Administrativo (Secretario).
EDSON SANCHES
CPF n.º 071.997.618-99


Diretor de Operações (Tesoureiro).
ROBERTO MASSUCO
CPF n.º 589.105.658-53



Advogada
PRISCILA FERREIRA ASSOFra
OAB/SP 367.798

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE
VOTORANTIM - SP**
Rua Paula Ney, 199, Centro, Votorantim - SP
Fone: (015) 3247-3466

Título prenotado sob nº 00002664 em 09/08/2018,
registrado e microfilmado sob nº 00001763, em 17/08/2018.
O referido é verdade do que dou fé Votorantim, 27 de agosto de 2018.

Oficial	RS 150,45
Estado	RS 42,75
Iresp.	RS 29,31
Reg. Civil	RS 7,90
Tab. Just.	RS 10,31
MP	RS 7,25
Des.	RS 3,04
Total:	RS 250,99

Aline Fernanda Sant'Ana
Escrevente Autorizada



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
DO CONSELHO COMUNITÁRIO 2018 - 1º SEMESTRE DA
ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL.

A ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, inscrita no CNPJ sob nº 01.848.981/0001-94 com sede na Rua Renato Araujo nº 270, Vila Irineu, CEP 18114-457, no Município de Votorantim, Estado de São Paulo, através de seus CONSELHEIROS, vem apresentar Relatório Circunstanciado elaborado pelo Conselho Comunitário nos termos do artigo Art. 116 da PORTARIA Nº 4334/2015/SEI-MC alterada pela Portaria nº 1.909, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL demonstra abaixo a programação da Rádio Nova Tropical e declara que a programação da emissora de rádio, atende os princípios, objetivos e finalidades legais do serviço de Radiodifusão Comunitária referente ao 1º Semestre do ano vigente (2018) nos termos dos artigos 4º e 8º da LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

O Conselho Comunitário deseja a continuidade do sucesso dos que fazem a organização da Rádio Nova Tropical e vem parabenizá-los pela excelente condução dos trabalhos. Nestes termos, o Conselho Comunitário passa a datar, rubricar e assinar todas as folhas deste documento.

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA RADIO NOVA TROPICAL**DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 00h00min. às 24h00min.**

HORÁRIO: 00:00 às 05:00 hs
LOCUTOR: Everton Delapasi
PROGRAMA: FREQUÊNCIA LIVRE
DESCRIÇÃO: MUSICAS DE TODOS OS TEMPOS NACIONAL E INTERNACIONAL

HORÁRIO: 05:00 as 07:00 hs
LOCUTOR: Sabonete
PROGRAMA: DOSE DUPLA SERTANEJA
DESCRIÇÃO: SERTANEJO RAIZ

HORÁRIO: 07:00 as 09:00 hs
LOCUTOR: Rafael Ferrari
PROGRAMA: BOM DIA TROPICAL
DESCRIÇÃO: MUSICAS VARIADAS E INFORMAÇÃO

HORÁRIO: 09:00 as 11:00 hs
LOCUTOR: Carlinhos Now e Néia Oliveira
PROGRAMA: MANHÃ TROPICAL
DESCRIÇÃO: MUSICA, INFORMAÇÃO, ESPORTE, ENTREVISTAS, BRINDES

HORÁRIO: 11:00 as 13:00 hs
LOCUTOR: Ana Cláudia Koury
PROGRAMA: REVISTA TROPICAL
DESCRIÇÃO: MUSICA, INFORMAÇÃO, ENTREVISTAS E ACOES CULTURAIS DA CIDADE

Observações e rubricas: _____

Continuação programação de segunda a sexta-feira.

HORÁRIO: 13:00 as 15:00 hs
LOCUTOR: Éder Dias
PROGRAMA: FREQUÊNCIA TROPICAL
DESCRIÇÃO: MUSICA JOVEM VARIADO COM INFORMAÇÃO

HORÁRIO: 15:00 as 17:00 hs
LOCUTOR: Alexandre Moreto
PROGRAMA: TARDE TROPICAL
DESCRIÇÃO: INFORMAÇÃO, ENTREVISTAS, SORTEIOS BRINDES E MUSICA VARIADA

HORÁRIO: 17:00 as 18:00 hs
LOCUTOR: Roberta Moreto
PROGRAMA: AS MAIS PEDIDAS
DESCRIÇÃO: Dicas

HORÁRIO: 18:00 as 19:00 hs
LOCUTOR: Equipe Nova
PROGRAMA: TROPICAL NOS ESPORTES
DESCRIÇÃO: TUDO QUE OCORRE NOS ESPORTES LOCAIS E DA REGIAO

HORÁRIO: 19:00 as 20:00 hs
LOCUTOR: A voz do Brasil
PROGRAMA: A voz do Brasil
DESCRIÇÃO: Notícias do Congresso Nacional

Observações e rubricas: _____

Continuação programação de segunda a sexta-feira.

HORÁRIO: 20:00 as 22:00 hs
LOCUTOR: Amilton Fernandes
PROGRAMA: TROPICAL À NOITE
DESCRIÇÃO: AS MUSICAS ROMANTICAS DE TODO MUNDO

HORÁRIO: 22:00 as 24:00 hs
LOCUTOR: Valmir Alves
PROGRAMA: A MUSICA GOSPEL
DESCRIÇÃO: A MUSICA RELIGIOSA EM TODAS AS NUANCES

Observações e rubricas: _____

SÁBADO DAS 00h00min. às 24h00min.

HORÁRIO: 00:00 as 06:00hs
LOCUTOR: Everton Paz
PROGRAMA: FREQUÊNCIA LIVRE
DESCRIÇÃO: VARIADOS

HORÁRIO: 06:00 as 07:00hs
LOCUTOR: automático
PROGRAMA: CHORO, CHORINHOS & CANCOES
DESCRIÇÃO: CHOROS

HORÁRIO: 07:00 as 08:00 hs
LOCUTOR: automático
PROGRAMA: AÍ VEM O FORRO
DESCRIÇÃO: FORRO

HORÁRIO: 08:00 as 11:00 hs
LOCUTOR: Mário Del Guercio
PROGRAMA: CAFÉ COM ALEGRIA
DESCRIÇÃO: ENTRETENIMENTO

HORÁRIO: 11:00 as 13:00 hs
LOCUTOR: Paulo Reis, João Simão, Edson Corrêa
PROGRAMA: COMUNIDADE EM DESTAQUE
DESCRIÇÃO: CONVERSAS

HORÁRIO: 13:00 as 14:00 hs
LOCUTOR: automático
PROGRAMA: BRASIL TROPICAL 1ª. Edição
DESCRIÇÃO: A moderna Mpb

Observações e rubricas: _____

CONTINUAÇÃO PROGRAMAÇÃO DE SÁBADO.

HORÁRIO: 14:00 as 16:00hs
LOCUTOR: Roberto Neander
PROGRAMA: FLASH HITS
DESCRIÇÃO: Internacional

HORÁRIO: 16:00 as 18:00hs
LOCUTOR: Édson Sanhes
PROGRAMA: CONEXÃO SAUDADE
DESCRIÇÃO: MUSICAS DIVERSAS

HORÁRIO: 18:00 as 20:00 hs
LOCUTOR: Sandra Mara
PROGRAMA: BRASIL TROPICAL 2ª. Edição
DESCRIÇÃO: A moderna Mpb

HORÁRIO: 20:00 as 22:00 hs
LOCUTOR: Antônio Athie variados
PROGRAMA: VITROLA DA NOVA TROPICAL
DESCRIÇÃO: VARIADOS

HORÁRIO: 22:00 as 24:00 hs
LOCUTOR: Val Medeiros
PROGRAMA: LOVE SONGS
DESCRIÇÃO: ROMÂNTICO

Observações e rubricas: _____

DOMINGO DAS 00h00min. às 24h00min

HORÁRIO: 00:00 as 06:00 hs
LOCUTOR: Everton Paz
PROGRAMA: CLÁSSICOS DA MPB
DESCRIÇÃO: MPB

HORÁRIO: 06:00 as 07:30 hs
LOCUTOR: automático
PROGRAMA: MIX SERTANEJO
DESCRIÇÃO: SERTANEJO MODERNO

HORÁRIO: 07:30 as 08:00 hs
LOCUTOR: Solange Pedroso
PROGRAMA: FONTE ÁGUA VIVA
DESCRIÇÃO: GOSPEL

HORÁRIO: 08:00 as 11:00 hs
LOCUTOR: Balotim, Nogueira, Glenda
PROGRAMA: CANTA BRASIL SAMBAS E PAGODES
DESCRIÇÃO: SAMBAS E PAGODES

HORÁRIO: 11:00 as 12:00 hs
LOCUTOR: programa independente
PROGRAMA: APEVO.COM
DESCRIÇÃO: ENTREVISTA

HORÁRIO: 12:00 as 16:00 hs
LOCUTOR: Moisés Barbosa
PROGRAMA: TARDE TROPICAL
DESCRIÇÃO: VARIADOS

Observações e rubricas: JORNADA ESPORTIVA em dias e horários variados.

CONTINUAÇÃO PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO.

HORÁRIO: 16:00 as 19:00 hs
LOCUTOR: Fernando Santos
PROGRAMA: JORNADA DO SAMBA
DESCRIÇÃO: SAMBAS CLÁSSICOS

HORÁRIO: 19:00 as 20:30 hs
LOCUTOR: Comunidade Local
PROGRAMA: SANTA MISSA AO VIVO
DESCRIÇÃO: RELIGIOSO

HORÁRIO: 20:30 as 24:00 hs
LOCUTOR: automático
PROGRAMA: FIM DE NOITE
DESCRIÇÃO: VARIADOS

Observações e rubricas: JORNADA ESPORTIVA em dias e horários variados.

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO

- 1- Atende a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade. (E)
- 2- Atende a preferência a promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade. (E)
- 3- Atende o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade. (E)
- 4- Atende os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. (E)
- 5- Atende e respeita o ouvinte com o direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações. (E)
- 6- Avaliando a interação participação e satisfação dos ouvintes. (E)
- 7- Avaliando audiência geral e satisfação da comunidade. (E)
- 8- Avaliando o índice de engajamento em programas ao vivo. (E)
- 9- Atende prestação de serviços de utilidade pública. (E)
- 10- Contribui para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas. (E)

Siglas de avaliação

(E) Excelente

(B) Bom

(R) Razoável

(P) Péssimo

(AV) Às vezes

Entidades que compõem o Conselho Comunitário e seus respectivos representantes

Conselheira comunitária 1 (secretária): ANA TEREZA SANTUCCI SALES, representante da entidade FRATERNIDADE FEMININA DE VOTORANTIM inscrita no CNPJ 01.600.853/0001-54 com sede na Rua Alfredo Maia nº 286, Barra Funda, CEP 18.110-008, Município de Votorantim – Estado de São Paulo.

Conselheiro comunitário 2: DANIEL SENTELHAS, representante da entidade ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PARQUE BELA VISTA E BAIRROS ADJACENTES inscrita no CNPJ 58.974.213/0001-02 com sede na Rua Joana Milani nº 96, Parque Bela Vista, CEP 18.110-600, no município de Votorantim – Estado de São Paulo.

Conselheiro comunitário 3 (coordenador): EVERTON DELAPASI, representante da entidade CRECHE SÃO VICENTE DE PAULO DE VOTORANTIM, inscrita no CNPJ 50.822.410/0001-96 com sede na Rua Augusto Jesuino Bauch nº 41, Monte Alegre, CEP 18.110-037, no município de Votorantim - Estado de São Paulo.

Conselheiro comunitário 4: CELSO FERNANDO OLIVEIRA CAMPOS, representante da entidade ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE VOTORANTIM E REGIÃO inscrita no CNPJ 67.361.956/0001-90 com sede na Rua Antonio Fernandes nº 50, Centro, CEP 18.110-170 no município de Votorantim - Estado de São Paulo.

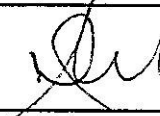
Conselheiro comunitário 5: MARCOS ROBLES POIATO, representante da entidade CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VOTORANTIM inscrita no CNPJ 28.469.523/0001-09 com sede na Rua Antonio Fernandes nº 50, Centro, CEP 18.110-170, no município de Votorantim - Estado de São Paulo.

**LISTA DE ASSINATURAS
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
DO CONSELHO COMUNITÁRIO 2018 - 1º SEMESTRE DA
ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL**

ANA TEREZA SANTUCCI SALES:



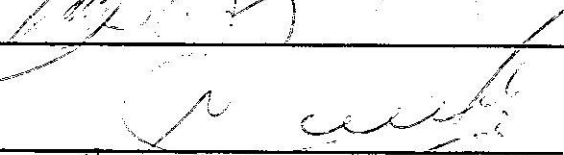
DANIEL SENTELHAS :



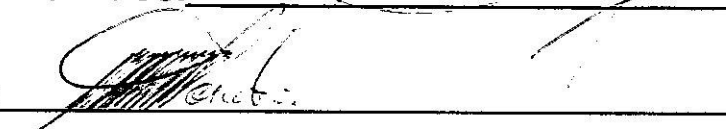
EVERTON DELAPASI:




CELSO FERNANDO OLIVEIRA CAMPOS:



MARCOS ROBLES POIATO:



Votorantim /SP, 30 Julho de 2018.



**Diretor Geral (Presidente).
ROBERTO MORETO
CPF n.º 985.973.298-15**

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL.		
Nome Fantasia:	NOVA TROPICAL	CNPJ:	01.848.981/0001-94
Endereço de Sede:	RUA RENATO ARAUJO n° 270, VILA IRINEU		
Município:	VOTORANTIM	UF:	SP
		CEP:	18114-457
Nome do representante legal:	ROBERTO MORETO		
Endereço eletrônico (e-mail):	moreto@hotmail.com		

Endereço de Correspondência:	RUA RENATO ARAUJO n° 270, VILA IRINEU		
Município:	VOTORANTIM	UF:	SP
		CEP:	18114-457

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE			
Endereço:	RUA RENATO ARAUJO n° 270, VILA IRINEU		
Município:	VOTORANTIM	UF:	SP
		CEP:	18114-457
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	23° 32' 17" S	
	Longitude:	47° 25' 52" W	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

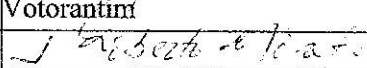
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

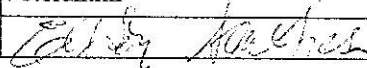
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

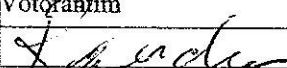
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	ROBERTO MORETO		
Cargo:	Diretor Geral - Presidente	Tit. Eleitor:	1468.8253.0191
RG:	10.776.663-2	Órgão Emissor:	SSP/SP
		CPF:	985.973.298-15
Endereço:	Av. Gisele Constantino nº 31, Ap. 404, Bl. 10, Pq. Bela Vista		
Município:	Votorantim	UF:	SP
		CEP:	18110-650
Assinatura:			

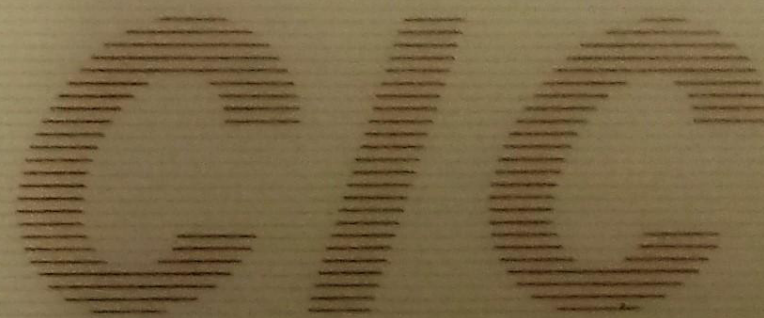
Nome do dirigente:	EDSON SANCHES		
Cargo:	Diretor Administrativo - Secretario	Tit. Eleitor:	0716.7710.0116
RG:	26.037.637-1	Órgão Emissor:	SSP/SP
		CPF:	071.997.618-99
Endereço:	Rua Nilton Bragonssi Gimenes, nº 227, Bloco CA, Res. C. Ondina, Jd. Ana Cláudia		
Município:	Votorantim	UF:	SP
		CEP:	18110-000
Assinatura:			

Nome do dirigente:	ROBERTO MASSUCO		
Cargo:	Diretor de Operações - Tesoureiro	Tit. Eleitor:	0249.1357.0108
RG:	9.280.645-4	Órgão Emissor:	SSP/SP
		CPF:	589.105.658-53
Endereço:	Rua Pedro Amorim nº 243, Barra Funda		
Município:	Votorantim	UF:	SP
		CEP:	18114-290
Assinatura:			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
 - Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO LUIZ CARLOS GUMBLETON DAUNT		REGISTRO GERAL 10.776.663-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/FEV/2012	
8260-2		NOME ROBERTO MORETO	
PROIBIDO PLASTIFICAR		FILIAÇÃO LEONILDA MORETO	
NATURALIDADE SOROCABA -SP		DATA DE NASCIMENTO 04/AGO/1958	
DOC ORIGEM SOROCABA-SP		SEGUNDO SUBDISTRITO	
CC:LV.B90 /FLS.288 /N.002230		CPF 985973298/15	
ASSINATURA DO TITULAR		ASSINATURA DO APROVADOR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		285 Delegado Divisionário LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



NASCIMENTO

04.08.58

INSCRIÇÃO NO CPF

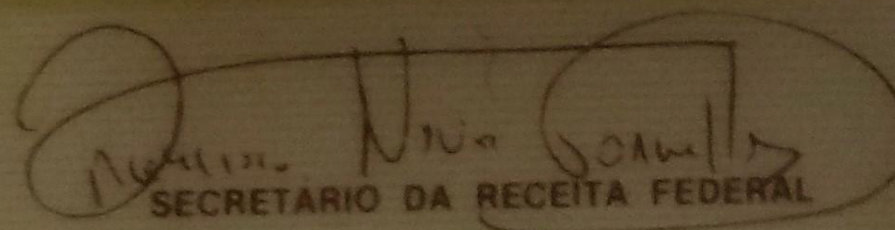
985 973 298

CONTROLE

15

CONTRIBUINTE

ROBERTO MORETO


SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

—

JOSEPHO APARETO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

26.037.637-1

DATA DE
EXPEDIÇÃO

28/AGO/2014

NOME

EDSON SANCHES

FILIAÇÃO

TOMAZ SANCHES MORENO

E JACIRA QUEIRÓZ

NATURALIDADE

SOROCABA -SP

DATA DE NASCIMENTO

27/FEV/1965

DOC ORIGEM

SOROCABA-SP
VOTORANTIM

CC:LV.B071/FLS.0008/N.013373

CPF

071997618/99

Assinatura
Roberto

ASSINATURA DO DIRETOR

285 Delegado Divisionário

Polícia IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

8260.-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR



POLEGAR DIREITO



Ricardo Gumbleton Daunt

ASSINATURA DO TITULAR

B746-035779

CARTEIRA DE IDENTIDADE

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.600.583/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/12/1996
NOME EMPRESARIAL FRATERNIDADE FEMININA DE VOTORANTIM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R ALFREDO MAIA		NÚMERO 286	COMPLEMENTO
CEP 18.110-008	BAIRRO/DISTRITO BARRA FUNDA	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **10:50:19** (data e hora de Brasília).


Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 58.974.213/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/06/1988
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO PARQUE BELA VISTA E BAIRROS ADJACENTES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOANA MILANI		NÚMERO 96	COMPLEMENTO
CEP 18.110-600	BAIRRO/DISTRITO PARQUE BELA VISTA	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO es_cunha@uol.com.br		TELEFONE (15) 3243-2847	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **10:51:32** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.822.410/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/02/1984
NOME EMPRESARIAL CRECHE SAO VICENTE DE PAULO DE VOTORANTIM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.11-2-00 - Educação infantil - creche			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R AUGUSTO JESUINO BAUCH	NÚMERO 41	COMPLEMENTO	
CEP 18.110-037	BAIRRO/DISTRITO MONTE ALEGRE	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **10:52:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 67.361.956/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/05/1992
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE VOTORANTIM E REGIAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R ANTONIO FERNANDES		NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 18.110-170	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (15) 3243-2410 / (15) 3243-5780	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **10:52:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.469.523/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/04/2017
NOME EMPRESARIAL CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VOTORANTIM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CDL DE VOTORANTIM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R ANTONIO FERNANDES		NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 18.110-170	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (15) 3242-6140	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/04/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **10:53:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.848.981/0001-94 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R RENATO ARAUJO		NÚMERO 270	COMPLEMENTO
CEP 18.114-457	BAIRRO/DISTRITO VILA IRINEU	MUNICÍPIO VOTORANTIM	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTAB.RD@GMAIL.COM		TELEFONE (15) 3247-5174 / (15) 3243-2497	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **10:58:03** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:01:05 do dia 03/09/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/10/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01848981/0001-94
Razão Social: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL
Endereço: R JOAO DOS SANTOS FILHO 88 0 / RIO ACIMA / VOTORANTIM / SP / 18110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/09/2018 a 02/10/2018

Certificação Número: 2018090301102793902761

Informação obtida em 03/09/2018, às 11:04:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL
CNPJ: 01.848.981/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:05:36 do dia 03/09/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/03/2019.

Código de controle da certidão: **EF96.7103.E3C4.5BE1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certidão nº: 157668213/2018

Expedição: 03/09/2018, às 11:06:46

Validade: 01/03/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.848.981/0001-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS
Nº 2018.0002985924

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **EDSON SANCHES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **071.997.618-99**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:05.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **11fd134d 4c76cfa6 97579639 fd2c91dd e11dc255**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio



interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;

g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;

k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;

l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS
Nº 2018.0002985783

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **EDSON SANCHES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **071.997.618-99**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 13:58.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **f900a0d2 3b6d870c 5f125266 83046dc7 be2eee0f**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;



- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2018.0002999012

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **EDSON SANCHES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **071.997.618-99**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 4 (quatro) dias do mês de setembro de 2018, às 11:26.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **cec00e4f abb421f2 a0e8f58e 0a6008aa 578891a0**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;



- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação, autos findos e encaminhadas às Instâncias Superiores nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que tenham deixado de tramitar no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- l) Esta certidão pode conter feitos de publicidade restrita, se devidamente autorizado, sem prejuízo de exclusões de informações sigilosas, caso determinado pela autoridade judicial.
- m) Esta certidão foi expedida nos termos da Res. Pres. nº 277, de 06.01.12, e caso tenha conteúdo positivo, o interessado poderá obter certidão narrativa da natureza, objeto e estado do feito diretamente junto ao órgão processante.
- n) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2018.0002985874

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **EDSON SANCHES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **071.997.618-99**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:03.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **352caa9f c04df7f1 9b34493c 40555fb9 e48fbf42**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de



sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;

h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;

i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;

k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

l) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;

m) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS
Nº 2018.0002985936

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MASSUCO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **589.105.658-53**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:05.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **f21dd420 e16fd4e0 af84c97b 66b9dd70 0c52a696**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio



interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;

g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;

k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;

l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS
Nº 2018.0002985810

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MASSUCO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **589.105.658-53**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:00.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **3a6b194e 3abf690d 2afa8175 4fae9153 c0df87be**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio



interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;

g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;

k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;

l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admmsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2018.0002998910

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MASSUCO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **589.105.658-53**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 4 (quatro) dias do mês de setembro de 2018, às 11:22.

Observações:

a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **1047f6a4 98767778 4fb3bff3 cd124a46 10b53b9d**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);

c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;

d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;

e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);

f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;



- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação, autos findos e encaminhadas às Instâncias Superiores nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que tenham deixado de tramitar no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- l) Esta certidão pode conter feitos de publicidade restrita, se devidamente autorizado, sem prejuízo de exclusões de informações sigilosas, caso determinado pela autoridade judicial.
- m) Esta certidão foi expedida nos termos da Res. Pres. nº 277, de 06.01.12, e caso tenha conteúdo positivo, o interessado poderá obter certidão narrativa da natureza, objeto e estado do feito diretamente junto ao órgão processante.
- n) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2018.0002985889

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MASSUCO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **589.105.658-53**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:03.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **dcbd6362 2e8e948a bf616167 cd3a72d5 b500a57f**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;



- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- m) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
adm-sp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS
Nº 2018.0002985902

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MORETO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **985.973.298-15**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:04.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **82bb91af cfe0086f df4dd5a6 a7adce1c 5831654d**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio



interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;

g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;

k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;

l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS
Nº 2018.0002985799

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MORETO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **985.973.298-15**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 13:59.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **f28d69d9 421609bd 55ea2ab2 5c606044 6db5ec72**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;



- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2018.0002985944

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MORETO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **985.973.298-15**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:06.

Observações:

a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **cf29ae91 611b8bde 3959a262 f8bc8a34 f9c05b48**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);

c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;

d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;

e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);

f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;



- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação, autos findos e encaminhadas às Instâncias Superiores nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que tenham deixado de tramitar no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- l) Esta certidão pode conter feitos de publicidade restrita, se devidamente autorizado, sem prejuízo de exclusões de informações sigilosas, caso determinado pela autoridade judicial.
- m) Esta certidão foi expedida nos termos da Res. Pres. nº 277, de 06.01.12, e caso tenha conteúdo positivo, o interessado poderá obter certidão narrativa da natureza, objeto e estado do feito diretamente junto ao órgão processante.
- n) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2018.0002985854

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ROBERTO MORETO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **985.973.298-15**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 3 (três) dias do mês de setembro de 2018, às 14:02.

Observações:

a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **9c4958a3 0bd1eaa4 53e6b45b c856c719 a4c3aed7**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);

c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;

d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;

e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);

f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;

g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de



sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;

h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;

i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;

k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

l) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;

m) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666

Visualizar Certidão



Atenção

- Certidão está indisponível no momento.

Orientações

- Para fazer o download de uma certidão, preencha o número e a data de pedido no formulário abaixo e clique o botão "Consultar".

Dados para Pesquisa

Número do Pedido* :

Data do Pedido* :

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

53900.014187/2014-55ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL (CNPJ: 01.848.981/0001-94)
VOTORANTIM/SP**1) Requerimento:** Página 1 do Evento SEI 0112945 (postagem: pág. 24)

Data apresentação: 27/08/2014

Endereço de correspondência:




Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu
CEP 18114-457 / Votorantim – SP

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53830.002295/1998-20
Portaria Autorização: 452 – DOU de 27/03/2002
Decreto Legislativo: 570 – DOU de 19/08/2004**2) Ata de Eleição da Diretoria:** Petição 3309708 - 01250.051849/2018-08

Tempo do mandato: 4 anos - Período: 30/07/2018 a 30/07/2022

Localização do registro: Início da ata na pág. 3

Cargo	Nome do Diretor	CPF	Nasc.	Pg. Doc.
Diretor Geral	 ROBERTO MORETO	985.973.298-15	04/08/1958	Petição 3309712 - pág. 1
Diretor Administrativo	 EDSON SANCHES	071.997.618-99	27/02/1965	Petição 3309712 - pág. 4
Diretor de Operações	 ROBERTO MASSUCO	589.105.658-53	22/05/1947	Petição 3309712 - pág. 6

3) Estatuto Social: Petição 3309709 - 01250.051849/2018-08**3.1)** Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: página 11**3.2)** Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º**3.3)** Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 4º**3.4)** Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 7º, "a", II**3.5)** Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 7º, "a", I**3.6)** Especificação do órgão administrativo da entidade: art. 11**3.7)** Especificação do Conselho Comunitário: art. 13**3.8)** Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: art. 12**3.9)** Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: art. 11**3.10)** Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I (art. 1º); II (arts. 4º e 8º); III (art. 7º); IV (art. 17); V (arts. 9 a 12); VI (arts. 19 e 20); VII (arts. 14 e 17-único)**3.11)** Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): ok: art. 9º**3.12)** Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 10**3.13)** Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): [não se aplica]**3.14)** Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): art. 20**3.15)** O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: ok**4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes:** Petição 3309711 - 01250.051849/2018-08**5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes:** Petição 3309712 - págs. 1, 4 e 6

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Petição 3309710 - 01250.051849/2018-08 e Evento SEI 3325016

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 2 do Evento SEI 0112945

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: Evento SEI 3325177 - pág. 1

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): Evento SEI 3325177 - pág. 2

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: Evento SEI 3325177 - pág. 3

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Evento SEI 3325177 - pág. 4

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: Evento SEI 3325177 - pág. 5

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: ok

14) Conclusão da Análise:

Não foi possível a emissão imediata das certidões do TJ-SP via internet. As reiteradas tentativas resultavam na seguinte mensagem: "certidão em processamento, tente novamente mais tarde." (Evento SEI 3332695)

Deverá ser encaminhado ofício à Entidade solicitando tais certidões, no entanto sem que se contabilize mais uma exigência, de modo a não prejudicar o limite máximo de três.

Uma vez que houve recente alteração no modelo de requerimento de renovação (Anexo 5 da Portaria), a Entidade deverá ser solicitada também a apresentar um novo requerimento, já contendo a atualização no item X.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 35388/2018/SEI-MCTIC

3332730Ao Senhor
ROBERTO MORETO
Representante Legal da Associação Rádio FM Comunitária Tropical (CNPJ nº
01.848.981/0001-94)
Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu
CEP 18114-457 / Votorantim - SP

Assunto: **Processo de Renovação 53900.014187/2014-55 - Certidões do T.J.
/ Novo Modelo de Requerimento.**

Senhor Representante Legal,

1. Visando à complementação da documentação necessária à instrução do processo nº 53900.014187/2014-55, referente ao pedido dessa Entidade para a renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim/SP, solicita-se que sejam apresentadas as **Certidões Estaduais de Distribuição Cível, Criminal e Eleitoral (a serem expedidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo) referentes a cada um dos atuais diretores da Associação**, uma vez que não foram possíveis as emissões via internet.

2. Nesta oportunidade, solicita-se à Entidade, ainda, que reapresente o **requerimento de renovação solicitado na última Nota Técnica de Exigências**, no entanto agora conforme o novo modelo que ora segue em anexo (**Evento SEI 3332730**), e encaminhá-lo, devidamente preenchido, juntamente com a resposta, tendo-se em vista ter ocorrido uma recente alteração em seu **item X**, cuja nova redação ficou a seguinte:

"X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;"

3. A esse respeito, estabelece-se o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de indeferimento da renovação da outorga, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

4. Ressalte-se que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. Além disso, solicita-se que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

6. Informa-se, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

7. Dúvidas sobre este Processo ou demais assuntos poderão ser sanadas por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/09/2018, às 08:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3332739** e o código CRC **76488AA8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 35388/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.014187/2014-55 - Nº SEI: 3332739

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 35388/2018/SEI-MCTIC, 13/09/2018
53900.014187/2014-55

ROBERTO MORETO

Associação Rádio FM Comunitária Tropical
Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu
18114-457 Votorantim / SP

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

1 Ana Claudia Korny

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

26/9/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MARCA DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'EMPLOYÉMARTINS MENDES LIMA
Agente de Correios
Matricula: 89108760
CDD VOTORANTIM

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08348304 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

24 SET / 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Atenciosamente,

AO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES – MCTIC

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – CEP 70044-900 / Brasília – DF

OFICIO nº 35388/2018/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº 53900.014187/2014-55

A ASSOCIAÇÃO RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94 com sede na Rua RENATO ARAUJO nº 270, Bairro VILA IRINEU, VOTORANTIM, SP, CEP 18114-457, por sua advogada Dra. Priscila Ferreira Assofra, vem APRESENTAR AS CERTIDÕES DO TJSP dos diretores EXIGIDAS NO OFICIO ACIMA, JUNTAMENTE COM O NOVO REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

Termos em que,
pede deferimento.

Priscila Ferreira Assofra
Advogada
OAB/SP 367798

Votorantim/ SP, 26 /10/ 2018.

Priscila Ferreira Assofra
Advogada
OAB/SP 367798



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 345428

FOLHA: 1/4

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, anteriores a 16/10/2018, verificou NADA CONSTAR como réu/requerido/interessado em nome de: **

EDSON SANCHES, RG: 260376371, CPF: 071.997.618-99, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou CONSTAR como réu/requerido/interessado em nome de EDSON SANCHES, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas, que podem referir-se a homônimos. *****

SÃO PAULO

- » **Foro Regional I - Santana - 8ª Vara Cível.** Processo: 0021016-90.2012.8.26.0001 (583.00.2010.139056-8). Ação: Procedimento Comum. Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer. Data: 16/05/2012. Repte: Clarice Lima Comitto. *****
- » **Foro Regional I - Santana - 1ª Vara Cível.** Processo: 0025637-04.2010.8.26.0001 (001.10.025637-7). Ação: Procedimento Comum. Assunto: Erro Médico. Data: 22/06/2010. Repte: Nevecita Guimarães Santos. *****
- » **Foro Regional V - São Miguel Paulista - 1ª Vara Cível.** Processo: 0255443-94.1987.8.26.0005 (005.87.255443-9). Ação: Despejo por Falta de Pagamento. Assunto: Locação de Imóvel. Data: 26/05/1987. Repte: Josefa de Souza Wanderlei. *
- » **Foro Regional VII - Itaquera - 3ª Vara Cível.** Processo: 0026811-25.2013.8.26.0007. Ação: Procedimento Comum. Assunto: Indenização por Dano Moral. Data: 05/07/2013. Repte: Cristiana Moraes dos Santos. *****
- » **Foro Regional VII - Itaquera - 3ª Vara Cível.** Processo: 0101224-19.2007.8.26.0007 (007.07.101224-5). Ação: Procedimento Comum. Assunto: Erro Médico. Data: 23/01/2007. Repte: Emmanuel Gabriel Santos Cesarão. *****
- » **Foro Regional VII - Itaquera - 2ª Vara Cível.** Processo: 0106944-64.2007.8.26.0007 (007.07.106944-1). Ação: Procedimento Comum. Assunto: Indenização por Dano Moral. Data: 04/04/2007. Repte: Richard Pires da Motta. *****
- » **Foro Regional VII - Itaquera - 1ª Vara Cível.** Processo: 0111358-42.2006.8.26.0007 (007.06.111358-0). Ação: Procedimento Comum. Data: 23/05/2006. Repte: Tereza Cristina Rodrigues Leite. *****
- » **Foro Regional VII - Itaquera - 2ª Vara Cível.** Processo: 0122329-52.2007.8.26.0007 (007.07.122329-1). Ação: Procedimento Comum. Data: 01/10/2007. Repte: Cristiane Nestor Gafegari. *****
- » **Foro Regional VII - Itaquera - 4ª Vara Cível.** Processo: 1009567-61.2016.8.26.0007. Ação: Procedimento Comum. Assunto: Responsabilidade Civil. Data: 11/05/2016. Repte: Vanusa da Silva Lopes. *****
- » **Foro Regional IX - Vila Prudente - 1ª Vara Cível.** Processo: 1012975-25.2014.8.26.0009. Ação: Procedimento Comum. Assunto: Responsabilidade Civil. Data: 25/11/2014. Repte: Vanessa Aparecida Silva dos Reis. *****
- » **Foro Regional XI - Pinheiros - 3ª Vara Cível.** Processo: 0452286-38.1992.8.26.0011

PEDIDO Nº:

8643684





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 345428

FOLHA: 2/4

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

(011.92.452286-9). Ação: *Notificação Extrajudicial*. Data: 28/02/1992. Reqte: *Fiac/rap - Empreendimentos Imobiliários S/c Ltda.* *****

» *Foro Regional XI - Pinheiros - 4ª Vara Cível*. Processo: 0457491-04.1999.8.26.0011 (011.99.457491-9). Ação: *Execução de Título Extrajudicial*. Assunto: *Locação de Imóvel*. Data: 03/05/1999. Reqte: *Albertina Pedrosa Gomes*. *****

» *Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - Setor de Execuções contra a Fazenda Pública*. Processo: 0831726-53.2007.8.26.0053 [1] (053.93.405494-9/00001). Ação: *Embargos à Execução*. Data: 12/02/2008. Embargte: *Fazenda do Estado*. *****

BAURU

» *Foro de Bauru - Setor de Execuções Fiscais*. Processo: 0503699-40.2011.8.26.0071 (0503699-40.2011.8.26.0071). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *IPU/ Imposto Predial e Territorial Urbano*. Data: 22/08/2017. Reqte: *Prefeitura Municipal de Bauru*. *****

» *Foro de Bauru - Setor de Execuções Fiscais*. Processo: 0508238-54.2008.8.26.0071 (0508238-54.2008.8.26.0071). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *Dívida Ativa*. Data: 12/09/2017. Reqte: *Prefeitura Municipal de Bauru*. *****

SÃO PAULO

» *Foro das Execuções Fiscais Municipais - Vara das Execuções Fiscais Municipais*. Processo: 0032381-81.0200.8.26.0090 (32381/02). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *IPU/ Imposto Predial e Territorial Urbano*. Data: 15/01/2002. Exeqte: *Prefeitura do Município de São Paulo - Sp*. *****

» *Foro das Execuções Fiscais Municipais - Vara das Execuções Fiscais Municipais*. Processo: 0053064-89.1200.8.26.0090 (53064/12). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *Dívida Ativa*. Data: 15/05/2012. Exeqte: *Prefeitura do Município de São Paulo - Sp*. *****

» *Foro das Execuções Fiscais Municipais - Vara das Execuções Fiscais Municipais*. Processo: 0183762-34.0300.8.26.0090 (183762/03). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *Dívida Ativa*. Data: 26/11/2003. Exeqte: *Prefeitura do Município de São Paulo - Sp*. *****

» *Foro das Execuções Fiscais Municipais - Vara das Execuções Fiscais Municipais*. Processo: 0184337-62.9600.8.26.0090 (184337/96). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *IPU/ Imposto Predial e Territorial Urbano*. Data: 27/12/1996. Exeqte: *Prefeitura do Município de São Paulo - Sp*. *****

» *Foro das Execuções Fiscais Municipais - Vara das Execuções Fiscais Municipais*. Processo: 0442883-29.9600.8.26.0090 (442883/96). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *IPU/ Imposto Predial e Territorial Urbano*. Data: 27/12/1996. Exeqte: *Prefeitura do Município de São Paulo - Sp*. *****

» *Foro Central Cível - 2ª Vara Cível*. Processo: 0108363-39.2004.8.26.0100 (00004108363-6). Ação: *Procedimento Comum*. Assunto: *Obrigações*. Data: 05/11/2004. Reqte: *Juliana Feitosa Barbosa D Amaral*. *****

» *Foro Central Cível - 29ª Vara Cível*. Processo: 0148240-73.2010.8.26.0100 (583.00.2010.148240). Ação: *Procedimento Comum*. Assunto: *Erro Médico*. Data: 25/05/2010. Reqte: *Sabrina da Silva Miranda*. *****

» *Foro Central Cível - 28ª Vara Cível*. Processo: 0177721-13.2012.8.26.0100 (583.00.2012.177721). Ação: *Procedimento Comum*. Assunto: *Perdas e Danos*. Data: 13/08/2012. Reqte: *Alfredo do Nascimento*. *****

» *Foro Central Cível - 8ª Vara da Família e Sucessões*. Processo: 0624426-49.1985.8.26.0100 (000.85.624426-9). Ação: *Inventário*. Assunto: *Inventário e Partilha*. Data: 05/12/1985. Reqte: *DEISE GUADANHE SANCHEZ*. *****

» *Foro Central Cível - 2ª Vara da Família e Sucessões*. Processo: 0901506-13.1982.8.26.0100 (000.82.901506-9). Ação: *Procedimento Comum*. Assunto: *Investigação de Maternidade*. Data: 01/06/1982. Reqte: *VALERIA SANCHES MANTOVANI*. *****

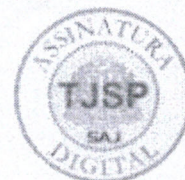
CARAPICUÍBA

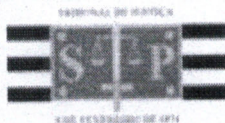
» *Foro de Carapicuíba - SAF - Serviço de Anexo Fiscal*. Processo: 0011099-19.1996.8.26.0127 (10757-1996). Ação: *Execução Fiscal*. Data: 30/07/1996. Reqte: *Prefeitura do Município de Carapicuíba*. *****

» *Foro de Carapicuíba - SAF - Serviço de Anexo Fiscal*. Processo: 0543758-96.2011.8.26.0127 (127.01.2011.543758). Ação: *Execução Fiscal*. Assunto: *Contribuições de Melhoria*. Data: 13/09/2011. Exeqte: *Prefeitura do Município de* *****

PEDIDO Nº:

8643684





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 345428

FOLHA: 3/4

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Carapicuíba. *****

EMBU-GUAÇU

» Foro de Embu-Guaçu - Vara Única. Processo: 0002462-59.2015.8.26.0177. Ação: Cautelar Inominada. Assunto: Medida Cautelar. Data: 10/08/2015. Repte: ROBERTO SANCHES. *****

FERRAZ DE VASCONCELOS

» Foro de Ferraz de Vasconcelos - SAF - Serviço de Anexo Fiscal. Processo: 0506262-06.2009.8.26.0191 (191.01.2009.506262). Ação: Execução Fiscal. Data: 23/12/2009. Repte: Município de Ferraz de Vasconcelos. *****

» Foro de Ferraz de Vasconcelos - SAF - Serviço de Anexo Fiscal. Processo: 1503866-58.2017.8.26.0191. Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 19/12/2017. Exeqte: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS. *****

JAGUARIÚNA

» Foro de Jaguariúna - SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS. Processo: 0008571-28.2012.8.26.0296 (0008571-28.2012.8.26.0296). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 17/05/2018. Repte: Município de Jaguariúna. *****

MARÍLIA

» Foro de Marília - Vara da Fazenda Pública. Processo: 0016159-69.1994.8.26.0344 (0016159-69.1994.8.26.0344). Ação: Execução Fiscal. Data: 21/01/1994. Repte: Prefeitura Municipal de Marília. *****

» Foro de Marília - Vara da Fazenda Pública. Processo: 0025864-18.1999.8.26.0344 (0025864-18.1999.8.26.0344). Ação: Execução Fiscal. Data: 22/12/1999. Repte: Município de Marília. *****

SÃO CAETANO DO SUL

» Foro de São Caetano do Sul - SAF - Serviço de Anexo Fiscal. Processo: 0011411-09.2014.8.26.0565. Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 29/08/2014. Exeqte: MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL. **

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

» Foro de São João da Boa Vista - 1ª Vara Cível. Processo: 0007685-72.2001.8.26.0568 (0007685-72.2001.8.26.0568). Ação: Conversão de Separação Judicial em Divórcio. Data: 28/12/2001. Repte: DANIELLA NOGUEIRA VILLELA. *****

SOROCABA

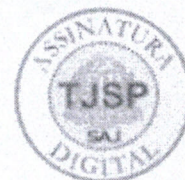
» Foro de Sorocaba - Vara da Fazenda Pública. Processo: 0516075-46.2013.8.26.0602. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 16/07/2013. Exeqte: Prefeitura de Sorocaba. *****

UBATUBA

» Foro de Ubatuba - Serviço Anexo das Fazendas. Processo: 0519851-75.2006.8.26.0642 (0519851-75.2006.8.26.0642). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 05/05/2009. Repte: Prefeitura Municipal da Estância Balnearia de Ubatuba. *****

PEDIDO Nº:

8643684





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 345428

FOLHA: 4/4

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

VOTORANTIM

» Foro de Votorantim - 1ª Vara Cível. Processo: 0004143-61.2015.8.26.0663. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 06/07/2015. Exeqte: Fazenda Pública Municipal de Votorantim.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

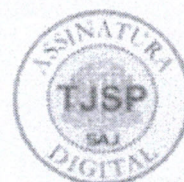
Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº:

8643684





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398170

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 23/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

EDSON SANCHES, RG: 260376371, CPF: 071.997.618-99, nascido em 27/02/1965, natural de Sorocaba - SP, filho de TOMAZ SANCHES MORENO e JACIRA QUEIROZ, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

CERTIFICA ainda que, verificou **CONSTAR** contra **EDSON SANCHES**, não qualificado(a), a distribuição abaixo relacionada:*****

SÃO PAULO

» Foro Central Criminal Barra Funda - DIPO 3 - Seção 3.2.1. Inquérito Policial: 0023032-75.1986.8.26.0050 (050.86.023032-9). Data: 09/05/1986. Autor: Justiça Pública.*****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Roque, 24 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº:

0020132





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398340**FOLHA: 1/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 23/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

EDSON SANCHES, RG: 260376371, CPF: 071.997.618-99, nascido em 27/02/1965, natural de Sorocaba - SP, filho de TOMAZ SANCHES MORENO e JACIRA QUEIROZ, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

CERTIFICA ainda que, verificou **CONSTAR** contra **EDSON SANCHES**, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas: *****

SÃO PAULO

» Foro Regional VII - Itaquera - Vara Criminal e do Juizado Especial Criminal do Foro Regional de Itaquera. Crimes Contra Criança e Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/90: 0000789-03.2008.8.26.0007 (007.08.000789-5). Data: 19/02/2008. Repte: <Autor Inexistente>. *****

» Foro Central Criminal Barra Funda - DIPO 3 - Seção 3.2.1. Inquérito Policial: 0023032-75.1986.8.26.0050 (050.86.023032-9). Data: 09/05/1986. Autor: Justiça Pública. *****

» Foro Central Criminal Barra Funda - 3ª Vara Criminal. Ação Penal - Procedimento Ordinário: 0083380-15.1993.8.26.0050 (050.93.083380-9). Data: 15/09/1994. Autor: Justiça Pública. *****

BAURU

» Foro de Bauru - 1ª Vara Criminal. Queixa Crime: 0011436-21.1992.8.26.0071 (0011436-21.1992.8.26.0071). Data: 21/10/1992. Querelante: ASSIS MOREIRA SILVA.

PEDIDO Nº:**0020132**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398340**FOLHA: 2/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

CACHOEIRA PAULISTA

» *Foro de Cachoeira Paulista - 1ª Vara. Ação Penal - Procedimento Ordinário: 0001192-46.2006.8.26.0102 (0001192-46.2006.8.26.0102). Data: 27/04/2006. Autor: Justiça Pública.******

Esta certidão é expedida para FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS e abrange as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão aponta inquéritos e ações penais em tramitação ou encerrados, inclusive inquéritos arquivados e ações penais com sentença absolutória ou de extinção de punibilidade, bem como aponta ações cíveis públicas e de improbidade administrativa em andamento e extintas, razão pela qual deverá ser complementada com a certidão de objeto e pé ou de breve relatório dos processos apontados, sempre que necessário.

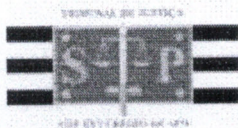
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Roque, 24 de outubro de 2018.

3 DE FEVEREIRO DE 1874

PEDIDO Nº:**0020132**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 342482

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 16/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

ROBERTO MASSUCO, RG: 9.280.645-4, CPF: 589.105.658-53, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº:

8642295





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398468

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 23/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ROBERTO MASSUCO, RG: 92806454, CPF: 589.105.658-53, nascido em 22/05/1947, natural de Itu - SP, filho de **VALLENTE MASSUCO** e **BENEDITA DE OLIVEIRA MASSUCO**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Roque, 24 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº:

0020130





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398489

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 23/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ROBERTO MASSUCO, RG: 92806454, CPF: 589.105.658-53, nascido em 22/05/1947, natural de Itu - SP, filho de **VALLENTE MASSUCO** e **BENEDITA DE OLIVEIRA MASSUCO**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS** e abrange as Ações Civis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão aponta inquéritos e ações penais em tramitação ou encerrados, inclusive inquéritos arquivados e ações penais com sentença absolutória ou de extinção de punibilidade, bem como aponta ações civis públicas e de improbidade administrativa em andamento e extintas, razão pela qual deverá ser complementada com a certidão de objeto e pé ou de breve relatório dos processos apontados, sempre que necessário.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Roque, 24 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº:

0020130





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 330935

FOLHA: 1/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 15/10/2018, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ROBERTO MORETO, RG: 107766632, CPF: 985.973.298-15, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

As seguintes distribuições: *****

SOROCABA

» Foro de Sorocaba - 1ª Vara Cível. Processo: 1008684-12.2015.8.26.0602. Ação: Procedimento Comum. Assunto: Inadimplemento. Data: 06/04/2015. Reqe: Rec Produções Limitada. *****

VOTORANTIM

» Foro de Votorantim - 1ª Vara Cível. Processo: 0000765-59.1999.8.26.0663 (0000765-59.1999.8.26.0663). Ação: Outros Feitos não Especificados. Data: 08/06/1999. Reqe: FELIVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA. *****

» Foro de Votorantim - 1ª Vara Cível. Processo: 0000888-76.2007.8.26.0663 (0000888-76.2007.8.26.0663). Ação: Depósito. Data: 13/02/2007. Reqe: FINAMAX S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. *****

» Foro de Votorantim - 2ª Vara Cível. Processo: 0003032-57.2006.8.26.0663 (0003032-57.2006.8.26.0663). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 29/05/2006. Reqe: Fazenda Publica Municipal. *****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **ROBERTO MORETO**, não qualificado(a), a distribuição abaixo relacionada, que pode referir-se a homônimo. *****

RIBEIRÃO PRETO

» Foro de Ribeirão Preto - 9ª Vara Cível. Processo: 0711479-33.1993.8.26.0506 (1789/1993). Ação: Inventário. Assunto: Inventário e Partilha. Data: 23/12/1993. Reqe: Ricardo Moretto. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

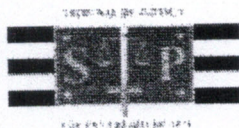
A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

PEDIDO Nº:

8625577





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

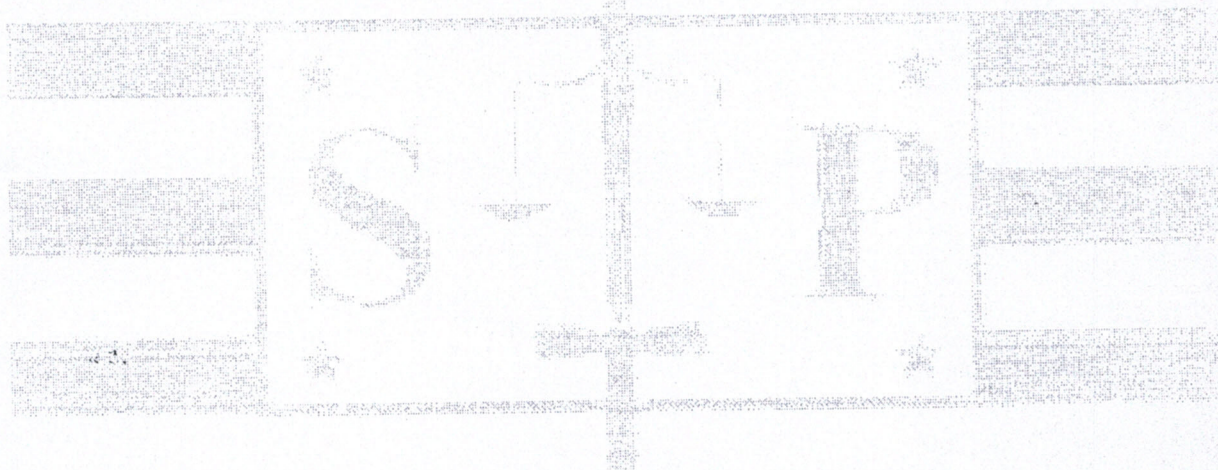
CERTIDÃO Nº: 330935

FOLHA: 2/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de outubro de 2018.



PEDIDO Nº:



8625577





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398396

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 23/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ROBERTO MORETO, RG: 107766632, CPF: 985.973.298-15, nascido em 04/08/1958, natural de Sorocaba - SP, filho de **LEONILDA MORETO**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Roque, 24 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº:

0020131





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 398422

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 23/10/2018, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ROBERTO MORETO, RG: 107766632, CPF: 985.973.298-15, nascido em 04/08/1958, natural de Sorocaba - SP, filho de LEONILDA MORETO, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS** e abrange as Ações Civis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão aponta inquéritos e ações penais em tramitação ou encerrados, inclusive inquéritos arquivados e ações penais com sentença absolutória ou de extinção de punibilidade, bem como aponta ações civis públicas e de improbidade administrativa em andamento e extintas, razão pela qual deverá ser complementada com a certidão de objeto e pé ou de breve relatório dos processos apontados, sempre que necessário.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Roque, 24 de outubro de 2018.

PEDIDO Nº: 0020131



ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL.			
Nome Fantasia:	NOVA TROPICAL	CNPJ:	01.848.981/0001-94	
Endereço de Sede:	RUA RENATO ARAUJO nº 270, VILA IRINEU			
Município:	VOTORANTIM	UF:	SP	CEP: 18114-457
Nome do representante legal:	ROBERTO MORETO			
Endereço eletrônico (e-mail):	moreto@hotmail.com			

Endereço de Correspondência:	RUA RENATO ARAUJO nº 270, VILA IRINEU			
Município:	VOTORANTIM	UF:	SP	CEP: 18114-457

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	RUA RENATO ARAUJO nº 270, VILA IRINEU			
Município:	VOTORANTIM	UF:	SP	CEP: 18114-457
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	23º 32'17" S		
	Longitude:	47º 25'52" W		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

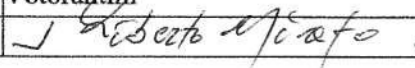
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

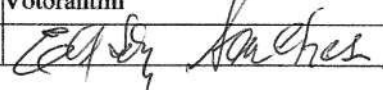
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

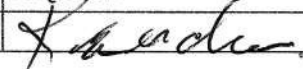
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	ROBERTO MORETO		
Cargo:	Diretor Geral - Presidente	Tit. Eleitor:	1468.8253.0191
RG:	10.776.663-2	Órgão Emissor:	SSP/SP
		CPF:	985.973.298-15
Endereço:	Av. Gisele Constantino nº 31, Ap. 404, Bl. 10, Pq. Bela Vista		
Município:	Votorantim	UF:	SP
		CEP:	18110-650
Assinatura:			

Nome do dirigente:	EDSON SANCHES		
Cargo:	Diretor Administrativo - Secretario	Tit. Eleitor:	0716.7710.0116
RG:	26.037.637-1	Órgão Emissor:	SSP/SP
		CPF:	071.997.618-99
Endereço:	Rua Nilton Bragonssi Gimenes, nº 227, Bloco CA, Res. C. Ondina, Jd. Ana Claudia		
Município:	Votorantim	UF:	SP
		CEP:	18110-000
Assinatura:			

Nome do dirigente:	ROBERTO MASSUCO		
Cargo:	Diretor de Operações - Tesoureiro	Tit. Eleitor:	0249.1357.0108
RG:	9.280.645-4	Órgão Emissor:	SSP/SP
		CPF:	589.105.658-53
Endereço:	Rua Pedro Amorim nº 243, Barra Funda		
Município:	Votorantim	UF:	SP
		CEP:	18114-290
Assinatura:			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
 - Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Data de Envio:

18/04/2019 09:44:10

De:

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de VOTORANTIM/SP (processo nº 53900.014187/2014-55), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Zimbra**elaine.nishida@mctic.gov.br**

Enc: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação de Outorga

De : Ronaldo Tonioli Iglesias
<ronaldo.iglezias@mctic.gov.br>

Sex, 19 de abr de 2019 23:33

 1 anexo

Assunto : Enc: Informação sobre entidade comunitária que
pleiteia Renovação de Outorga

Para : Natalia Froemming
<natalia.froemming@mctic.gov.br>

Cc : Elaine Akemi Nishida <elaine.nishida@mctic.gov.br>

Olá, Natália.

Estou em férias, volto no dia 06/05.

Poderia por favor entrar em contato com a Elaine na segunda? Ela está retornando das férias.

Elaine, esse processo está em fase de revisão final, e é um que aguardava posicionamento de como devem ser feitas as pesquisas de Processos de Apuração de Infração de agora em diante.

Conforme e-mail encaminhado ontem, a questão ainda não foi definida, mas temporariamente continuarão sendo feitas por e-mail, como antes.

Obrigado.

Ronaldo

De: "cgrc sei" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Ronaldo Tonioli Iglesias" <ronaldo.iglezias@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, Abril 18, 2019 01:35:44 PM

Assunto: Fwd: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação de Outorga

Ronaldo,

Chegou resposta da CGFI.

Att.,

Natália

De: "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira" <lilian.misquita@mctic.gov.br>

Para: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 18 de abril de 2019 12:41:30

Assunto: Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação de Outorga

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	-	NADA CONSTA
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.089337/2006	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);• Portaria nº 408, de 26/08/2009, publicada no Diário Oficial da União de 17/11/2009 - MULTA;• Irregularidade apurada: Itens 14.2, 17.2, 18.2.9 e 18.3.1 da Norma 01/2004; Art. 21, IV da Lei 9.612/98 e Art. 38, II e Art. 40, III e XXII do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 22/03/2006).
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000067537/2006	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);• Portaria nº 409, de 26/08/2009, publicada no Diário Oficial da União de 17/11/2009 - MULTA;• Irregularidade apurada: Itens 14.2, 17.2, e 18.2.9 da Norma 01/2004; Art. 21, IV da Lei 9.612/98 e Art.38, II e 40, XXII do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 03/10/2005).
Registros de PAIs concluídos	53000.013294/2010	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);

(relação de antecedentes no SRD*)		<ul style="list-style-type: none">• Portaria nº 504, de 15/05/2013, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2013 - MULTA;• Irregularidade apurada: Art. 40, XV e XVII do Decreto 2.615/98• Infração: (data de ocorrência: 08/04/2010).
Registros de PAIs concluídos	53000.020035/2011	<ul style="list-style-type: none">• Não sancionado - Arquivado.
Registros de PAIs concluídos	53504.001095/2012	<ul style="list-style-type: none">• Não sancionado - Arquivado
Registros de PAIs concluídos	53000.001581/2012	<ul style="list-style-type: none">• Não sancionado - Arquivado.

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 18 de abril de 2019 9:44:11

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de VOTORANTIM/SP (processo nº 53900.014187/2014-55), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



SRD - VOTORANTIM.pdf

230 KB



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Votorantim
Canal: 290
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Nome Fantasia: TROPICAL FM
Logradouro: RUA RENATO ARAÚJO
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 01.848.981/0001-94
Bairro: VILA IRINEU
Número: 270
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 18110000
Número: 270
Município: Votorantim
Telefone: 61 0000000000
Logradouro: RUA RENATO ARAÚJO
Complemento:
Bairro: VILA IRINEU
Estado: SP
Distrito:
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 18114457
Número: 270
Município: Votorantim
Logradouro: RUA RENATO ARAUJO
Complemento:
Bairro: JARDIM ARAUJO
Estado: SP
Distrito:
SubDistrito:
Telefone:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

**Data Publicação
Contrato/Convênio:**

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	452	<input type="text"/>	Portaria	MC	22/03/2002	27/03/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	30333	<input type="text"/>	ATO	SCM	22/10/2002	24/10/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	570	<input type="text"/>	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.

	48351	ATO	SCM	09/12/2004	13/12/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	408	Portaria	MC	26/08/2009	17/11/2009	Multa	Jur.
	409	Portaria	MC	26/08/2009	17/11/2009	Multa	Jur.
	504	Portaria	MC	15/05/2013	17/05/2013	Multa	Jur.

+ Característica da Estação Instalada

- Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL - CNPJ/CPF (01.848.981/0001-94)

Município/UF: VOTORANTIM/SP

Indicativo: ZYM861

Situação: Entidade não possui débitos

Canal: 290

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo

Sábado

06:00

24:00

X



Tela Inicial



Imprimir



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inocorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.848.981/0001-94 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/03/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R RENATO ARAUJO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO
CEP 18.114-457	BAIRRO/DISTRITO VILA IRINEU	MUNICÍPIO VOTORANTIM
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTAB.RD@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 3247-5174 / (15) 3243-2497	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **22/04/2019** às **10:57:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:52:39 do dia 22/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL
CNPJ: 01.848.981/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:08:58 do dia 21/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2019.

Código de controle da certidão: **28D3.B341.86AD.4271**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 01.848.981/0001-94

Certidão nº: 171241902/2019

Expedição: 22/04/2019, às 11:02:43

Validade: 18/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.848.981/0001-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01848981/0001-94

Razão Social: ASSOCIACAO E RADIO FM COMUNITARIA TROPICAL

Endereço: R JOAO DOS SANTOS FILHO 88 0 / RIO ACIMA / VOTORANTIM / SP / 18110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/04/2019 a 19/05/2019

Certificação Número: 2019042002180495601887

Informação obtida em 22/04/2019, às 11:17:21.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

53900.014187/2014-55

ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL (CNPJ: 01.848.981/0001-94)

VOTORANTIM/SP

1) Requerimento: Página 1 do Evento SEI 0112945 (postagem: pág. 24)

Data apresentação: 27/08/2014

Endereço de correspondência:

Rua Renato Araujo, 270 - Vila Irineu

CEP 18114-457 / Votorantim – SP

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53830.002295/1998-20




Portaria Autorização: 452 – DOU de 27/03/2002

Decreto Legislativo: 570 – DOU de 19/08/2004

2) Ata de Eleição da Diretoria: Petição 3309708 - 01250.051849/2018-08

Tempo do mandato: 4 anos - Período: 30/07/2018 a 30/07/2022

Localização do registro: Início da ata na pág. 3

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Diretor Geral	 ROBERTO MORETO	04/08/1958	985.973.298-15	107766632 SSP/SP	Leonilda Moreto	146882530191	Pág. 1 da Petição 3309712 - protocolo 01250.051849/2018-08
Diretor Administrativo	 EDSON SANCHES	27/02/1965	071.997.618-99	260376371 SSP/SP	Tomaz Sanches Moreno e Jacira Queiroz	071677100116	Pág. 4 da Petição 3309712 - protocolo 01250.051849/2018-08
Diretor de Operações	 ROBERTO MASSUCO	22/05/1947	589.105.658-53	92806454 SSP/SP	Vallente Massuco e Benedita de Oliveira Massuco	024913570108	Pág. 6 da Petição 3309712 - protocolo 01250.051849/2018-08

3) Estatuto Social: Petição 3309709 - 01250.051849/2018-08

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: página 11

3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º

3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 4º

3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 7º, "a", II

3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 7º, "a", I

3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade: art. 11

3.7) Especificação do Conselho Comunitário: art. 13

3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: art. 12

3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: art. 11

3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I (art. 1º); II (arts. 4º e 8º); III (art. 7º); IV (art. 17); V (arts. 9 a 12); VI (arts. 19 e 20); VII (arts. 14 e 17-§único)

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): ok: art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): art. 10

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): [não se aplica]

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): art. 20

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: ok

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes: Petição 3505690 - 01250.064332/2018-71

5) Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Págs. 1, 4 e 6 da Petição 3309712 - protocolo 01250.051849/2018-08

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Petição 3309710 - 01250.051849/2018-08 e Evento SEI 3325016

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pág. 2 do Evento SEI 0112945

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: Evento SEI 4087435

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): Evento SEI 4087495

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: Evento SEI 4087504

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Evento SEI 4087525

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: Evento SEI 4087535

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: ok

14) Conclusão da Análise:

Processo seguirá para Revisão Final.

[← Voltar \(/protocols/28\)](#)  Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: **53900.014187/2014-55**

Entidade: **Associação Rádio FM Comunitária Tropical**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 6383/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI 4116176), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Rádio FM Comunitária Tropical**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Votorantim, estado de São Paulo, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 16/05/2019, às 07:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 17/05/2019, às 18:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 23/05/2019, às 18:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4179862** e o código CRC **7A3B230F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.014187/2014-55, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio FM Comunitária Tropical, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6383/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4179862

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 6383/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.014187/2014-55.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Rádio FM Comunitária Tropical**, na localidade de **Votorantim**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 452, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27/03/2002, e Decreto Legislativo nº 570, publicado no DOU de 19/08/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 19/08/2014, sendo que o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 19/07/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 27/08/2014 (pág. 1 do Evento SEI 0112945 - postagem: pág. 24), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL
QUADRO DIRETIVO

Diretor Geral: ROBERTO MORETO

Diretor Administrativo: EDSON SANCHES

Diretor de Operações: ROBERTO MASSUCO

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Pág. 1 do Evento SEI 0112945; petição 3505690 - protocolo 01250.064332/2018-71
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Petição 3309709 - protocolo 01250.051849/2018-08
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Petição 3309708 - protocolo 01250.051849/2018-08
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	Págs. 1, 4 e 6 da Petição 3309712 - protocolo 01250.051849/2018-08
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	Petição 3309710 - 01250.051849/2018-08 e Evento SEI 3325016
	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e	

6	equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	Pág. 2 do Evento SEI 0112945
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	Evento SEI 4087435
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Evento SEI 4087495
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Evento SEI 4087504
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Evento SEI 4087525
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Evento SEI 4087535
9	Relatório de apuração de infrações.	E-mail 4087388
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o

deferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Evento SEI 4088175).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Técnico-Administrativo**, em 02/05/2019, às 11:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/05/2019, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 08/05/2019, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 10/05/2019, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4116176** e o código CRC **5A1686FC**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.014187/2014-55, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio FM Comunitária Tropical, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6383/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4116176

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53900.014187/2014-55

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho CGRC_REG_SP (4179862), encaminha-se minuta (4234254).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4234274** e o código CRC **F1979C77**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4234274

MINUTA DE

Portaria

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4234254** e o código CRC **A78B3B03**.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4234254

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

DESPACHO

Processo nº: 53900.014187/2014-55

Referência:

Interessado: Associação Rádio FM Comunitária Tropical.

Assunto: Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436984** e o código CRC **4FB06A6A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4436984



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4718/2019/SEI-MCTIC
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622434** e o código CRC **1EEECA77**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 19/09/2019 11:16:59
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5507531
Data prevista de publicação: 20/09/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12035174	ATO PORTARIA Nº 4714 MIN.rtf	620118866c69851d 266e3b6903722cd0	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12035175	ATO PORTARIA Nº 4723 MIN.rtf	d65ce6016d0e43bb c4c8108c5458f50f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035176	ATO PORTARIA Nº 4724 MIN.rtf	5a733616f77bb878 c916cb136e5b5091	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035177	ATO PORTARIA Nº 4744 MIN.rtf	03c7a5dc1648396a 3cbd372084d82814	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035178	ATO PORTARIA Nº 4748 MIN.rtf	8dc15eb52afe28b7 d1f7bc7663c46d53	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035179	ATO PORTARIA Nº 4750 MIN.rtf	ceeb09995517b4c9 727c3ecc3fc65f4b	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035180	ATO PORTARIA Nº 4751 MIN.rtf	a56a21c5ca6d4059 c27d7a4157b114a6	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035181	ATO PORTARIA Nº 4715 MIN.rtf	72bf997ac84ba5bb 3f1265834c6190ce	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035202	ATO PORTARIA Nº 4716 MN.rtf	cf8122a2a77a37af 10b2326c8a2e0f7d	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035203	ATO PORTARIA Nº 4717 MIN.rtf	c7564faf501fd69f 2394ab8ac7116140	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035204	ATO PORTARIA Nº 4718 MIN.rtf	ae2959238192ea18 2cf89df5b9eefd34	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12035205	ATO PORTARIA Nº 4719 MIN.rtf	9aba2ae95df5a34f fbe885f6bde768e7	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035206	ATO PORTARIA Nº 4720 MIN.rtf	99cd52633ce50042 e27b98c120537a21	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035207	ATO PORTARIA Nº 4721 MIN.rtf	ddfb5b05566e15d0 9af42952d0ccc506	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035208	ATO PORTARIA Nº 4722 MIN.rtf	917ee40d5ea4ea07 d8c5da979e5166ee	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			104,00	R\$ 3.436,16

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.714-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001174/1998 e nº 53900.017316/2015-48, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Amigos de Pinhais, CNPJ nº 02.730.913/0001-99, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinhais, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.715-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001430/1998 e nº 53000.058422/2012-82, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi (CNPJ nº 02.259.255/0001-07), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Panambi, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.716-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001012/1999 e nº 53900.045511/2016-49, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de março de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, CNPJ nº 03.265.681/0001-08, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Monte Carmelo, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.717-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.018100/2004 e nº 53900.045885/2016-64, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de abril de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale, CNPJ nº 03.202.795/0001-09, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinheirinho do Vale, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.718-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.719-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001247/1998 e nº 53000.056633/2011-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.720-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001054/1998 e nº 53900.026707/2014-72, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Soledadense, inscrita no CNPJ nº 02.740.015/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Soledade de Minas, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.721-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.722-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000917/1998-76 e nº 53900.034917/2014-34, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, CNPJ nº 02.507.675/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Diamante D' Oeste, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.723-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000047/2001 e nº 53900.017311/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos Para Sempre, CNPJ nº 04.219.530/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Conceição do Araguaia, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.724-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53820.000849/1998 e nº 53900.017163/2015-39, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à Ação Social São Francisco de Assis, inscrita no CNPJ nº 79.504.023/0001-93, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palhoça, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.744-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000473/2002 e nº 01250.058843/2017-72, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, CNPJ nº 05.121.849/0001-37, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Altamira, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.748-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000709/2004 e nº 01250.058861/2017-54, resolve:



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.014187/2014-55**.

Entidade: **Associação Rádio FM Comunitária Tropical**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4718 de 11 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação Rádio FM Comunitária Tropical** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53900.014187/2014-55, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/09/2019, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664715** e o código CRC **F5E4FA53**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.014187/2014-55

SEI nº 4664715

Brasília, 16 de Outubro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.014187/2014-55, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio FM Comunitária Tropical, inscrita no CNPJ nº 01.848.981/0001-94, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6383/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.718, de 17, Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39607/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.014187/2014-55.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/10/2019, às 17:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4751751** e o código CRC **075C0FE3**.